



**Ministério das Comunicações - MCOM**  
**PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO**  
**Nº 264359.0006348/2022**

**DADOS DO SOLICITANTE**

**Nome:** JESSICA HELENA ZANON  
**E-mail:** \*\*\*\*\*@\*\*\*\*\*.m  
**CPF:** \*\*\*.150.039-\*\*

**DADOS DO REPRESENTADO**

**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA  
**E-mail:** \*\*\*\*\*@\*\*\*\*\*.m  
**CNPJ:** 03.187.632/0001-02

**DADOS DA SOLICITAÇÃO**

**Número da Solicitação:** 264359.0006348/2022  
**Tipo da Solicitação:** 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações  
**Informações Complementares:** Renovação de Outorga - Período 04/01/2022 à 04/01/2032  
**ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**Número do Processo Informado Pelo Solicitante:** Não há  
**Data e Hora de Encaminhamento:** 17/10/2022 às 14:13

**DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL**

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	2 - Solicitações de juntada de documento - RENOVAÇÃO.pdf

**DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)**

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento de Renovação de Outorga	3 - Requerimento de Renovação de Outorga.pdf
Ata de Eleição Diretoria + Conselhor Comunitário + Alteração	4 - Ata de ELEIÇÃO + Alteração Estatuto.pdf
Estatuto Social - 2ª Alteração Consolidada	5 - Estatuto Social - 2ª Alteração Consolidada.pdf
Comprovante CNPJ + Certidões	6 - Comprovante CNPJ + Certidões.pdf
Documentos + Certidões Negativas - Dirigentes	7 - Documentos Dirigentes.pdf
Grade de programação + CNPJ Entidades	8 - Programação diária da Rádio Paraíso.pdf

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

**ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
CNPJ 03.187.632/0001-02


**INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO**

A Proponente **ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051, com CNPJ nº 03.187.632/0001-02, nesta ato representada por seu Diretor Geral: **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 07.243.737-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 021.201.507-96, e Título de Eleitor nº 0610 9723 0337, e endereço eletrônico [radioparaizofm@gmail.com](mailto:radioparaizofm@gmail.com), doravante denominado, **Outorgante**:

Pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu (s) bastante (s) procurador (es) o Senhor **ROQUE LANDER MENEGAI**S, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à rua Marechal Floriano, nº 4003, bairro Claudete, CEP 858111-150, município de Cascavel/PR, endereço eletrônico [roque@sistemaplug.com.br](mailto:roque@sistemaplug.com.br), portador da célula de identidade RG 13.057.075-5 SSP/PR e do CPF 782.211.889-72; a Senhora **ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI**S, brasileira, casada, empresário, residente e domiciliado à rua Marechal Floriano, nº 4003, bairro Claudete, CEP 858111-150, município de Cascavel/PR, endereço eletrônico [andrea@sistemaplug.com.br](mailto:andrea@sistemaplug.com.br), portador da célula de identidade RG 6.421.554-0 SSP/PR e do CPF 969.173.269-68, e, o Senhor **CEZAR BORGES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, endereço profissional à Rua Marechal Deodoro, nº 3624, CEP 85810-200, Centro, Município de Cascavel, Estado do Paraná, endereço eletrônico: [cezar@sistemaplug.com.br](mailto:cezar@sistemaplug.com.br), OAB/PR nº 85115, portador da cédula de identidade, RG nº 6.434.555-9 SSP/PR e do CPF nº 015.126.159-86, concedendo-lhes poderes para: representá-lo em juízo ou fora dele, transigir; desistir; acordar; ceder; renunciar; recorrer; agravar; transacionar em juízo ou fora dele; variar de ações; levantar informações; solicitar informações; requerer certidões negativas, outros documentos e serviços; solicitar cópia parcial ou integral dos autos dos processos; solicitar vistas dos autos; assinar declarações e anexos; solicitar reconsiderações, desarquivamento ou arquivamento; impetrar recursos; assinar laudos de vistorias técnicas e Anotações de Responsabilidade Técnica; fazer requerimentos a qualquer juízo ou instância, bem como em qualquer Órgão Administrativo dos governos/esferas Federal, Estadual e Municipal, em especial o MCOM – Ministério das Comunicações; Ministério da Aeronáutica; Casa Civil da Presidência da República; e Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações; e finalmente, praticar todos os demais atos que entender necessário ao fiel desempenho deste mandato, inclusive podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Os referidos poderes acima mencionados são, em especial para Processos de: Renovação de Outorga; Transferências Diretas e/ou Indiretas; Aprovação de Local de Instalação e Utilização de Equipamentos; Novas Características Técnicas; Aumento de Potência/Promoção de Classe; Assentimentos Prévios; Fiscalização Rotineira e/ou de Infrações; SaRC; Alterações Cadastrais junto aos Sistemas Mosaico e/ou SEI; PAI - Processos de Apuração de Infração; e PADO - Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigação.

Barra do Piraí/RJ, 16 de setembro de 2022.

  
.....  
**ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
Por seu representante legal  
CNPJ 03.187.632/0001-02

Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca – CEP 27.140-051



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**SERVIÇO NOTARIAL / REGISTRAL DO 1º OFÍCIO** 090191AA173587  
Rua Dr. Moraes Barbosa, 223, Centro, Barra do Piraí - RJ - Tel: (24) 2442-1830 / 2443-1091 - CEP: 27120-040

Reconheço as firmas por Autenticidade de:  
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA \*\*\*\*\*

Emols: R\$ 6,89. Fetj: R\$ 1,37. Fundperj: R\$ 0,34. Funperj: R\$ 0,34  
Funarpen: R\$ 0,27. Pmcnv: R\$ 0,13. Iss: R\$ 0,34. Total: R\$ 9,68.

BARRA DO PIRAI/RJ, 17/10/2022.  
JOSANE ROCHA DE OLIVEIRA LOURE / Em test. da verdade. Conf.  
EEHO 64649 LYM Consulte [www4.tjrj.jus.br/Portal/Extrajudicial/consultas.asp](http://www4.tjrj.jus.br/Portal/Extrajudicial/consultas.asp)

*[Handwritten signature]*  
JOSANE ROCHA DE OLIVEIRA LOURE  
Barra do Piraí - RJ - 27120-040  
Barra do Piraí - RJ - 27120-040



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

## SUBSTABELECIMENTO

**CEZAR BORGES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, endereço profissional à Rua Marechal Deodoro, n° 3624, CEP 85810-200, Centro, Município de Cascavel, Estado do Paraná, endereço eletrônico: cezar@sistemaplug.com.br, OAB/PR n° 85115, portador da cédula de identidade, RG n° 6.434.555-9 SSP/PR e do CPF n° 015.126.159-86, doravante denominado, SUBSTABELECENTE:

Pelo presente instrumento particular, **SUBSTABELECE** sem reserva de poderes à: **JESSICA HELENA ZANON**, brasileira, divorciada, auxiliar administrativo, residente e domiciliado à Rua Samambaias, n.805, Bairro Guarujá, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, endereço eletrônico: jessica@sistemaplug.com.br, portador da Carteira de Identidade, RG n. 10.995.964-2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n. 076.150.039-11, os poderes conferidos por **ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, n° 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051, com CNPJ n° 03.187.632/0001-02, nesta ato representada por seu Diretor Geral: **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, n° 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) n° 07.243.737-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF n° 021.201.507-96, e Título de Eleitor n° 0610 9723 0337, e endereço eletrônico radioparaizofm@gmail.com, por meio da procuração datada em 16/09/2022, habilitando-o a praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do referido mandato.

Cascavel (PR), 17 de outubro de 2022.

Cezar Borges dos Santos  
OAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262

CEZAR BORGES DOS SANTOS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL  
DGPC/DPT/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FÉLIX PACHECO



POLEGAR DIREITO

36



*Maria Daniel Pereira*  
Autenticado eletronicamente para conferência com original.

CARTEIRA DE IDENTIDADE

9-3534 9C8 356 16 92

Autenticado eletronicamente para conferência com original.

https://br/2codNuxeo=2b4

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

07243737-9

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

17/09/84

NOME

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA

FILIAÇÃO

FRANCISCO ARMINDO DANIEL  
NAIR BALTHAZAR DANIEL

NATURALIDADE

RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO

15/08/1964

DOC ORIGEM

C.CASM LIV BAUX6

FLS 104

TER 0001784 C 00 BARRA DO PIRAI RJ



Autenticado Assinatura do Diretor após conferência com original

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

<https://bofleg-autenticacao-assinatura-camara-legislativa.org.br/>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

021201507 96

NOME COMPLETO

GLÓRIA MARIA DANIEL CUNHA

NASCIMENTO

15.08.64



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://inflegautenticidade.espnatura.camara-leg.br/3codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be>

2b4be06e-8c2b-435c-be

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

É O DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - (CPF E  
IGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.  
QUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA  
FEDERAL.

DO AGENTE EMISSOR

**237/0664 2**

**17/08/89**

**B R A S I L**

**74020/5305**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be2>

2b4be06e-8c2b-435c-be2





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



# ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

CEZAR BORGES DOS SANTOS

FILIAÇÃO

JOÃO BORGES DOS SANTOS

MARIA EVA DOS SANTOS

NATURALIDADE

CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES-PR

DATA DE NASCIMENTO

26/12/1976

RG

64345559 - SSP/PR

CPF

015.126.159-86

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

VIA

EXPEDIDO EM

SIM

01 17/02/2017

JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA

PRESIDENTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ  
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME  
JESSICA HELENA ZANON

FILIAÇÃO  
ALBERTO JOSÉ ZANON  
DORIS HELENA DUFLOTH ZANON

NATURALIDADE  
CASCAVEL-PR  
RG  
10.995.964-2 - SSP/PR

DATA DE NASCIMENTO  
17/06/1991

CPF  
076.150.039-11

VIA EXPEDIDO EM  
02 29/03/2022

*M. Pinto*  
MARILENA INOUE VENTURA  
PRESIDENTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

## SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Ao

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processo de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

Assunto: Renovação da Outorga 2023/2033

**A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051, com CNPJ nº 03.187.632/0001-02, vem, através desta, requer a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** pelo período de 04/01/2023 à 04/01/2033, para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, vindo, juntar a documentação necessária para tanto.

Barra do Piraí (RJ), 16 de setembro de 2022.



.....  
**GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**

CPF 021.201.507-96

**Diretor Geral**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA –**  
**RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	<b>ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA</b>				
Nome Fantasia:	<b>Rádio Paraíso FM</b>	CNP J:	03.187.632/0001-02		
Endereço de Sede:	Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca				
Município:	Barra do Piraí	UF:	RJ	CEP:	27.140-051
Nome do representante legal:	GLORIA MARIA DANIEL CUNHA				
Endereço eletrônico (e-mail):	<a href="mailto:radioparaizofm@gmail.com">radioparaizofm@gmail.com</a>				

Endereço de Correspondência:	Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca				
Município:	Barra do Piraí	UF:	RJ	CEP:	27.140-051

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca				
Município:	Barra do Piraí	UF:	RJ	CEP:	27.140-051
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	° (N/S) 22° 29' 11" 00" S			
	Longitude:	° W 43° 49' 07" 00" W			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

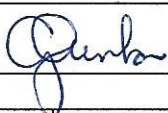
2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	<b>GLORIA MARIA DANIEL CUNHA</b>					
Cargo:	Diretor Geral			Tit. Eleitor:	0610 9723 0337	
RG:	07.243.737-9	Órgão Emissor:	IFP/R J	CP F:	021.201.507-96	
Endereço:	Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca					
Município:	Barra do Piraí	UF:	RJ	CE P:	27.140-055	
Assinatura:						

Nome do dirigente:	<b>ELCIO DA SILVEIRA DUTRA</b>					
Cargo:	Diretor Administrativo			Tit. Eleitor:	6075 2810 0353	
RG:	813.323.052	Órgão Emissor:	IFP/RJ	CP F:	091.109.686-87	
Endereço:	Rua Joaquim Dutra, nº 22, Bairro Muqueca					
Município:	Barra do Piraí	UF:	RJ	CE P:	27.140-055	
Assinatura:						

Nome do dirigente:	<b>CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA</b>					
Cargo:	Diretor de Operações			Tit. Eleitor:	1157 9075 0361	
RG:	20.058.688-11	Órgão Emissor:	IFP/R J	CP F:	098.242.457-40	
Endereço:	Rua Benedito Silva Lomba, nº 441, casa 1, Bairro Muqueca					
Município:	Barra do Piraí	UF:	RJ	CE P:	27.140-055	
Assinatura:						

#### ATENÇÃO:

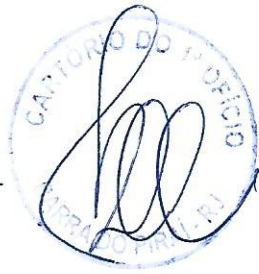
- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Barra do Piraí (RJ), 25 de julho de 2021.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051, com CNPJ nº 03.187.632/0001-02, por intermédio de sua representante legal, **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 07.243.737-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 021.201.507-96, e Título de Eleitor nº 0610 9723 0337, convoca todos os associados, para uma **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, que será realizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, Barra do Piraí/RJ; no dia 05/08/2021 às 9h em 1ª convocação e às 9h30min em 2ª convocação.

#### Pauta Geral da Assembleia:

- Prestação de Contas;
- Apresentação e aprovação de novos associados;
- Eleição e Posse da Diretoria;
- Eleição e Posse do Conselho Comunitário;
- Outros assuntos de interesse da Associação.

Atenciosamente;

  
.....  
**GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral

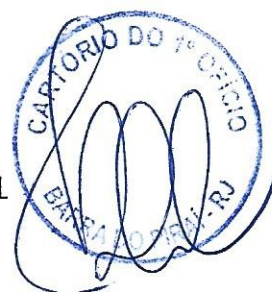


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA DE 05/08/2021.

	ASSINATURA
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA	
HELDYR PIRES FERREIRA	
ELCIO DA SILVEIRA DUTRA	
CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA	
CLAUDIA FARIAS DE BARROS	
DANILO MARTINS DINELLI	
ELAINE MOREIRA DA SILVA	
LUCIANO FERREIRA DE SOUZA	
JOSÉ HENRIQUE PIRES LEITE JUNIOR	

Barra do Piraí (RJ), 05 de agosto de 2021.

Visto.

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DE BARRA DO PIRAI, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**1. DATA HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Aos cinco dias do mês agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 09h30min, em segunda convocação, na sede da entidade, Município e Comarca de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, situada à Avenida Prefeito Arthur Costa, n° 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051.

**2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA:** A convocação da presente Assembleia Geral Ordinária foi realizada conforme determina o parágrafo §2 do Artigo 11º, através do Edital de 25 de julho de 2021, uma vez que determina ser através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação.

**3. QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO:** Compareceram à Assembleia Geral Ordinária da Entidade, os associados os quais assinaram a competente lista de presença. Consigna-se que a assembleia foi instalada em 2ª convocação atendendo ao quórum de associados aptos a votar, nos termos do que dispõe, de seu Estatuto Social.

**4. MESA DIRETORA DOS TRABALHOS:** Iniciando os trabalhos, assumiu a presidência da Assembleia GLORIA MARIA DANIEL CUNHA e para secretariar ELCIO DA SILVEIRA DUTRA;

**5. ORDEM DO DIA: ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:**  
**Item I** - Prestação de contas. **Item II** - Apresentação e aprovação de novos associados. **Item III** - Eleição e Posse da Diretoria. **Item IV** - Eleição e Posse do Conselho Comunitário. **Item V** - Outros assuntos de interesse da associação.

**DELIBERAÇÕES:** **Item I** - Iniciando os trabalhos A presidente esclareceu que a última diretoria eleita e empossada vem praticando os atos de administração até a presente data. Na oportunidade prestou contas da administração, sendo que na sequência, a Assembleia Geral, no uso de seu poder saneador, como autoridade máxima da entidade, ratificou e convalidou todos os atos de gestão praticados por aquela diretoria até a presente data.

**Item II** - Ato Contínuo foi apresentado novo pretense associado, o qual apresentou requerimento de associação em junho de 2021, sendo aceita por aclamação de todos os presentes, qual seja: **CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Benedito Silva Lomba, n° 441, casa 1, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) n° 20.058.688-11 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF n° 098.242.457-40, e Título de Eleitor n° 1157 9075 0361.

**Item III** - Em seguida passou-se a deliberar sobre o item III do edital de convocação, ou seja, Eleição e Posse da Diretoria. A única chapa inscrita para compor o quadro diretivo da entidade trata-se da mesma chapa pelo qual já se está na Diretoria eleita em 2018 com vencimento nesta apenas, sendo que obteve apenas a alteração de cargo do Diretor de Operações o qual se candidatou à Diretor Administrativo e a nova associada se candidatou como Diretor de Operações. Após apresentação, a chapa foi eleita por aclamação e por unanimidade pelos presentes, sendo seu mandato de quatro (04) anos, de 05 de agosto de 2021 até 05 de agosto de 2025, quando da realização de nova Assembleia Geral. A seguir a Presidente da mesa diretora deu posse aos membros eleitos, ficando assim a composição da Diretoria.

**DIRETORIA:** **Diretor Geral:** GLORIA MARIA DANIEL CUNHA, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, n° 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) n° 07.243.737-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF n° 021.201.507-96, e Título de Eleitor n° 0610 9723 0337; **Diretor Administrativo:** ELCIO DA SILVEIRA DUTRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Joaquim Dutra, n° 22, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portador da cédula de identidade (RG) n° 813.323.052 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF n° 091.109.686-87, e Título de Eleitor n° 6075 2810 0353; e, **Diretor de Operações:** CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA, brasileira,





solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Benedito Silva Lomba, nº 441, casa 1, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 20.058.688-11 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 098.242.457-40, e Título de Eleitor nº 1157 9075 0361. Item IV Na sequência, deliberou-se sobre a Eleição e Posse do Conselho Comunitário, o qual é órgão de fiscalização e terá o objetivo de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do serviço de rádio comunitária. A Presidente expôs aos diretores e associados presentes que o Conselho Comunitário é constituído por membros indicados por entidades sem fins econômicos, constituídas no Município onde a Rádio tem sua cobertura. Em sequência, foi apresentada a Chapa única, onde foi submetida a apreciação, a qual foi eleita, por aclamação, cujo mandato vencerá em 05/08/2025, igual ao da Diretoria (mandato para quadriênio de 2021/2025 - cujo mandato também vencerá em 05/08/2025). Após a eleição, os novos Conselheiros tomaram posse de imediato, tendo a seguinte composição: **CONSELHO COMUNITÁRIO:** Conselheiro 1: CLAUDIA FARIAS DE BARROS, portadora da cédula de identidade (RG) nº 09.272.779-1 IFP/RJ e inscrita no CPF (MF) nº 015.327.037-69. Representante da APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.441.375/0001-79, com endereço para correspondência na Rua José Mastrangelo, nº 200, Anexo 150, Bairro Vila Suissa, CEP 27.120-250, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro; Conselheiro 2: DANILO MARTINS DINELLI, portador da cédula de identidade (RG) nº 099.087.470 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 046.298.897-01. Representante do ROTARY CLUB DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.358.541/0001-59, com endereço para correspondência na Rua José Mastrangelo, nº 150, Bairro Vila Suissa, CEP 27.120-250, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro; Conselheiro 3: ELAINE MOREIRA DA SILVA, portadora da cédula de identidade (RG) nº 011.056.369-9 IFP/RJ e inscrita no CPF (MF) nº 054.333.879-58. Representante da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA ROSEIRA, devidamente inscrita no CNPJ nº 03.241.595/0001-65, com endereço para correspondência na Rua B, nº 331, Bairro Roseira, CEP 27.143-000, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro; Conselheiro 4: LUCIANO FERREIRA DE SOUZA, portador da cédula de identidade (RG) nº 04.280.768-5 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 568.364.227-20. Representante da IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.065.851/0003-66, com endereço para correspondência na Avenida Vera Cruz, nº 78, Bairro Muqueca, CEP 27.140-360, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro; Conselheiro 5: JOSÉ HENRIQUE PIRES LEITE JUNIOR, portador da cédula de identidade (RG) nº 106.298.672 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 070.132.667-01. Representante da IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.065.851/0003-66, com endereço para correspondência na Avenida Vera Cruz, nº 78, Bairro Muqueca, CEP 27.140-360, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro; Item V – Ao final, como outros assuntos de interesse da Associação, foi apresentada, pela Presidente, a necessidade de Alteração do Estatuto Social, uma vez que deverá ser adequado quanto a alteração legislativa trazida pela Portaria nº 1.909 de 05/04/2018 do Ministério das Comunicações. Sendo assim, todos ficaram cientes que a partir desta data, dentro do prazo de 08 (oito) dias, conforme previsto no Estatuto Social, seria convocada nova Assembleia, na modalidade extraordinária, através de edital devidamente afixado na sede, para a apresentação das alterações a serem realizadas, com posterior leitura, votação e aprovação dos membros da Diretoria. No mais, também foi mencionado sobre a necessidade da contratação de um advogado para este serviço, o que ficou desde já, aprovado por todos os



Handwritten signatures and initials on the right margin.

Handwritten signature on the right margin.

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5







membros. Após isto, não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação.


**6. QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. **7. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA:** Ato contínuo a Presidente deu a palavra a quem quisesse fazer uso e ninguém se manifestou. **8. LAVRATURA E ASSINATURA DA ATA:** E para constar. Eu, ELCIO DA SILVEIRA DUTRA, secretário da assembleia, lavrei a presente ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes.


  
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
Presidente da Assembleia


  
ELCIO DA SILVEIRA DUTRA  
Secretário da Assembleia


  
HELDYR PIRES FERREIRA  
Diretor de Operações

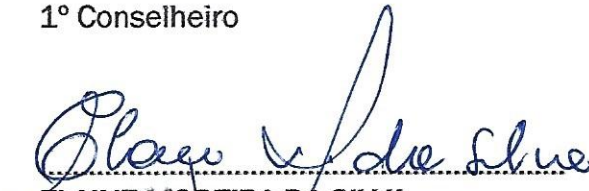
  
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
Presidente Empossada

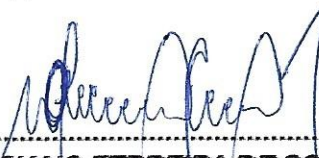
  
ELCIO DA SILVEIRA DUTRA  
Diretor Administrativo Empossado

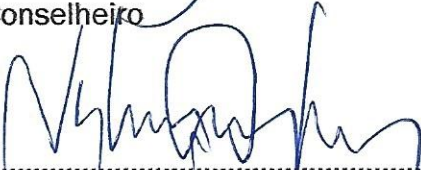
  
CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA  
Diretor de Operações Empossada

  
CLAUDIA FARIAS DE BARROS  
1º Conselheiro

  
DANILO MARTINS DINELLI  
2º Conselheiro

  
ELAINE MOREIRA DA SILVA  
3º Conselheiro

  
LUCIANO FERREIRA DE SOUZA  
4º Conselheiro

  
JOSÉ HENRIQUE PIRES LEITE JUNIOR  
5º Conselheiro

**SERVIÇO NOTARIAL / REGISTRAL DO 1º OFÍCIO** 090191AA163536  
Rua Dr. Moraes Barbosa, 223, Centro, Barra do Piraí - RJ - Tel: (24) 2442-1830 / 2443-1091 - CEP: 27120-040

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
Apres. no dia 13/10/2022, Av. 3, Prot. 13803, Lv. A4  
Registro Nº 1802, no Jv. A-4, Averb.3  
BARRA DO PIRAI, 13/10/2022.

Oficial, \_\_\_\_\_ Subscritor e Assine. \_\_\_\_\_  
Emols: R\$114,00. Fetx: R\$22,80. Fund: R\$5,70. Fúnp: R\$5,70  
Funa: R\$4,56. Pmc: R\$1,96. Iss: R\$5,00. Dst: R\$33,45. Total: R\$193,87  
EEFF 56258 NMW Consulte www4.tjrr.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/

  
Josine Rocha de Oliveira Lourenço de Sousa  
Substituta - Matr. 04/5527  
Cartório do 1º Ofício - B. do Piraí - RJ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

**ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**CNPJ/MF Nº 03.187.632/0001-02**  
Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976 / Bairro Muqueca / CEP: 27.140-051  
BARRA DO PIRAÍ/RJ



**RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA**  
(Mandado de 05/08/2021 à 05/08/2025)

**Diretor Geral:** GLORIA MARIA DANIEL CUNHA, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 07.243.737-9/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 021.201.507-96, e Título de Eleitor nº 0610 9723 0337;

**Diretor Administrativo:** ELCIO DA SILVEIRA DUTRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Joaquim Dutra, nº 22, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portador da cédula de identidade (RG) nº 813.323.052/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 091.109.686-87, e Título de Eleitor nº 6075 2810 0353; e,

**Diretor de Operações:** CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Benedito Silva Lomba, nº 441, casa 1, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 20.058.688-11 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 098.242.457-40, e Título de Eleitor nº 1157 9075 0361.

Visto

  
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





**RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO**  
(Mandado de 05/08/2021 à 05/08/2025)

**Conselheiro 1:** CLAUDIA FARIAS DE BARROS, portadora da cédula de identidade (RG) nº 09.272.779-1 IFP/RJ e inscrita no CPF (MF) nº 015.327.037-69. Representante da APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.441.375/0001-79, com endereço para correspondência na Rua José Mastrangelo, nº 200, Anexo 150, Bairro Vila Suissa, CEP 27.120-250, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

**Conselheiro 2:** DANILO MARTINS DINELLI, portador da cédula de identidade (RG) nº 099.087.470 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 046.298.897-01. Representante do ROTARY CLUB DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.358.541/0001-59, com endereço para correspondência na Rua José Mastrangelo, nº 150, Bairro Vila Suissa, CEP 27.120-250, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

**Conselheiro 3:** ELAINE MOREIRA DA SILVA, portadora da cédula de identidade (RG) nº 011.056.369-9 IFP/RJ e inscrita no CPF (MF) nº 054.333.879-58. Representante da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA ROSEIRA, devidamente inscrita no CNPJ nº 03.241.595/0001-65, com endereço para correspondência na Rua B, nº 331, Bairro Roseira, CEP 27.143-000, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

**Conselheiro 4:** LUCIANO FERREIRA DE SOUZA, portador da cédula de identidade (RG) nº 04.280.768-5 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 568.364.227-20. Representante da IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.065.851/0003-66, com endereço para correspondência na Avenida Vera Cruz, nº 78, Bairro Muqueca, CEP 27.140-360, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

**Conselheiro 5:** JOSÉ HENRIQUE PIRES LEITE JUNIOR, portador da cédula de identidade (RG) nº 106.298.672 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 070.132.667-01. Representante da IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.065.851/0003-66, com endereço para correspondência na Avenida Vera Cruz, nº 78, Bairro Muqueca, CEP 27.140-360, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

Visto

  
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral





ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA  
CNPJ/MF Nº 03.187.632/0001-02  
Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976 / Bairro Muqueca / CEP: 27.140-051  
BARRA DO PIRAÍ/RJ



Barra do Piraí (RJ), 05 de agosto de 2021.


### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051, com CNPJ nº 03.187.632/0001-02, por intermédio de sua representante legal, GLORIA MARIA DANIEL CUNHA, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 07.243.737-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 021.201.507-96, e Título de Eleitor nº 0610 9723 0337, convoca todos os associados, para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, Barra do Piraí/RJ; no dia 13/08/2021 às 19h em 1ª convocação e às 19h30min em 2ª convocação.

#### Pauta Geral da Assembleia:

- 2º Alteração do Estatuto Social;
- Outros assuntos de interesse da Associação.

Atenciosamente;

  
-----  
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 13/08/2021

	ASSINATURA
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA	
ELCIO DA SILVEIRA DUTRA	
CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA	
FERNANDA DA SILVA BERNANDO DA COSTA	

Barra do Piraí (RJ), 13 de agosto de 2021.

Visto.

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DE BARRA DO PIRAI, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**1. DATA HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Aos treze dias do mês agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 19h30min, em segunda convocação, na sede da entidade, Município e Comarca de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, situada à Avenida Prefeito Arthur Costa, n° 1976, Bairro Muquoca, CEP 27.140-051. **2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA:** A convocação da presente Assembleia Geral Extraordinária foi realizada durante a Assembleia Geral Ordinária realizada em data de 05/08/2021, bem como conforme determina o parágrafo §2 do Artigo 11°, através do Edital de 05 de agosto de 2021 afixado na sede da Associação. **3. QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO:** Compareceram à Assembleia Geral Ordinária da Entidade, os associados os quais assinaram a competente lista de presença. Consigna-se que a assembleia foi instalada em 2ª convocação atendendo ao quórum de associados aptos a votar, nos termos do que dispõe, de seu Estatuto Social. **4. MESA DIRETORA DOS TRABALHOS:** Iniciando os trabalhos, assumiu a presidência da Assembleia GLORIA MARIA DANIEL CUNHA e para secretariar ELCIO DA SILVEIRA DUTRA; **5. ORDEM DO DIA: ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** **Item I** - 2ª Alteração do Estatuto Social. **Item II** - Outros assuntos de interesse da associação. **DELIBERAÇÕES: Item I** - Iniciando os trabalhos A Presidente enfatizou o que foi mencionado em última Assembleia realizada, em que foi apresentada, a necessidade de Alteração do Estatuto Social, devendo ser adequado quanto a alteração legislativa trazida pela Portaria n° 1.909 de 05/04/2018 do Ministério das Comunicações. Ressaltou-se que foi mencionado sobre a abertura do Edital a partir daquela data, pelo prazo de 08 (oito) dias, em conformidade ao previsto. Em sequência, foi apresentada a advogada em que analisou as alterações a serem realizadas e lhe passado a palavra, para apresentação, explicação, explanação e leitura do documento. Sendo assim, as alterações foram conforme será transcrito a seguir: As **modificações** incidem sobre: Art.1°, Art.2° *caput*, Art.5°, Art.6°, Art.12°, Item II do Artigo 13°, Art. 14°, §2° do Art.15°, Art. 19°, Art. 21°, **inclusão** Art.8°A, Art.8°B, §Único do Art.9°, §5° do Art.11°, §1° do Art. 13°, §2° do Art.13°, Art. 14°A, §3° do Art. 15°, **revogado** §1° do Art.2°, Art.4°, §Único do Art. 13°. Para tal foi distribuído minuta das modificações, que estavam previamente prontas e após exaustivo debate, foram votadas e aprovadas por unanimidade. Assim o Estatuto Social passa a vigorar com a redação da qual seguirá anexo a esta ata devidamente lavrada. **Item II** - Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação. **6. QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. **7. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA:** Ato contínuo a Presidente deu a palavra a quem quisesse fazer uso e ninguém se manifestou. **8. LAVRATURA E ASSINATURA DA ATA:** E para constar. Eu, ELCIO DA SILVEIRA DUTRA, secretário da assembleia, lavrei a presente ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes.



GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
Diretor Geral/Presidente da Assembleia



ELCIO DA SILVEIRA DUTRA  
Diretor Administrativo/Secretário da Assembleia



CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA  
Diretor de Operações



FERNANDA DA SILVA BERNANDO DA COSTA  
Advogada OAB/RJ 205.331



**SERVIÇO NOTARIAL / REGISTRAL DO 1º OFÍCIO** 090191AA163538  
Rua Dr. Moraes Barbosa, 223, Centro, Barra do Piraí - RJ - Tel: (24) 2442-1830 / 2443-1091 - CEP: 27120-040

 **REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**  
Apres. no dia 13/10/2022, Av. 4, Prot. 13804, Lv. A4  
Registro nº 1802, no livro A-4, Averb. 4  
BARRA DO PIRAI, 13/10/2022.

Oficial, \_\_\_\_\_ Subcrevo e Assino.  
Emols: R\$114,00. Fun: R\$22,80. Fund: R\$5,70. Funp: R\$5,70.  
Funa: R\$4,56. Pmc: R\$1,96. Iss: R\$5,70. Dist: R\$33,46. Total: R\$193,87.  
EEFF 56259 VOI Consulte [www.trj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/](http://www.trj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/)

*João Carlos de Oliveira Laureano de Souza*  
Substituto - Matr. 945927  
Cartório do 1º Ofício - Barra do Piraí - RJ



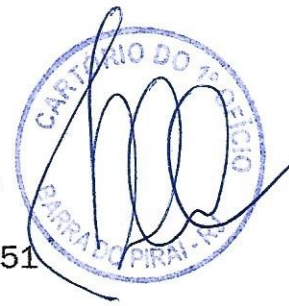
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**CNPJ/MF Nº 03.187.632/0001-02**  
Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976 / Bairro Muqueca / CEP: 27.140-051  
BARRA DO PIRAI/RJ



## **ESTATUTO SOCIAL**

### **2º ALTERAÇÃO CONSOLIDADA**

#### **I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

**Art.1º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, doravante denominada Entidade, fundada em 03 de agosto de 1998 (03/08/1998), é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, e com foro no Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP: 27.140-055. *Nova Redação.*

**Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, utilizará como denominação fantasia RÁDIO PARAÍZO e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

**Art.2º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA** tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO, bem como: *Nova Redação.*

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente e
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;







d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

### §1º Revogado

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária .

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - É garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, com residência ou sede neste Município, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela Diretoria Executiva ou à indicação por outro associado;

- a) É garantido o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas
- b) É garantido às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas, através de seus representantes legais o direito de votarem para os cargos diretivos.
- c) Os associados serão admitidos após o preenchimento de formulário padronizado disponibilizado pela entidade e assunção do compromisso de respeitar o Estatuto Social. Nova Redação.

Art. 6º - A Entidade será composta pelas seguintes categorias de associados:

- a) **Fundadores**, formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.
- b) **Contribuintes ou Efetivos**, os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia; e,





- c) **Honorários, cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado. Nova Redação.**



§1º - O quadro de pessoal será constituído de, ao menos, dois terços de trabalhadores brasileiros. **Incluído.**

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - Revogado.

Art. 8º A - São direitos dos associados:

- O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12.
- Utilizar-se de todos os serviços da associação e participar de suas atividades e promoções;
- Propor por escrito ou verbalmente à Diretoria, quaisquer medidas de provento para a Associação;
- Recorrer, no prazo de 30 (trinta) dias, dos atos da diretoria, quando os julgar prejudiciais aos seus direitos; e,
- Requerer informações sobre os assuntos que lhe digam respeito e solicitar esclarecimento sobre as atividades da Associação. **Incluído.**

Art. 8º B - São deveres dos associados:

- Acatar os atos da Assembléia Geral e da diretoria;
- Obedecer ao estatuto da entidade;
- Participar e colaborar nas iniciativas da entidade;
- Desenvolver o espírito de cooperação e unidade no seio da Associação;
- Reembolsar a Associação dos prejuízos causados aos seus pertences patrimoniais;
- Comparecer em reuniões, quando convidado pela diretoria e Assembléias convocadas, acatando suas determinações, quando das mesmas forem aprovadas pela maioria absoluta dos associados presentes;
- Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembléia Geral;
- Desenvolver qualquer tipo de trabalho comunitário, de forma voluntária; e,
- Colaborar com fins de angariar fundos para a Associação. **Incluído.**

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

**Parágrafo único.** O Associado que manifestar interesse em demitir-se ou renunciar de algum dos cargos que ocupa, ou mesmo da qualidade Associado, este deve formalizar por escrito a sua solicitação dirigida à Diretoria da Entidade no prazo de 05 (cinco) dias. **Incluído.**







### III - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

**Art. 10º** - A Associação exercerá suas funções através dos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria; e,
- c) Conselho Comunitário.

**Art. 11º** - A ASSEMBLÉIA GERAL, órgão máximo de deliberação da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, será composta por seus associados, e ocorrerá Ordinariamente a cada ano, no dia 05 do mês de agosto para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 (quatro) anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

**§ 1º** - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

**§2º** - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

**§3º** - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições do §1º.

**§4º** - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições do §1º.

**§5º** - As decisões da ASSEMBLÉIA GERAL obrigam todos os Associados, mesmo os discordantes ou ausentes. **Incluído.**







**Art. 12º** - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos, respeitando o disposto do Art.11. **Nova Redação.**

**§1º** - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições do §1º.

**§2º** - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

**Art. 13º** - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA.
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) **Compete ao Diretor Geral:** Administrar e representar ativa ou passivamente, juridicamente ou extrajudicialmente a Associação; Movimentar conta bancária conjunta da entidade, assinar juntamente com o tesoureiro as obrigações financeiras, cheques, balanços, contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação; Convocar e Presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria e Assembléia Geral; Contratar e demitir funcionários, após, parecer e aprovação da Diretoria; Realizar todos os atos atinentes ao seu cargo e ao fiel cumprimento dos objetivos da Associação; Cumprir e divulgar todos os objetivos da Associação; Votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; Praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos;







- b) **Compete ao Diretor Administrativo:** Realizar todos os serviços atinentes ao funcionamento da secretaria, organizando fichários, cadastramento de associados, secretaria, as reuniões da Diretoria Executiva, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos à secretaria; e, Organizar relatório anual das atividades e encaminhar toda a correspondência da entidade e associados.
- c) **Compete ao Diretor de Operações:** Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos; abrir, movimentar e encerrar conta bancária juntamente com o Presidente; assinar juntamente com o Presidente, as obrigações mercantis, cheques, balanços e documentos que importem em responsabilidade financeira ou patrimonial da associação; Promover a arrecadação e contabilização das contribuições dos associados e demais receitas; e, Controlar os recursos, receitas e despesas da Associação, prestando contas das atividades financeiras na Assembleia Geral Anual. *Nova Redação.*

§ 1º É facultado à entidade se fazer representar por procurador. *Incluído.*

§ 2º É vedada a procuração que outorgue poderes de gerência ou administração *Incluído.*

**Art. 14º -** O Conselho Comunitário é órgão autônomo, encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria Executiva, será composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente constituídas na comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores. *Nova Redação.*

**Parágrafo Único - Revogado**

**Art. 14º A -** O Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- a) Fiscalizar a programação da emissora;
- b) Solicitar a Diretoria Executiva da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- c) Fazer recomendações a Diretoria Executiva da entidade autorizada;
- d) Realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- e) Receber reclamações, denúncias e elogios; e
- f) Submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação. *Incluído.*

#### IV - DAS ELEIÇÕES

**Art. 15º -** As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.







§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - Poderão participar das chapas somente Associados que façam parte da Entidade a mais de 1 ano e que tenham trabalho ativo na comunidade a mais de 5 anos. Nova Redação.

§3º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da ASSEMBLÉIA GERAL. Incluído.

## V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16º - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

## VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17º - O Patrimônio e Receita da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

## VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, com prévia autorização da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do inciso II, do Art. 12, do Decreto n.85064, de 26 de agosto de 1980, e por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois





terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

**Art. 19º** - A dissolução da Associação ocorrerá segundo decisão da Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia, obedecendo à votação os mesmos critérios estabelecidos no artigo anterior. *Nova Redação.*

## VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 20º** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, pelo associado que se achar prejudicado.

**Art. 21º** - O presente estatuto foi aprovado na ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA de 13 de agosto de 2021 (13/08/2021) e entra em vigor na data de sua averbação no cartório de pessoas jurídicas tornando expressamente revogadas as disposições anteriores. *Nova Redação.*

Barra do Piraí (RJ), 13 de agosto de 2021.

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
Diretor Geral

ELCIO DA SILVEIRA DUTRA  
Diretor Administrativo

FERNANDA DA SILVA BERNARDO DA COSTA  
OAB/RJ 205.331  
Advogada

**SERVIÇO NOTARIAL / REGISTRAL DO 1º OFÍCIO** 090191AA163540  
Rua Dr. Moraes Barbosa, 223, Centro, Barra do Piraí - RJ - Tel: (24) 2442-1830 / 2443-1091 - CEP: 27120-040

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
Apres. no dia 13/10/2022, Av. 5, Prot. 13805, Lv. A4  
Registro Nº 1602, no livro A-4, Averb.5  
BARRA DO PIRAI, 13/10/2022.

Emols: R\$212,21. Faj: R\$42,44. Fund: R\$20,61. Funp: R\$10,61  
Funa: R\$8,48 Pmc: R\$3,92. Iss: R\$10,61. Des: R\$23,45. Total: R\$332,33  
EEFF 56260 LAS Consulte [www4.trj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselp/](http://www4.trj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselp/)

Josane Romão de Oliveira  
Substituta - Matr. 141/5527  
Cartório do 1º Ofício - Barra do Piraí - RJ







# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.187.632/0001-02</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>19/05/1999</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAO COMUNITARIA</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO PARAIZO</b>	PORTE <b>DEMAIS</b>
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>
--

LOGRADOURO <b>AVNIDA PREFEITO ARTHUR COSTA</b>	NÚMERO <b>1976</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
---	-----------------------	-----------------------------

CEP <b>27.140-052</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>MUQUECA</b>	MUNICÍPIO <b>BARRA DO PIRAI</b>	UF <b>RJ</b>
--------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE <b>(024) 2443-1479</b>
---------------------	------------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>
---

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>27/08/2005</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/09/2022** às **12:22:00** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 03.187.632/0001-02  
**NOME EMPRESARIAL:** ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAO COMUNITARIA  
**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
**Qualificação:** 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.  
Emitido no dia 16/09/2022 às 12:22 (data e hora de Brasília).







## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO PARAISO DE COMUNICACAO E ACAO COMUNITARIA

**CNPJ:** 03.187.632/0001-02

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:31:39 do dia 16/09/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/10/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.187.632/0001-02

**Razão Social:** RADIO PARAIZO DE COMUN ACAO COM EVANGEL

**Endereço:** RUA AURELIANO GARCIA 046 / CENTRO / BARRA DO PIRAI / RJ / 27135-400

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/09/2022 a 15/10/2022

**Certificação Número:** 2022091600513197290206

Informação obtida em 16/09/2022 12:25:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

CNPJ: 03.187.632/0001-02

Certidão nº: 30743468/2022

Expedição: 16/09/2022, às 12:27:01

Validade: 15/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que o CNPJ sob o nº **03.187.632/0001-02**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)).

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAO COMUNITARIA**  
**CNPJ: 03.187.632/0001-02**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:34:10 do dia 07/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/12/2022.

Código de controle da certidão: **3B8E.EE28.7154.DC98**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA**

Certifico que, em consulta ao Sistema da Dívida Ativa no dia 02/06/2022, em referência ao pedido **119518/2022 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o CPF ou CNPJ informado abaixo:

**RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO RADIO PARAIZO**  
**CNPJ: 03.187.632/0001-02 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

Os dados apresentados nesta certidão baseiam-se em **pesquisa realizada a partir do CPF ou CNPJ** fornecido no momento da apresentação do requerimento.

**Fica ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar débitos que vierem a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão.**

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal>

**CÓDIGO CERTIDÃO: MRWN.4130.4211.10A0**  
**PESQUISA CADASTRAL realizada em: 02/06/2022, às 14:46:38.6**

Esta certidão tem validade até 29/11/2022, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a pesquisa cadastral realizada na data e hora acima, conforme artigo 11 da Resolução nº 2690 de 05/10/2009.

Para maiores informações: <https://pge.rj.gov.br/divida-ativa>

Emitida em 07/06/2022 às 11:02:09.3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI  
SECRETARIA DE FAZENDA

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS**  
**RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E À DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO**  
**Nº 00295/2022**

Nome do Representante: FLAVIO DO NASCIMENTO CUNHA  
Nome do Contribuinte: ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO  
COMUNITÁRIA  
Processo Administrativo: 23937/2022

CERTIFICAMOS, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema de Tributos, que nesta data, **NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS** vencidos em nome de **ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, CNPJ nº 03.187.632/0001-02, situado na **Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Muqueca**, neste Município.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar débitos posteriormente constatados, de conformidade com o artigo 157 da Lei Municipal nº 379 de 28 de novembro de 1997.

A presente certidão tem validade de 90 (noventa) dias após sua emissão.

Barra do Piraí, 05 de Setembro de 2022.

  
Janete da S. Soares de Oliveira  
Deptº de Receita  
Mobiliária

*Janete S. Soares Oliveira*  
DRM - Matr.: 9675

  
Matheus Quintanilha Loçasso  
Diretor do DRM  
Diretor do Deptº de Receita  
Mobiliária

[www.pmbp.rj.gov.br](http://www.pmbp.rj.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL  
DGPC/DPT/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FÉLIX PACHECO



POLEGAR DIREITO

36



*Maria Daniel Pereira*  
Autenticado eletronicamente para conferência com original.

CARTEIRA DE IDENTIDADE

9-3534 9C8 356 16 92

Autenticado eletronicamente para conferência com original.

https://br/2codNuxeo=2b4

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

07243737-9

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

17/09/84

NOME

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA

FILIAÇÃO

FRANCISCO ARMINDO DANIEL  
NAIR BALTHAZAR DANIEL

NATURALIDADE

RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO

15/08/1964

DOC ORIGEM

C.CASM LIV BAUX6

FLS 104

TER 0001784 C 00 BARRA DO PIRAI RJ



Autenticado Assinatura do Diretor após conferência com original 036

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83  
<https://bofleg-autenticidade-assinatura-camara-legisla.gov.br/>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

021201507 96

NOME COMPLETO

GLÓRIA MARIA DANIEL CUNHA

NASCIMENTO

15.08.64



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://inflegautenticidade.espnatura.camara-leg.br/3codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be>

2b4be06e-8c2b-435c-be

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

É O DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FISICAS - CPF E  
IGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.  
QUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA  
FEDERAL.

DO AGENTE EMISSOR

**237/0664 2**

**17/08/89**

**BRADESCO**

**74020/5305**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be2>

2b4be06e-8c2b-435c-be2





Telefonica Brasil S.A.  
Av. Ayrton Senna, 2.200 - CEP: 22775-003 - Rio de Janeiro - RJ  
I.E.: 77452443 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62

Nº da Conta: 00001325696961  
Código Cliente: 00000156945134

MÊS REFERÊNCIA: 08/2022  
DATA DE EMISSÃO: 06/08/2022

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
AV PREF ARTUR DA COSTA 1976  
MUQUECA  
27140-055 BARRA DO PIRAI - RJ

VENCIMENTO  
21/08/2022

VALOR A PAGAR (R\$)  
14,39

MEIO DE PAGAMENTO: BOLETO  
ENVIO DA FATURA: E-MAIL  
(DIRETORFLAVIUCUNHA@gmail.com)

OS BENEFÍCIOS DO CELULAR RENOVAM TODO DIA: 06

#### RESUMO DA SUA CONTA

(DE 27/07/22 A 05/08/22)

VIVO CELULAR	14,39
Total a pagar	14,39

Plano contratado   Adicionais contratados	Quantidade	Valor (R\$)
VIVO CELULAR - Controle		
Vivo Controle 6GB III	1	-
(+) Serviços Digitais	-	-
Subtotal Vivo Controle		0,00
Subtotal Plano contratado / Adicionais contratados		0,00
Total a pagar		0,00

- Não existe(m) valor(es) pendente(s) até a data de emissão dessa conta -



#### SEUS NÚMEROS VIVO

Tel. Celular: 24-99865-0149 (Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento no App Vivo)

Veja detalhamento da sua conta no app Vivo

Pelo aplicativo, você também pode:

- Cadastrar o Débito Automático na sua conta e receber 3GB de internet todo mês
- Aproveitar os benefícios do Vivo Valoriza



#### FALE COM A GENTE

Acesse o App Vivo ou ligue:

Para os serviços de casa: 10315

Para os serviços do celular: \*8486 do seu celular Vivo

Se tem necessidades especiais de fala/audição, 142

Importante: Mantenha o pagamento em dia e evite o cancelamento dos serviços, a suspensão parcial / total dos serviços, a rescisão contratual, e a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito. Para pagamento após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura. | Central de Atendimento ANATEL: 1331, 1332 para deficientes auditivos e www.anatel.gov.br. PLANOS ANATEL: Vivo Controle 6GB III: 128/POS/SMP. Para a prestação de serviços descrita nessa fatura incidem os seguintes impostos: 0% ISS, 0.65% PIS e 3% COFINS e 2% ISS, 1.65% PIS e 7.6% COFINS e 0% ISS, 0% PIS e 0% COFINS para SVAs.

Autenticação Mecânica

Destaque aqui



GLORIA MARIA DANIEL CUNHA

Vencimento

Total a Pagar - R\$

21/08/2022

14,39

Cód. Débito Automático	Nº da Conta	Nº da Fatura	Mês Referência
1325696961-4	00001325696961	00000265945168	08/2022

846600000000 143900481001 013256969612 922089451681

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Pagar  
via Pix



2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, Título Eleitoral: **0610 9723 0337**, CPF: **021.201.507-96**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **XD93ntNhsPoxJphdfivWqPCdBGA=**  
Certidão emitida em **22/08/2022 10:33:44**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES  
CÍVEIS, CRIMINAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS**

Nº da Certidão 2022.01024587

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, **que contra:**

**GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, ou vinculado ao **CPF: 021.201.507-96**,

**NADA CONSTA**, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 25/08/2022 , às 11:46.

**Seção de Informações Processuais**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Diretoria Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

### CERTIDÃO

Nº da Certidão 0000326683

Finalidade: Certidão de 2º Grau válida somente para apresentação à Justiça Eleitoral, para fins de registro de candidatura.

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros informatizados relativos ao segundo grau de jurisdição deste Tribunal de Justiça, **NÃO CONSTA**, até a presente data, qualquer anotação de distribuição de feitos de competência originária e recursal em que tenha figurado **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, CPF 021.201.507-96, RG 072437379/SSP-RJ, data de nascimento: 15/08/1964, filiação: FRANCISCO ARMINDO DANIEL e NAIR BALTHAZAR DANIEL, nacionalidade brasileira, estado civil: casado(a), endereço residencial: Avenida Prefeito Arthur Costa, Barra do Pirai - RJ, ressalvado o disposto no § 2º, do artigo 8º, da Resolução nº. 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

#### Observações:

1. Certidão expedida gratuitamente pela Internet.
2. Para efeito da conferência da autenticidade, caberá ao destinatário da certidão confrontar a exatidão dos dados impressos com aqueles constantes dos documentos do interessado, e sua validação pode ser consultada através do link: <http://www4.tjrj.jus.br/certidao2grau/ValidarCertidaoWeb.aspx>.
3. O parâmetro da pesquisa levou em conta a distribuição dos processos conforme o dispositivo da Lei Complementar Nº 64/1990, com redação conferida pela Lei Complementar 135/2010, "Lei da Ficha Limpa", que prevê a inelegibilidade na hipótese de condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para os crimes elencados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", e "l".
4. A presente certidão atende, inclusive, aos que detêm foro por prerrogativa de função, nos casos de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
5. Esta Certidão não dispensa a apresentação daquela emitida pelos Cartórios Distribuidores judiciais e extrajudiciais do 1º Grau de jurisdição da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.
6. Esta certidão será válida até 23/11/2022.

**Certidão expedida em 25/08/2022, às 16:40:43.**

Diretoria Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

PALÁCIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FÓRUM CENTRAL

Av. Erasmo Braga, 115 - Centro / CEP: 20020-903



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## CERTIDÃO

Modelo Criminal

2022.1359468.955-1

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso II do Artigo 21 da CNCJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

I - Ações privativas das Varas Criminais;

II - Ações privativas das Varas Criminais - JURI;

III - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;

IV - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, desde:

**vinte e cinco de agosto de dois mil e dois até vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e dois,**

**NADA CONSTA no(s) nome(s) de GLORIA MARIA DANIEL CUNHA e CPF: 021.201.507-96, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 2022.1359468.955-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.**

Finalidade declarada pelo requerente: Ministério da Justiça - Ministério das Comunicações.

IDALIA FERNANDES DO PATROCINIO - Matr. 26465 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 25/08/2022 15:17:24

Barra do Piraí, 25 de agosto de 2022.

Fmolumentos  
Gratuito/Isento

✓ Válido somente com Selo de Fiscalização.  
✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>  
✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro – Parte Extrajudicial.  
✓ Provimento CGJ n° 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.  
Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indício de adulteração ou tentativa de fraude.  
Esta Certidão Eletrônica estará disponível para *download* pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.  
Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**

Inscrição: **0610 9723 0337**

Zona: 093      Seção: 0121

Município: 58050 - BARRA DO PIRAI

UF: RJ

Data de nascimento: 15/08/1964

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - NAIR BALTHAZAR DANIEL  
- FRANCISCO ARMINDO DANIEL

Certidão emitida às 10:31 em 22/08/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**G5R+.TFT9.7U3W.XSVB**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## CERTIDÃO

2022.1359443.617-1

Modelo Cível

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso I do Artigo 21 da CNCJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

- I - Ações privativas das Varas Cíveis, tais como Medidas Cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações e outros), Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções, reservas de domínio, anulação ou apreensão ou substituição de títulos, renovatórias e outras ações e precatórias;
- II - Ações privativas das Varas de Família, como separação, divórcio, alimentos e outras ações e precatórias;
- III - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- IV - Ações privativas das Varas de Órfãos e Sucessões, como inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
- V - Ações Acidentárias;
- VI - Ações privativas das Varas de Registro Público, como retificações, averbações, cancelamentos de procurações ou registro de títulos imobiliários e outras ações e precatórias;
- VII - Ações privativas das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso, tais como ações cíveis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, ações referentes às infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente, ações de alimentos, embargos de terceiro, mandados de segurança, perda suspensão ou restabelecimento do poder familiar, prestação de constas, remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador, revisão judicial de decisão do Conselho Tutelar, cumprimento de sentença e impugnação ou cumprimento de sentença, e, execuções de alimentos, execução de multa e/ou execução de título judicial;
- VIII - Ações e Precatórias de competência de Juizados Especiais Cíveis, desde:  
**vinte e cinco de agosto de dois mil e dois até vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e dois,**  
**NADA CONSTA no(s) nome(s) de GLORIA MARIA DANIEL CUNHA e CPF: 021.201.507-96, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 2022.1359443.617-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.**

Finalidade declarada pelo requerente: Outros (Ação Cível) - Ministério das Comunicações..

IDALIA FERNANDES DO PATROCINIO - Matr. 26465 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 25/08/2022 15:13:44  
Barra do Piraí, 25 de agosto de 2022.

Emolumentos  
Gratuito/Isento



2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES  
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2022.01164926

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

**GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, ou vinculado ao **CPF: 021.201.507-96**,

**NADA CONSTA**, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 25/08/2022 , às 11:56.

**Secretaria de Atividades Judiciárias**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

20.058.688-1

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

15/12/1999

NOME CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA

FILIAÇÃO

CARLOS DONIZETE DE SOUZA

ISABEL FERNANDO ABRAHÃO

NATURALIDADE

RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO

24/03/1982

DOC. ORIGEM

C.NASC LIV A16

FLS 149

TERM 9120

BARRA DO PIRAJI

RJ

CPF

*Carla Verônica de Souza*

0264

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 11.365/2003

0001 IVIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Carla Verônica de Souza*

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR



Autenticado eletronicamente após conferência com o  
original somente com marca d'água JUSTIÇA ELEITORAL

<https://www.tse.jus.br/sistema-autenticacao-assinatura-camara-cg.017?codinaxe0=2b4be>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-811314b09415





LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA  
AV. MAL. FLORIANO 168 RIO DE JANEIRO RJ  
CEP 20080-002 CNPJ 60.444.437/0001-46  
INSC. ESTADUAL 81380.023  
INSC. MUNICIPAL 00794678

Nota Fiscal - Série 05 nº: 1593903  
Conta de Energia Elétrica  
RE Proc SEI-040079/00 1395/2022  
SEPD 08-2005/0006384-9

CÓDIGO DO CLIENTE 32029308  
CÓDIGO DA INSTALAÇÃO 421160034

Classe / Subclasse: Tensão: 127V

Grupo: B B

Ref. Bancária

Ref. Mês / Ano

Subgrupo: B51

Medidor: FISCO

Nº: 8879841

DATA DA EMISSÃO: 21/06/2022

CARLA VERONICA ABRAMAO DE SOUZA  
R. EDNITO SILVA LOMBA 441 CA 01  
MUQUECA / BARRA DO PIRAÍ - RJ  
CEP 27140-290

DATA PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA: 20/07/2022

Tensão nominal em volts 117/202 V  
Disponível: 133/231 V  
Limites máx.: 133/231 V

RESERVADO AO FISCO: 3E32.F7A7.6E6F.5BA \* 4739.466E.A278.1FEA

REF. MÊS / ANO	TOTAL A PAGAR	VENCIMENTO
JUN/2022	R\$ 145,16	28/06/2022

Energia ativa	Medição Atual Data Leitura	Medição Anterior Data Leitura	Const. Medidor	Consumo kWh	Nº Dias
Tarifa Convencional	21/06/22 9869	20/05/22 9615	1	124	32

Unidade de Leitura  
12L77002

Item de fatura	CPOP	Unidade	Quant.	Preço Unit R\$	Valor R\$
Energia Elétrica kWh	5,258	kWh	124	1,01304	125,59
Contrib. Custeio Ilum. PABICA					16,25
Multa 2% conta de 05/2022 sobre R\$ 117,08					2,34
Juros mora 1%am: 12 dia(s) sobre R\$117,08					0,47
DEBITO VAR IPCA					0,51

Tarifas em R\$/kWh (sem emp. fixa)

FAZTA	BANDEIRA
0,80220	Verde
0,82094	Amarela
0,94420	Vermelha

Subtotal Faturamento 125,59  
Subtotal outros 19,57

Após o vencimento haverá multa de 2%, juros e atualização de IGP-M, cobrados em conta posterior (Res. ANEEL nº 414 de 09/09/10 e Lei 10.762 de 11/11/2003)

Tarifa sem Tributos 0,80220

Conv.

Consumo / kWh	Conv.
Jun/22	124
Mai/22	116
Abr/22	130
Mar/22	137
Fev/22	136
Jan/22	
Dez/21	
Nov/21	
Out/21	
Sep/21	151
Ago/21	137
Jul/21	151
Jun/21	160

BANDEIRAS TARIFÁRIAS		ADICIONAL BANDEIRAS JÁ INCLUIDO NO VALOR A PAGAR	
	MAI/2022	BANDEIRA	VALOR (R\$)
X	VERDE		
X	JUN/2022		
X	VERDE		

Tributo	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Total da Nota Fiscal (R\$)
ICMS	125,59	18,000	22,60	125,59
PIS/PASEP	1 X	0,610	0,62	
COFINS	10 X	2,820	2,90	

PIS/COFINS (alíquota efetiva) - valores das contribuições sociais já incluídas no preço. (PIS - Lei 10.037/02 / COFINS - Lei 10.633/03 / REH ANEEL vigente)

#### DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS

Esta declaração substitui a quitação dos débitos anteriores a partir de 2009 (Lei 12.007/09) Recibo nº 22062021570648. Não constam débitos sob sua responsabilidade nesta unidade consumidora para o ano de 2021. Esta declaração substitui as quitacoes mensais das contas de energia do ano em referência e dos anos anteriores quitados. Estão excluídos dessa declaração valores de irregularidades por eventuais constatações posteriores e/ou revisão do faturamento.

CARLA VERONICA ABRAMAO DE SOUZA  
CPF: 098.24245740

CÓDIGO DO CLIENTE 8

VENCIMENTO 28/06/2022

TOTAL A PAGAR R\$ 145,16

JUN/2022



A10900001424516005810718:228492417115:10098182262/8

https://www.lightrj.com.br/validarNotaFiscal.aspx?Codigo=228492417115:10098182262/8



## Comprovante de pagamento de água, luz, telefone e gás Via Internet Banking CAIXA

**Nome:** ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMU

**Conta de débito:** 0177 | 003 | 00003491-4

**Representação numérica do  
código de barras:**

836100000014

451600531078

228492417115

100981822628

**Empresa:** LIGHT SERV DE ELETRI

**Valor:** 145,16

**Identificação da operação:** LUZ CARLA

**Data de débito:** 21/07/2022

**Data/hora da operação:** 21/07/2022 12:15:59

**Código da operação:** 00735500

**Chave de segurança:** EWGXCQR80CVXYRX7

**Operação realizada com sucesso conforme as informações fornecidas pelo cliente.**

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Peça o comprovante de entrega: 0800 726 2492

O comprovante é válido para fins de comprovação de pagamento.

Assinatura eletrônica do cliente, após conferência com original.

Assinatura eletrônica do cliente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **CARLA VERONICA ABRAHÃO DE SOUZA**, Título Eleitoral: **1157 9075 0361**, CPF: **098.242.457-40**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **JdfBDQmNJalGbWL49/ZW4AD4cU=**  
Certidão emitida em **19/08/2022 14:57:54**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES  
CÍVEIS, CRIMINAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS**

Nº da Certidão 2022.01024669

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, **que contra:**

**CARLA VERONICA ABRAHAO DE SOUZA**, ou vinculado ao **CPF: 098.242.457-40**,

**NADA CONSTA**, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 25/08/2022 , às 11:54.

**Seção de Informações Processuais**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Diretoria Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

### CERTIDÃO

Nº da Certidão 0000326721

Finalidade: Certidão de 2º Grau válida somente para apresentação à Justiça Eleitoral, para fins de registro de candidatura.

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros informatizados relativos ao segundo grau de jurisdição deste Tribunal de Justiça, **NÃO CONSTA**, até a presente data, qualquer anotação de distribuição de feitos de competência originária e recursal em que tenha figurado **CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA**, CPF 098.242.457-40, RG 200586881/SESP RJ-RJ, data de nascimento: 24/03/1982, filiação: CARLOS DONIZETE DE SOUZA e ISABEL FERNANDO ABRAHÃO, nacionalidade brasileira, estado civil: casado(a), endereço residencial: Benedito Silva Lomba, 441, Barra Do Pirai - RJ, ressalvado o disposto no § 2º, do artigo 8º, da Resolução nº. 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

#### Observações:

1. Certidão expedida gratuitamente pela Internet.
2. Para efeito da conferência da autenticidade, caberá ao destinatário da certidão confrontar a exatidão dos dados impressos com aqueles constantes dos documentos do interessado, e sua validação pode ser consultada através do link: <http://www4.tjrj.jus.br/certidao2grau/ValidarCertidaoWeb.aspx>.
3. O parâmetro da pesquisa levou em conta a distribuição dos processos conforme o dispositivo da Lei Complementar Nº 64/1990, com redação conferida pela Lei Complementar 135/2010, "Lei da Ficha Limpa", que prevê a inelegibilidade na hipótese de condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para os crimes elencados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", e "l".
4. A presente certidão atende, inclusive, aos que detêm foro por prerrogativa de função, nos casos de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
5. Esta Certidão não dispensa a apresentação daquela emitida pelos Cartórios Distribuidores judiciais e extrajudiciais do 1º Grau de jurisdição da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.
6. Esta certidão será válida até 24/11/2022.

**Certidão expedida em 26/08/2022, às 10:39:27.**

Diretoria Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

PALÁCIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FÓRUM CENTRAL

Av. Erasmo Braga, 115 - Centro / CEP: 20020-903



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## CERTIDÃO

Modelo Criminal

2022.1360711.095-1

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso II do Artigo 21 da CNCGJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

I - Ações privativas das Varas Criminais;

II - Ações privativas das Varas Criminais - JURI;

III - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;

IV - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, desde:

**vinete e nove de agosto de dois mil e dois até vinete e nove de agosto de dois mil e vinte e dois,**

**NADA CONSTA no(s) nome(s) de CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA e CPF: 098.242.457-40, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 2022.1360711.095-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.**

Finalidade declarada pelo requerente: Ministério da Justiça - Ministério Das Comunicações .

IDALIA FERNANDES DO PATROCINIO - Matr. 26465 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 29/08/2022 14:03:40

Barra do Piraí, 29 de agosto de 2022.

Emolumentos  
Gratuito/Isento

✓ Válido somente com Selo de Fiscalização.

✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>

✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro – Parte Extrajudicial.

✓ Provimento CGJ n° 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

✓ Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indício de adulteração ou tentativa de fraude.

Esta Certidão Eletrônica estará disponível para *download* pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **CARLA VERONICA ABRAHÃO DE SOUZA**

Inscrição: **1157 9075 0361**

Zona: 093      Seção: 0109

Município: 58050 - BARRA DO PIRAI

UF: RJ

Data de nascimento: 24/03/1982

Domicílio desde: 03/05/2000

Filiação: - ISABEL FERNANDO ABRAHÃO  
- CARLOS DONIZETE DE SOUZA

Certidão emitida às 14:53 em 19/08/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**++3K.LMF9.OS/K.BGBU**

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



## CERTIDÃO

2022.1360703.666-1

Modelo Cível

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso I do Artigo 21 da CNCJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

- I - Ações privativas das Varas Cíveis, tais como Medidas Cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações e outros), Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções, reservas de domínio, anulação ou apreensão ou substituição de títulos, renovatórias e outras ações e precatórias;
  - II - Ações privativas das Varas de Família, como separação, divórcio, alimentos e outras ações e precatórias;
  - III - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;
  - IV - Ações privativas das Varas de Órfãos e Sucessões, como inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
  - V - Ações Acidentárias;
  - VI - Ações privativas das Varas de Registro Público, como retificações, averbações, cancelamentos de procurações ou registro de títulos imobiliários e outras ações e precatórias;
  - VII - Ações privativas das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso, tais como ações cíveis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, ações referentes às infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente, ações de alimentos, embargos de terceiro, mandados de segurança, perda suspensão ou restabelecimento do poder familiar, prestação de constas, remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador, revisão judicial de decisão do Conselho Tutelar, cumprimento de sentença e impugnação ou cumprimento de sentença, e, execuções de alimentos, execução de multa e/ou execução de título judicial;
  - VIII - Ações e Precatórias de competência de Juizados Especiais Cíveis, desde:
- vinte e nove de agosto de dois mil e dois até vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e dois,**  
**NADA CONSTA no(s) nome(s) de CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA e CPF: 098.242.457-40, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 2022.1360703.666-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.**

Finalidade declarada pelo requerente: Outros (Ação Cível) - Ministério Das Comunicações .

IDALIA FERNANDES DO PATROCINIO - Matr. 26465 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 29/08/2022 14:13:17  
Barra do Piraí, 29 de agosto de 2022.

Emolumentos  
Gratuito/Isento





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES  
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2022.01164936

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

**CARLA VERONICA ABRAHAO DE SOUZA**, ou vinculado ao **CPF: 098.242.457-40**,

**NADA CONSTA**, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 25/08/2022 , às 11:57.

**Secretaria de Atividades Judiciárias**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



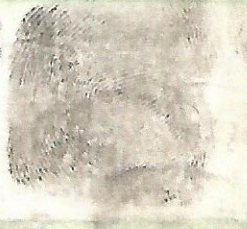
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL

DGPC/DPT/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FELIX PACHECO



3



Elcio da S. Pereira Dutra

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

81332305-2

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

04/06/87

NOME

ELCIO DA SILVEIRA DUTRA

FILIAÇÃO

WALDEMAR DA SILVEIRA DUTRA  
ELZA FONSECA DUTRA

NATURALIDADE

PIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO

28/05/1940

ORIGEM C. C. ASM LIV 40

FLS 22

R. 0007249 C \*\* BARRA DE PIRAI RJ

\*\*\*\*\*

Assinatura do titular

036

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7 116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-2b4be06e-8c2b-435c-be28-8213f4bd94f5>

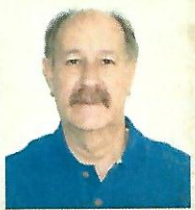


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO  
 O TERRITÓRIO NACIONAL  
 2248347833

NOME  
**ELCIO DA SILVEIRA DUTRA**



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
**813323052IFPRJ**

CPF DATA NASCIMENTO  
**091.109.686-87 28/05/1948**

FILIAÇÃO  
**WALDEMAR DA SILVEIRA DUTRA**  
**ELZA FONSECA DUTRA**

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.  
☐ ☐ **B**

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO  
**00770873183 30/05/2024 26/04/1975**



OBSERVAÇÕES  
**A**

*Elcio da S. Silveira Dutra*

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO - DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO - DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO - DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO - DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

LOCAL DATA EMISSÃO  
**BARRA DO PIRAI, RJ 02/06/2021**

*Adolpho Konder*

91628088800  
 RJ590484311



ASSINATURA DO EMISSOR

**RIO DE JANEIRO**

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/>

PROIBIDO PLASTIFICAR

7833



<https://doi.org/10.1590/leg.br/ficvixeo=2b4be06e-8c2b-43>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES  
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2022.01185327

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

**ELCIO DA SILVEIRA DUTRA**, ou vinculado ao **CPF: 091.109.686-87**,

**NADA CONSTA**, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 30/08/2022 , às 11:21.

**Secretaria de Atividades Judiciárias**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **ELCIO DA SILVEIRA DUTRA**, Título Eleitoral: **0607 5281 0353**, CPF: **091.109.686-87**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **O+hEHoWYqW7Z8diAxwetRMuPEk=**  
Certidão emitida em 30/08/2022 11:15:01

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES  
CÍVEIS, CRIMINAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS**

Nº da Certidão 2022.01042530

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, **que contra:**

**ELCIO DA SILVEIRA DUTRA**, ou vinculado ao **CPF: 091.109.686-87**,

**NADA CONSTA**, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 30/08/2022 , às 11:22.

**Seção de Informações Processuais**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





## Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Diretoria Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

### CERTIDÃO

Nº da Certidão 0000326924

Finalidade: Certidão de 2º Grau válida somente para apresentação à Justiça Eleitoral, para fins de registro de candidatura.

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros informatizados relativos ao segundo grau de jurisdição deste Tribunal de Justiça, **NÃO CONSTA**, até a presente data, qualquer anotação de distribuição de feitos de competência originária e recursal em que tenha figurado **ELCIO DA SILVEIRA DUTRA**, CPF 091.109.686-87, RG 813323052/IIFP-RJ, data de nascimento: 28/05/1948, filiação: WALDEMAR DA SILVEIRA DUTRA e ELZA FONSECA DUTRA, nacionalidade brasileira, estado civil: casado(a), endereço residencial: Rua Joaquim Dutra, Rio de Janeiro - RJ, ressalvado o disposto no § 2º, do artigo 8º, da Resolução nº. 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

#### Observações:

1. Certidão expedida gratuitamente pela Internet.
2. Para efeito da conferência da autenticidade, caberá ao destinatário da certidão confrontar a exatidão dos dados impressos com aqueles constantes dos documentos do interessado, e sua validação pode ser consultada através do link: <http://www4.tjrj.jus.br/certidao2grau/ValidarCertidaoWeb.aspx>.
3. O parâmetro da pesquisa levou em conta a distribuição dos processos conforme o dispositivo da Lei Complementar Nº 64/1990, com redação conferida pela Lei Complementar 135/2010, "Lei da Ficha Limpa", que prevê a inelegibilidade na hipótese de condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para os crimes elencados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", e "l".
4. A presente certidão atende, inclusive, aos que detêm foro por prerrogativa de função, nos casos de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
5. Esta Certidão não dispensa a apresentação daquela emitida pelos Cartórios Distribuidores judiciais e extrajudiciais do 1º Grau de jurisdição da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.
6. Esta certidão será válida até 28/11/2022.

**Certidão expedida em 30/08/2022, às 11:40:48.**

Diretoria Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

PALÁCIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FÓRUM CENTRAL

Av. Erasmo Braga, 115 - Centro / CEP: 20020-903



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **ELCIO DA SILVEIRA DUTRA**

Inscrição: **0607 5281 0353**

Zona: 093      Seção: 0097

Município: 58050 - BARRA DO PIRAI

UF: RJ

Data de nascimento: 28/05/1948

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - ELZA FONSECA DUTRA  
- WALDEMAR DA SILVEIRA DUTRA

Certidão emitida às 10:41 em 30/08/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**GH3V.FTUD.BTJ/.NDDK**

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



## CERTIDÃO

Modelo Criminal

2022.1365950.393-1

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso II do Artigo 21 da CNCGJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

I - Ações privativas das Varas Criminais;

II - Ações privativas das Varas Criminais - JURI;

III - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;

IV - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, desde:

**trinta de agosto de dois mil e dois até trinta de agosto de dois mil e vinte e dois,**

**NADA CONSTA no(s) nome(s) de ELCIO DA SILVEIRA DUTRA e CPF: 091.109.686-87, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 2022.1365950.393-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.**

Finalidade declarada pelo requerente: Ministério da Justiça - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

IDALIA FERNANDES DO PATROCINIO - Matr. 26465 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 30/08/2022 13:16:09

Barra do Piraí, 30 de agosto de 2022.

Fmolumentos  
Gratuito/Isento

✓ Válido somente com Selo de Fiscalização.

✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>

✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro – Parte Extrajudicial.

✓ Provimento CGJ n° 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indício de adulteração ou tentativa de fraude.

Esta Certidão Eletrônica estará disponível para *download* pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





## CERTIDÃO

2022.1365940.278-1

Modelo Cível

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso I do Artigo 21 da CNCGJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

- I - Ações privativas das Varas Cíveis, tais como Medidas Cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações e outros), Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções, reservas de domínio, anulação ou apreensão ou substituição de títulos, renovatórias e outras ações e precatórias;
- II - Ações privativas das Varas de Família, como separação, divórcio, alimentos e outras ações e precatórias;
- III - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- IV - Ações privativas das Varas de Órfãos e Sucessões, como inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
- V - Ações Acidentárias;
- VI - Ações privativas das Varas de Registro Público, como retificações, averbações, cancelamentos de procurações ou registro de títulos imobiliários e outras ações e precatórias;
- VII - Ações privativas das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso, tais como ações cíveis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, ações referentes às infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente, ações de alimentos, embargos de terceiro, mandados de segurança, perda suspensão ou restabelecimento do poder familiar, prestação de constas, remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador, revisão judicial de decisão do Conselho Tutelar, cumprimento de sentença e impugnação ou cumprimento de sentença, e, execuções de alimentos, execução de multa e/ou execução de título judicial;
- VIII - Ações e Precatórias de competência de Juizados Especiais Cíveis, desde:  
**trinta de agosto de dois mil e dois até trinta de agosto de dois mil e vinte e dois,**  
**NADA CONSTA no(s) nome(s) de ELCIO DA SILVEIRA DUTRA e CPF: 091.109.686-87, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão nº 2022.1365940.278-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.**

Finalidade declarada pelo requerente: Outros (Ação Cível) - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

IDALIA FERNANDES DO PATROCINIO - Matr. 26465 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 30/08/2022 13:18:31  
Barra do Piraí, 30 de agosto de 2022.

Emolumentos  
Gratuito/Isento



**PROGRAMAÇÃO DIÁRIA DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**"RÁDIO PARAÍZO"**  
**DE SEGUNDA A SEXTA DAS 00h00min ÀS 24h00min**

HORÁRIO	00h 00 min às 08h 00 min
LOCUTOR:	Programação computadorizada
PROGRAMA:	Sucesso está de volta
DESCRIÇÃO	Musicas diversas, reflexão , hora certa, vinhetas e noticias gravadas

HORÁRIO	08h 00 min às 09h 00 min
LOCUTOR:	José Francisco (Zezinho)
PROGRAMA:	Revista Paraíso
DESCRIÇÃO	Noticias Locais e Nacionais

HORÁRIO	09h 00 min às 10h 00 min
LOCUTOR:	Carla Verônica
PROGRAMA:	Manhã Sertaneja
DESCRIÇÃO	Musicas sertaneja , reflexão do dia e participação dos ouvintes

HORÁRIO	10h 00 min às 12h 00 min
LOCUTOR:	Flávio e Glória Cunha
PROGRAMA:	Manhã Abençoada
DESCRIÇÃO	Entrevista com empresários, Representantes povo, noticias do esporte, participação ouvintes.

HORÁRIO	12h 00 min às 13h 00 min
LOCUTOR:	Carla Verônica e Júnior Cunha
PROGRAMA:	Hora da Galerinha
DESCRIÇÃO	Participação das crianças com sorteios de brindes e músicas infantis

HORÁRIO	13h 00 min às 15h 00 min
LOCUTOR:	Willians Renato
PROGRAMA:	Reporte Policial Gato Preto
DESCRIÇÃO	Reportagem policial, entrevista com políticos (Prefeito, Vereadores e Secretários

HORÁRIO	15h 00 min às 17h 00 min – Segunda Feira
LOCUTOR:	Glória Cunha
PROGRAMA:	É desse jeito
DESCRIÇÃO	Músicas, sorteio e participação dos ouvintes

HORÁRIO	15h 00 min às 17h 00 min- Terça feira
LOCUTOR:	Vera Lúcia
PROGRAMA:	Vale de Bençãos
DESCRIÇÃO	Musicas, palavra de Deus e participação dos ouvintes

HORÁRIO	15h 00 min às 17h 00 min- Quarta e Sexta feira
LOCUTOR:	Edenir Aguiar
PROGRAMA:	Cristo é a Resposta
DESCRIÇÃO	Musicas, palavra de Deus e participação dos ouvintes



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



HORÁRIO	15h 00 min às 17h 00 min- Quinta feira
LOCUTOR:	Laercio Fraga e Élio
PROGRAMA:	Se todos tivessem Jesus
DESCRIÇÃO	Musicas, palavra de Deus e participação dos ouvintes

HORÁRIO	17h 00 min às 18 h 59 min
LOCUTOR:	Carla Verônica
PROGRAMA:	Mixer C
DESCRIÇÃO	Músicas, pegadinhas e participação dos ouvintes

HORÁRIO	19h 00 min às 20 h 00 min
LOCUTOR:	
PROGRAMA:	A Voz do Brasil
DESCRIÇÃO	

HORÁRIO	20h 01 min às 23 h 59 min
LOCUTOR:	Programação computadorizada
PROGRAMA:	Noite Abençoada
DESCRIÇÃO	Musicas diversas, reflexão , hora certa, vinhetas e noticias gravadas

**PROGRAMAÇÃO DIÁRIA DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA  
"RÁDIO PARAÍZO"  
DE SÁBADO DAS 00h00min ÀS 24h00min**

HORÁRIO	00h 00 min às 12h 00 min	
LOCUTOR:	Programação computadorizada	
PROGRAMA:	Bom dia povo Barrense	
DESCRIÇÃO	Musicas diversas, reflexão , hora certa, vinhetas e noticias gravadas	

HORÁRIO	12h 00 min às 14h 00 min	
LOCUTOR:	Programação computadorizada	
PROGRAMA:	Jornal da Radioweb	
DESCRIÇÃO	Noticias do Brasil e do Mundo	

HORÁRIO	14h 00 min às 18h 00 min
LOCUTOR:	Programação computadorizada
PROGRAMA:	Tarde Paraíso
DESCRIÇÃO	Musicas diversas, reflexão , hora certa, vinhetas e noticias gravadas

HORÁRIO	18h 00 min às 23h 59 min
LOCUTOR:	Programação computadorizada
PROGRAMA:	Noite sabadão
DESCRIÇÃO	Musicas diversas, reflexão , hora certa, vinhetas e noticias gravadas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**PROGRAMAÇÃO DIÁRIA DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**"RÁDIO PARAÍZO"**  
**DE DOMINGO DAS 00h00min ÀS 24h00min**

HORÁRIO	00h 00 min às 12h 00min
LOCUTOR:	Programação computadorizada
PROGRAMA:	Bom dia Domingão
DESCRIÇÃO	Musicas diversas, reflexão , hora certa, vinhetas e noticias gravadas

HORÁRIO	12h 00 min às 14h 00 min
LOCUTOR:	Programação computadorizada
PROGRAMA:	Jornal da Radioweb
DESCRIÇÃO	Noticias do Brasil e do Mundo

HORÁRIO	14h 00 min às 18h 00 min
LOCUTOR:	Programação computadorizada
PROGRAMA:	Domingo Alegre
DESCRIÇÃO	Musicas diversas, reflexão , hora certa, vinhetas e noticias gravadas

HORÁRIO	18h 00 min às 23h 59 min
LOCUTOR:	Programação computadorizada
PROGRAMA:	Domingo Especial
DESCRIÇÃO	Musicas diversas, reflexão , hora certa, vinhetas e noticias gravadas

O CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 03.187.6328/0001-02, com sede à Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muquoca, CEP 27.140-051, através de seus conselheiros, declara que a programação da emissora de rádio, conforme a grade de programação anexa atende os objetivos e finalidades legais do serviço de Radiodifusão Comunitária.

Barra do Piraí (RJ), 16 de setembro de 2022.

**CONSELHEIROS:**

*Claudia Farias de Barros*

Entidade: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARRA DO PIRAÍ  
CNPJ nº 29.441.375-0001-79  
Representante: CLAUDIA FARIAS DE BARROS

*Daniilo Martins Dinelli*

Entidade: ROTARY CLUB DE BARRA DO PIRAÍ  
CNPJ nº 01.358.541/0001-59  
Representante: DANILO MARTINS DINELLI



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

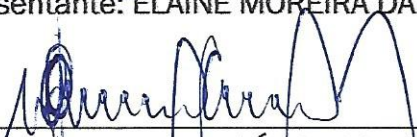
2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Entidade: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA ROSEIRA

CNPJ nº 03.241.595/0001-65

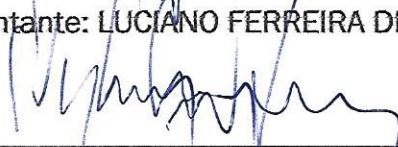
Representante: ELAINE MOREIRA DA SILVA



Entidade: IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BARRA DO PIRAI

CNPJ nº 29.065.851/0003-66

Representante: LUCIANO FERREIRA DE SOUZA



Entidade: IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BARRA DO PIRAI

CNPJ nº 29.065.851/0003-66

Representante: JOSÉ HENRIQUE PIRES LEITE JUNIOR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 03.241.595/0001-65 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/06/1999
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO DA ROSEIRA			
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMORA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R B	NUMERO 331	COMPLEMENTO *****	
CEP 27.143-000	BAIRRO/DISTRITO ROSEIRA	MUNICIPIO BARRA DO PIRAI	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/06/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/08/2022 às 08:02:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NUMERO DE INSCRIÇÃO <b>01.358.541/0001-59</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>05/08/1996</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ROTARY CLUB DE BARRA DO PIRAI</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>R JOSE MASTRANGELO</b>	NUMERO <b>150</b>	COMPLEMENTO *****	
CEP <b>27.120-250</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>VILA SUISSA</b>	MUNICÍPIO <b>BARRA DO PIRAI</b>	UF <b>RJ</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>27/08/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/08/2022** às **08:01:12** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NUMERO DE INSCRIÇÃO <b>29.441.375/0001-79</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>29/12/1975</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE B PIRAI</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>APAE</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b> <b>85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente</b> <b>86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas</b> <b>86.30-5-04 - Atividade odontológica</b> <b>86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia</b> <b>86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>R JOSE MASTRANGELO</b>	NUMERO <b>200</b>	COMPLEMENTO <b>ANEXO 150</b>	
CEP <b>27.120-250</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>VILA SUISSA</b>	MUNICÍPIO <b>BARRA DO PIRAI</b>	UF <b>RJ</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>apaebarradopirai@veloxmail.com.br</b>		TELEFONE <b>(24) 2443-2424/ (24) 2442-6495</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/07/1998</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/08/2022** às **08:00:22** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.065.851/0003-66 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/10/2015
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL IGREJA EVANGELICA CONGREGACIONAL V REDONDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - Organização Religiosa
--

LOGRADOURO AV VERA CRUZ	NÚMERO 78	COMPLEMENTO *****
----------------------------	--------------	----------------------

CEP 27.140-360	BAIRRO/DISTRITO MUQUECA	MUNICÍPIO BARRA DO PIRAI	UF RJ
-------------------	----------------------------	-----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FRANCARCONTAB@UOL.COM.BR	TELEFONE (24) 3346-6127
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/01/2022
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/08/2022 às 14:01:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Protocolo Digital

Número da Solicitação

264359.0006348/2022

CPF

076.150.039-11

Nome

JESSICA HELENA ZANON

E-mail

jessicazanonadv@gmail.com

Sexo

Feminino

Data de nascimento

17/06/1991

País de nacionalidade

Brasil

Naturalidade

CASCADEL

☒

Autorizo o contato por telefone

Telefone principal

(45) 99980-9411

Data de envio da solicitação

17/10/2022

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação  
6487\_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação  
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações

Dados do Solicitante

Tipo do Solicitante  
Pessoa Jurídica

Procuração  
1 - Procuração + Substabelecimento.pdf

CNPJ  
03.187.632/0001-02



## ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA

E-mail

diretorflaviocunha@gmail.com

---

**Documentação Necessária**

---

Tipo de Documento      Requerimento

Selecionar Documento      2 - Solicitações de juntada de documento - RENOVAÇÃO.pdf

---

**Complementação do Protocolo Anterior**

Solicitação é complementar a um protocolo anterior

NÃO

---

**Documentos Complementares (Preenchimento Opcional)**

---

Descrição do documento      Requerimento de Renovação de Outorga

Selecionar Documento      3 - Requerimento de Renovação de Outorga.pdf

---

Descrição do documento      Ata de Eleição Diretoria + Conselhor Comunitário + Alteração

Selecionar Documento      4 - Ata de ELEIÇÃO + Alteração Estatuto.pdf

---

Descrição do documento      Estatuto Social - 2ª Alteração Consolidada

Selecionar Documento      5 - Estatuto Social - 2ª Alteração Consolidada.pdf

---

Descrição do documento      Comprovante CNPJ + Certidões

Selecionar Documento      6 - Comprovante CNPJ + Certidões.pdf

---

Descrição do documento      Documentos + Certidões Negativas - Dirigentes

Selecionar Documento      7 - Documentos Dirigentes.pdf

---

Descrição do documento      Grade de programação + CNPJ Entidades

Selecionar Documento      8 - Programação diária da Rádio Paraíso.pdf

---

**Informações Complementares (Preenchimento Opcional)**

Informações Complementares

Renovação de Outorga - Período 04/01/2022 à 04/01/2032

ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[https://servicos.gov.br/bpm/carrega\\_etapa?action=carrega&sCodProcesso=6487&sCodEtapa=15&sCodCiclo=1&sCodForm=6&sCodVers...](https://servicos.gov.br/bpm/carrega_etapa?action=carrega&sCodProcesso=6487&sCodEtapa=15&sCodCiclo=1&sCodForm=6&sCodVers...)

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

Diários Oficiais > Diário Oficial da União > 30 Out 2006 > Seção 1 > Página 189

## Página 189 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 30 de Outubro de 2006



Publicado por Diário Oficial da União  
há 17 anos

[Reportar página](#)

00919057/0001-99, em Lajeado/RS, na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na referida Portaria para sua habilitação, assim como a sua filial a seguir discriminada:

CNPJ n 00919057/0002-70 - Lajeado/RS

Processo n 25000.164972/2006-56

Interessado: PRM MACHADO

Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na Portaria GM/MS n 491/2006

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo parágrafo quarto do artigo 8 da Portaria GM/MS n 491/2006, publicada no DOU de 10/03/2006 e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRM MACHADO, CNPJ n 91.911.750/0001-70, em PORTO ALEGRE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na referida Portaria para sua habilitação

Processo n 25000.164964/2006-18

Interessado: REGINA MARIA MERLO ME

Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na Portaria GM/MS n 491/2006

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo parágrafo quarto do artigo 8 da Portaria GM/MS n 491/2006, publicada no DOU de 10/03/2006 e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REGINA MARIA MERLO ME, CNPJ n 05.631.011/0001-93 em ITAGUACU/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na referida Portaria para sua habilitação

Processo n 25000.164950/2006-96

Interessado: TOLEDO & HENRIQUES LTDA

Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na Portaria GM/MS n 491/2006



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://brasil.com.br/diarios/749324/pg-189-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-2006>

<https://brasil.com.br/diarios/749324/pg-189-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-2006>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



quarto do artigo 8 da Portaria GM/MS n 491/2006, publicada no DOU de 10/03/2006 e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TOLEDO & HENRIQUES LTDA, CNPJ n 21.470.935/0001-01, em GUIDOVAL/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na referida Portaria para sua habilitação

MOISÉS GOLDBAUM

RETIFICAÇÃO

Retificar, por ter saído com incorreção, no original DOU n 207 de 27 de Outubro de 2006 seção 1 pag 95.

No processo n 25000.164269/2006-48, interessado BARCELOS E MORANDI LTDA

Onde se lê: MARCELOS & MORANDI LTDA - ME

Leia-se: BARCELOS E MORANDI LTDA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 25 DE OUTUBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve

outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais

após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
776	53000.008437/04	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vida Lângaro	Vila Lângaro/RS
777	53000.014337/04	Associação de Radiodifusão Comunitária de Conceição da Feira BA	Conceição da Feira/BA
778	53000.021388/04	Associação Beneficente Cristã de Ilhota	Ilhota/SC
779	53100.000231/04	ICEQUI - Instituto Cultural e Econômico de Quixelô	Quixelô/CE
780	53100.000429/04	Associação Comunitária Antônio Nezinho de Souza - ACANS - Para o Desenvolvimento Comunitário de Mauriti	Mauriti/CE
781	53100.000503/04	Associação Comunitária para o Desenvolviemnto de Mombaça	Mombaça/CE
782	53100.000735/04	Associação Cultural, Esportiva e Protetora do Meio Ambiente de Ladainha	Ladainha/MG
783	53830.002386/02	Associação Comunitária Manduriense de Radiodifusão	Manduri/SP
784	53830.001696/98	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Compromisso com a Verdade e a Vida	Cosmópolis/SP





789	53790.001345/98	Sociedade Comunitária Navegantes	Ronda Alta/RS
790	53790.000996/98	Associação Cultural Santa Rita Comunitária	Nova Santa Rita/RS
791	53760.000601/98	Associação de Rádio Comunitária Ativa - FM	Piracuruca/PI
792	53740.001740/98	Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado	Curitiba/PR
793	53770.000157/00	Associação Rádio Paraíso de Comunicação e Ação Comunitária	Barra do Pirai/RJ
794	53790.000690/01	Associação Comunitária de Toropi	Toropi/RS
796	53710.000978/99	Grupo Cultural Semente do Vale	Carbonita/MG
797	53710.000889/99	Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão	Santana do Paraíso/MG
798	53740.000961/98	Associação Comunitária e Cultural Skala	Paranavaí/PR
799	53740.001460/98	Associação dos Moradores do Tabuleiro	Matinhos/PR
800	53720.000783/01	Associação Cultural Comunitária de Salinópolis	Salinópolis/PA
801	53710.000297/01	Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Francisco Badaró FUNDEC	Francisco Badaró/MG
802	53100.000777/04	Associação Comunitária Cultural Vale do Rio Pires	Rio do Pires/BA
803	53100.000795/04	ACAS - Associação Comunitária de Alto Santo - Ceará	Alto Santo/CE
804	53710.000085/99	Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos	Andradas/MG
805	53710.000860/98	Rádio Comunitária Popular FM	Urucânia/MG
806	53710.000797/98	Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ouro Fino	Ouro Fino/MG
807	53710.000705/98	Fundação Santo Antônio do Aventureiro	Santo Antônio do Aventureiro/MG
808	53650.002082/98	Associação Beneficente Ideal	Fortaleza/CE
809	53680.000710/98	Fundação Cultural, Recreativa e Assistencial Sãomateusense	São Mateus do Maranhão/MA
810	53710.000700/98	Associação Comunitária de Cruzeiro Vale FM de Radiodifusão	Cruzeiro/SP
811	53710.000027/02	Associação Comunitária dos Amigos de Pintópolis	Pintópolis/MG
812	53103.000919/98	Associação de Difusão Rádio Comunitária Esperança FM	Jaboatão dos Guararapes/PE
814	53640.001286/98	Associação Beneficente Maria Amélia Moura	São Felipe/BA
815	53640.001177/98	Associação Comunitária de Boa Vista do Tupim	Boa Vista do Tupim/BA
816	53640.000246/99	Fundação FM Nova Aliança Comunitária do Bairro Jequeizinho	Jequié/BA

**HELIO COSTA**

788 53710.000677/01 Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

### CONSELHO DIRETOR

### ATO Nº 61.535, DE 24 DE OUTUBRO DE 2006

Processo n.º 53000.008017/93

Declara extinta, por renúncia, desde 16 de novembro de 2005, a permissão outorgada à MOBILTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES, para explorar o Serviço Móvel Especializado na cidade de São



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[sbrasil.com.br/diarios/749324/pg-189-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-2006](http://sbrasil.com.br/diarios/749324/pg-189-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-2006)

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?Codigo=204be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

radiofrequência associada. A renúncia não desonera a empresa de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR

Presidente do Conselho

**ATO N. 61.579, DE 24 DE OUTUBRO DE 2006**

Processo n.º 53500.020989/2004.

Expedir autorização à E. S. EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. para explorar o Serviço Especial de Supervisão e

Controle, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço o Município de Assis/SP.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR

Presidente do Conselho

Entre Rio de Minas/ MG

**ATO N 61.580, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006**

Processo n.º 53500.019784/2004.

Expede autorização à DISK TÁXI AMAZÔNIA LTDA ME para explorar o Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço o município de Porto Velho, no estado de Rondônia. Outorga autorização de uso das radiofrequências 152,09 MHz e 158,71 MHz à autorizada, associada à autorização para a exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, sem exclusividade, por dez anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa por igual período.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR

Presidente do Conselho

**DESPACHO DO PRESIDENTE DO CONSELHO**

Em 18 de agosto de 2006

Nº 417/2006-CD - Processo nº 53XXX.002.5XX/2000.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela TELERJ CELULAR S/A, nos autos do processo em epígrafe, em face do Despacho nº 65/2005-CD, proferido pelo Conselho Diretor da Anatel, datado de 27 de janeiro de 2005,

HELIO COSTA

bem como as Alegações apresentadas em razão do Ofício nº 6176/2005/ER02AF/ER02/ANATEL, de 31 de outubro de 2005, decidiu, em sua Reunião nº 403, de 2 de agosto de 2006: a) conhecer do

Pedido de Reconsideração e das Alegações para, no mérito, negar a eles provimento; b) reformar a decisão exarada do Conselho Diretor por meio do Despacho nº 65/2005-CD, de 27 de janeiro de 2005, com fundamento



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/749324/pg-189-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-2006>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



pela Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização, considerando as razões e fundamentos constantes da Análise nº 125/2006-GCJL, de 14 de julho de 2006, as justificativas contidas nos Informes n.

171/2005/ER02AF, de 10 de junho de 2005 e 823/2005/ER02AF, de 22 de novembro de 2005, bem

como no Parecer nº 630/2005/PGF/DFHOG/ER02., de 11 de janeiro de 2006, da Procuradoria Federal Especializada da Anatel.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR

## Jusbrasil

[Sobre nós](#)

[Ajuda](#)

[Newsletter](#)

[Cadastre-se](#)

## Para todas as pessoas

[Artigos](#)

[Notícias](#)

[Encontre uma pessoa advogada](#)

[Consulta processual](#)

## Para profissionais

[Jurisprudência](#)

[Doutrina](#)

[Diários Oficiais](#)

[Peças Processuais](#)

[Modelos](#)

[Legislação](#)

[Seja assinante](#)

[API Jusbrasil](#)

## Transparência

[Termos de Uso](#)

[Política de Privacidade](#)

[Proteção de Dados](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[sbrasil.com.br/diarios/749324/pg-189-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-2006](http://sbrasil.com.br/diarios/749324/pg-189-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-2006)

<http://sbrasil.com.br/diarios/749324/pg-189-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-10-2006>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Diários Oficiais > Diário Oficial da União > 04 Jan 2013 > Seção 1 > Página 2

## Página 2 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 4 de Janeiro de 2013



Publicado por Diário Oficial da União  
há 10 anos

[Reportar página](#)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N 7, DE 2013

Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES, RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.009, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Portal Comunicações, Rádio e Televisão LTDA. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N 8, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NOVA ERA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[sbrasil.com.br/diarios/49574991/dou-secao-1-04-01-2013-pg-2](http://sbrasil.com.br/diarios/49574991/dou-secao-1-04-01-2013-pg-2)

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cd=NuDoc=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



agosto de 2009, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Nova Era para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N 9, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM CORUMBÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 808, de 20 de dezembro de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de abril de 2004, a permissão outorgada à FM Corumbá LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N 10, DE 2013

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FELICIDADE FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 110, de 25 de março de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 27 de junho de 2006, a permissão outorgada à Rádio Felicidade FM LTDA. para



Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N 11, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 793, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Rádio Paraizo de Comunicação e Ação Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

N 12, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOS DO JOCKEY CLUBE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 758, de 18 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Jockey Clube para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



## Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N 13, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CORDEIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Cordeiros, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.047, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Cordeirense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José dos Cordeiros, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO

N 14, DE 2013

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SÃO JOÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São João, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 5 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 27 de junho de 2006, a concessão outorgada à Rádio São João do Sudoeste do Paraná LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São João, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 2013.

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal





do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO

N 15, DE 2013

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO

BAIRRO JARDIM PRIMAVERA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatiguá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 564, de 13 de agosto de 2009, que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Jardim Primavera para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatiguá, Estado do Paraná.

#### Jusbrasil

[Sobre nós](#)

[Ajuda](#)

[Newsletter](#)

[Cadastre-se](#)

#### Para todas as pessoas

[Artigos](#)

[Notícias](#)

[Encontre uma pessoa advogada](#)

[Consulta processual](#)

#### Para profissionais

[Jurisprudência](#)

[Doutrina](#)

[Diários Oficiais](#)

[Peças Processuais](#)

[Modelos](#)

[Legislação](#)

[Seja assinante](#)

[API Jusbrasil](#)




ência

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdmNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?cdmNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

 A sua principal fonte de informação jurídica. © 2022 Jusbrasil. Todos os direitos reservados.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://jusbrasil.com.br/diarios/49574991/dou-secao-1-04-01-2013-pg-2>

<https://infoleg.br/leg-autenticidade-assinatura/canlira.leg.br/?cc=NUx6e72b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 03.187.632/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/1999
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAO COMUNITARIA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PARAIZO	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
---

LOGRADOURO AVNIDA PREFEITO ARTHUR COSTA	NÚMERO 1976	COMPLEMENTO *****
--	----------------	----------------------

CEP 27.140-052	BAIRRO/DISTRITO MUQUECA	MUNICÍPIO BARRA DO PIRAI	UF RJ
-------------------	----------------------------	-----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (024) 2443-1479
---------------------	-----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/07/2023 às 15:30:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO PARAISO DE COMUNICACAO E ACAO COMUNITARIA  
**CNPJ:** 03.187.632/0001-02

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

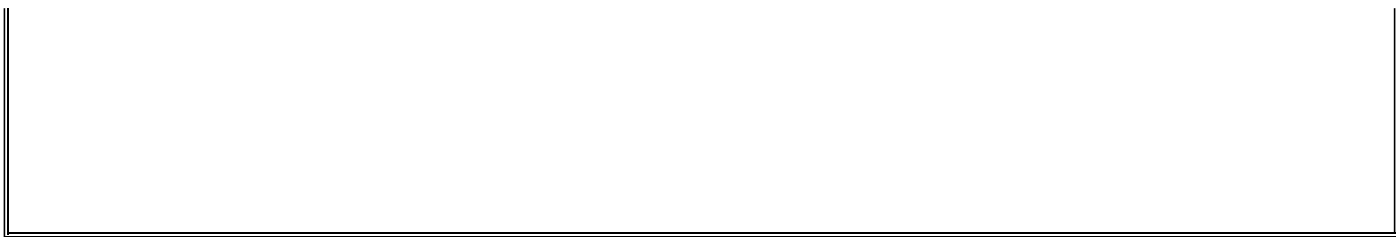
Emitida às 14:59:55 do dia 04/07/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/08/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.187.632/0001-02  
**Razão Social:** RADIO PARAIZO DE COMUN ACAO COM EVANGEL  
**Endereço:** RUA AURELIANO GARCIA 046 / CENTRO / BARRA DO PIRAI / RJ / 27135-400

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 28/06/2023 a 27/07/2023

**Certificação Número:** 2023062803561086911146

Informação obtida em 04/07/2023 15:32:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAO COMUNITARIA**  
**CNPJ: 03.187.632/0001-02**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:34:07 do dia 04/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/12/2023.

Código de controle da certidão: **985C.52D5.85FA.6277**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAA COMUNITARIA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 03.187.632/0001-02  
Certidão nº: 32459713/2023  
Expedição: 04/07/2023, às 15:35:39  
Validade: 31/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAA COMUNITARIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.187.632/0001-02**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajudaBOA TARDE  
Tereza Kioko Taira OkubaruSistemas  
Interativos

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	Gloria Maria Daniel Cunha

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: tereza.mc - Tereza Kioko Taira Okubaru

Data: 04/07/2023

Hora: 17:50:54

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5







Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajudaBOA TARDE  
Tereza Kioko Taira OkubaruSistemas  
Interativos

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	021.201.507-96

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: tereza.mc - Tereza Kioko Taira Okubaru

Data: 04/07/2023

Hora: 17:51:46

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajudaBOA TARDE  
Tereza Kioko Taira OkubaruSistemas  
Interativos

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	Elcio da Silveira Dutra

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: tereza.mc - Tereza Kioko Taira Okubaru

Data: 04/07/2023

Hora: 17:52:50

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





BOA NOITE

Tereza Kioko Taira Okubaru

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	091.109.686-87

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: tereza.mc - Tereza Kioko Taira Okubaru

Data: 04/07/2023

Hora: 18:09:07

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5







BOA NOITE

Tereza Kioko Taira Okubaru

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	Nome Sócio/Diretor
<b>Nome Sócio/Diretor:</b>	Carla Veronica Abrahão de Souza

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: tereza.mc - Tereza Kioko Taira Okubaru

Data: 04/07/2023

Hora: 18:10:02

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





BOA NOITE

Tereza Kioko Taira Okubaru

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CPF
<b>CPF:</b>	098.242.457-40

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: tereza.mc - Tereza Kioko Taira Okubaru

Data: 04/07/2023

Hora: 18:12:15

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





JUSTIÇA ELEITORAL

ia de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4>

## CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de GLORIA MARIA DANIEL CUNHA, Título Eleitoral: 0610 9723 0337, CPF: 021.201.507-96, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação XD93ntNHsPoxJphdfvWqPCdBGa=  
Certidão emitida em 22/08/2022 10:33:44

- 1. O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009). Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-censita-sgip3>.
- 2. As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- 3. O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

ia de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **CARLA VERONICA ABRAHÃO DE SOUZA**,  
Título Eleitoral: 1157 9075 0361, CPF: 098.242.457-40, como membro de órgão partidário,  
na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação J0fBDQmNJiaIGbWL49/ZW4AD4cU=  
Certidão emitida em 19/08/2022 14:57:54

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009). Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-censita-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4>





JUSTIÇA ELEITORAL

ia de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

Autenticação eletrônica, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4>

## CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de ELCIO DA SILVEIRA DUTRA, Título Eleitoral: 0607.5281.0353, CPF: 091.109.686-87, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação O+hEHoW4yQW7Z8dIaxwrtRMuPEk=  
Certidão emitida em 30/08/2022 11:15:01

- 1. O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009). Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-censita-sgip3>.
- 2. As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- 3. O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

**Data de Envio:**

05/07/2023 18:23:13

**De:**

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <coroc@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Solicitação de informações de sanção (processo) - rádio comunitária - 53115.027672/2022-55

**Mensagem:**

Prezados senhores,

Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1. condenação de revogação da autorização associada à Associação Rádio Paraizo de Comunicação e Ação Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.187.632/0001-02, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra do Pirai, no estado do Rio de Janeiro.

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 . processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária;

2.2 tereza.okubaru@mcom.gov.br associado à servidora Tereza Kioko Taira Okubaru

Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Tereza Kioko Taira Okubaru  
(11) 99427-9667



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

## Tereza Kioko Taira Okubaru

---

**De:** Inez Joffily França  
**Enviado em:** quarta-feira, 5 de julho de 2023 21:05  
**Para:** coroc; COPEC  
**Cc:** Tereza Kioko Taira Okubaru  
**Assunto:** RE: Solicitação de informações de sanção (processo) - rádio comunitária - 53115.027672/2022-55

Prezados,

Informa-se que em relação à entidade Associação Rádio Paraíso de Comunicação e Ação Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.187.632/0001-02 consta o registro do Processo de Apuração de Infração:

- PAI nº 53000.003788/2013-03, conforme PORTARIA Nº 4093/2018/SEI-MCTIC, a aplicação da sanção de multa, no valor de R\$ 1.599,26 (mil quinhentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos), para o Fistel nº 50403918111, e lhe atribuir dezesseis pontos, por infringência ao disposto no inciso VI, do art. 40, do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

At.

---

**De:** MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária  
<coroc@mcom.gov.br>

**Enviado:** quarta-feira, 5 de julho de 2023 18:23

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Solicitação de informações de sanção (processo) - rádio comunitária - 53115.027672/2022-55

Prezados senhores,

Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1. condenação de revogação da autorização associada à Associação Rádio Paraíso de Comunicação e Ação Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.187.632/0001-02, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Barra do Piraí, no estado do Rio de Janeiro.

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 . processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária;

2.2 tereza.okubaru@mcom.gov.br associado à servidora Tereza Kioko Taira Okubaru

Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Atenciosamente,

Tereza Kioko Taira Okubaru  
(11) 99427-9667



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT  
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900  
BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.019109/2020-93

**INTERESSADO:** Secretaria de Radiodifusão – SERAD

**ASSUNTO:** Renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

**EMENTA:** Processo Administrativo. Secretaria de Radiodifusão - SERAD. Execução do serviço de radiodifusão comunitária. Renovação da autorização. Lei nº 9.612, de 1998. Decreto nº 2.615, de 1998. Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018. Elaboração de parecer referencial. Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014. Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU. Observância das recomendações apresentadas.

## I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 20899/2022/MCOM, a Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações reencaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 01250.019109/2020-93, cujo teor versa sobre a emissão de manifestação jurídica que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se, dentre outros acontecimentos fáticos, que a Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM, solicitou análise jurídico-formal do pedido de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, apresentado pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era (Doc. nº 9648195 -SEI).
3. Por meio da NOTA n. 00255/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esta Consultoria Jurídica restituiu os autos do Processo Administrativo à SERAD, aduzindo o que se segue (Doc. nº 9883974 -SEI), *in litteris*:

1. Trata-se de processo de interesse da Associação Comunitária e Cultural Nova Era, autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de David Canabarro, Rio Grande do Sul, encontrando-se a outorga em fase de possível renovação.
2. Através da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM (SEI 9648195), a Secretaria de Radiodifusão - SERAD se posicionou pelo deferimento do pleito renovatório e solicitou a atualização do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 9684818) ou a análise individualizada do caso:  
(...)
3. A esse respeito, impende destacar que em 23 de maio de 2014, o Advogado-Geral da União, tendo por base o Parecer nº 004/SMG/CGU/2014, proferido nos autos do processo nº 56377.000011/2009-12, expediu a Orientação Normativa nº 55:  
(...)
4. Do enunciado transcrito é possível extrair as seguintes conclusões:
  - a) a manifestação jurídica referencial uniformiza a atuação do órgão jurídico em relação a matérias repetitivas (idênticas e recorrentes);
  - b) a adoção da manifestação jurídica referencial torna desnecessária a análise individualizada de casos envolvendo matérias repetitivas, na medida em que as orientações jurídicas contidas em um parecer irradiam para inúmeros processos administrativos;
  - c) a dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado fica condicionada ao pronunciamento expresso, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já exarada sobre o tema;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

d) a elaboração desse tipo de manifestação é admitida em situações específicas, devidamente justificadas, que se traduzem nos seguintes requisitos:

d.1) existência de impacto à atuação do órgão consultivo ou à celeridade dos serviços administrativos em função do volume de processos considerados repetitivos; e

d.2) a atividade jurídica se caracterizar basicamente pela verificação do atendimento das exigências legais incidentes no caso, mediante a conferência de documentos.

5. É certo que o esforço desta Consultoria Jurídica para atender demandas repetitivas e recorrentes, apenas para a conferência do cumprimento de exigências legais já fartamente conhecidas pelo órgão assessorado, a partir de reiteradas análises similares realizadas por este órgão consultivo, poderia muito bem ser aproveitado para o atendimento das demais demandas que exigem uma apreciação jurídica propriamente dita, especialmente porque atualmente esta Coordenação Jurídica conta com apenas 01 (um) Advogada da União.

6. Todavia, como os requisitos para emissão da manifestação também englobam a existência de um impacto à atuação deste órgão de assessoramento e do próprio corpo técnico envolvido, imperioso que, para atualização da citada manifestação referencial expedida em 2016, a Secretaria demandante informe se ainda existe quantitativo expressivo de processos que envolvam renovação de rádios comunitárias.

7. Assim, diante do exposto, restituam-se os autos à SERAD para a complementação do feito, a fim de possibilitar uma manifestação conclusiva desta Consultoria Jurídica.

4. Em resposta, a SERAD emitiu o DESPACHO e a NOTA INFORMATIVA Nº 673/2020/MCOM, apresentando os seguintes esclarecimentos (Doc. nº 9891687 -SEI), *in verbis*:

#### DESPACHO

1. Por meio da Nota Técnica nº 4480/2022/SEI-MCOM ([9648195](#)), encaminhou-se a proposição de deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária, no município de David Canabarro, estado de Rio Grande do Sul, condicionado à prévia manifestação da Consultoria Jurídica, por meio de análise jurídica individualizada ou eventual atualização do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº [9684818](#)), aprovado em 30 de dezembro de 2016, devido a todas as alterações de redação que a Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC sofreu em virtude da edição da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC e da Portaria nº 1976/2018/SEI-MCTIC, publicadas, respectivamente, no Diário Oficial da União do dia 09 de abril de 2018 e do dia 13 de abril de 2018.

2. No âmbito da Consultoria Jurídica, foi aprovada a Nota nº 00255/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU ([9883974](#)), que, após destacar o teor da Orientação Normativa nº 55 no seu item 3, solicitou no item 6 que a Secretaria de Radiodifusão informasse se "existe quantitativo expressivo de processos que envolvam renovação de rádios comunitárias":

6. Todavia, como os requisitos para emissão da manifestação também englobam a existência de um impacto à atuação deste órgão de assessoramento e do próprio corpo técnico envolvido, imperioso que, para atualização da citada manifestação referencial expedida em 2016, a Secretaria demandante informe se ainda existe quantitativo expressivo de processos que envolvam renovação de rádios comunitárias.

3. Dessa forma, solicita-se o envio dos quantitativos totais e, também, a comprovação por meio de planilha com a relação dos processos e outorgas com as seguintes informações/dados:

3.1 Informar o número total de processos do tipo "SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comunitária" e do tipo "SERAD - Renovação de Outorga" em tramitação nas áreas "COROC\_MCOM", "COROC\_MCOM\_RADCOM" e "COROC\_MCOM\_DOC".

\*Justifica-se a inclusão dos processos do tipo "SERAD - Renovação de Outorga" devido a nem todos os processos deste tipo associados ao serviço de radiodifusão comunitária terem sido ainda reclassificados para o tipo "SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comunitária"

3.2 Informar o número de outorgas associadas ao serviço de radiodifusão comunitária que vencerão neste ano de 2022 e nos próximos 2 (dois) subsequentes, isto é, para os anos de 2023 e 2024, para demonstrar o quantitativo de novos processos que eventualmente poderão ser instaurados.

4. Diante do exposto, encaminhem-se os autos à Coordenação-Geral de Inovação, Regulamentação e Sistemas, para prestação das informações acima indicadas.

#### NOTA INFORMATIVA Nº 673/2022/MCOM

1. Pela presente RETIFICAMOS o item 2 da Nota Informativa 673 ( SEI [9915841](#) ), que passa a vigor conforme segue:

2.O quantitativo de processos (NUP único) de renovação de outorga de rádio comunitária (item 3.1 do referido Despacho), data-base 17/maio/2022, cuja listagem se encontra na planilha SEI nº [9916090](#):

Tipo de Processo	Quant.
SERAD - Renovação de Outorga	66
SERAD - Renovação de Outorga de Rádio Comunitária	3.056



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300)

<https://proleg-autenticacao-e-signatura.camara.leg.br/consultar/2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

**TOTAL**

3.122

(…)

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PARECER REFERENCIAL

6. Como é consabido, o excessivo envio de diversas consultas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União - AGU editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação referencial para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes, *in verbis*:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

8. Pode-se afirmar que a manifestação jurídica referencial consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

9. É oportuno consignar que o Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU recomenda a utilização do parecer referencial, como se constata da leitura do Enunciado nº 33, *in litteris*:

Como o Órgão Consultivo desempenha importante função de estímulo à padronização e à orientação geral em assuntos que suscitam dúvidas jurídicas, recomenda-se que a respeito elabore minutas-padrão de documentos administrativos e pareceres com orientações *in abstracto*, realizando capacitação com gestores, a fim de evitar proliferação de manifestações repetitivas ou lançadas em situações de baixa complexidade jurídica. (Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas da Advocacia-Geral da União)

10. O Tribunal de Contas da União - TCU, ao analisar a Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, manifestou-se de forma favorável a utilização de um mesmo parecer jurídico em que envolva matéria comprovadamente idêntica e que abranja todas as questões jurídicas pertinentes, *in litteris*:

Informativo TCU nº 218/20143. É possível a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes. Embargos de Declaração opostos pela Advocacia-Geral da União (AGU), em face de determinação expedida pelo TCU à Comissão Municipal de Licitação de Manaus e à Secretaria Municipal de Educação de Manaus, alega obscuridade na parte dispositiva da decisão e dúvida razoável quanto à interpretação a ser dada à determinação expedida. Em preliminar, após reconhecer a legitimidade da AGU para atuar nos autos, anotou o relator que o dispositivo questionado “envolve a necessidade de observância do entendimento jurisprudencial do TCU acerca da emissão de pareceres jurídicos para aprovação de editais licitatórios, aspecto que teria gerado dúvidas no âmbito da advocacia pública federal”. Segundo o relator, o cerne da questão “diz respeito à adequabilidade e à



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300

https://p10leg-autenticidade.sistema.camara.leg.br/validar/2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

legalidade do conteúdo veiculado na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, que autoriza a emissão de ‘manifestação jurídica referencial, a qual, diante do comando (...) poderia não ser admitida’. Nesse campo, relembrou o relator que a orientação do TCU “tem sido no sentido da impossibilidade de os referidos pareceres serem incompletos, com conteúdos genéricos, sem evidenciação da análise integral dos aspectos legais pertinentes”, posição evidenciada na Proposta de Deliberação que fundamentou a decisão recorrida. Nada obstante, e “a despeito de não pairar obscuridade sobre o acórdão ora embargado”, sugeriu o relator fosse a AGU esclarecida de que esse entendimento do Tribunal não impede que o mesmo parecer jurídico seja utilizado em procedimentos licitatórios diversos, desde que trate da mesma matéria e aborde todas as questões jurídicas pertinentes. Nesses termos, acolheu o Plenário a proposta do relator, negando provimento aos embargos e informando à AGU que “o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma”. Acórdão 2674/2014 Plenário, TC 004.757/20149, relator Ministro Substituto André Luís de Carvalho, 8/10/2014

11. Logo, pode-se afirmar que a manifestação jurídica referencial uniformiza a atuação do órgão jurídico relativamente às consultas repetitivas, tornando desnecessária a análise individualizada de processos que versem sobre matéria que já tenha sido objeto de análise em abstrato, sendo certo que as orientações jurídicas ali veiculadas aplicar-se-ão a todo e qualquer processo com idêntica matéria.

12. Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, a elaboração de manifestação jurídica referencial depende da confluência de dois requisitos objetivos, a saber: i) a ocorrência de embaraço à atividade consultiva em razão da tramitação de elevado número de processos administrativos versando sobre matéria repetitiva e ii) a singeleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, que se restringe a verificar o atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos. A dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado fica condicionada ao pronunciamento expresso, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já elaborada sobre a questão.

13. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos superior a 3.000 processos (vide teor da NOTA INFORMATIVA Nº 673/2022/MCOM) tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da Advocacia-Geral da União - AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

14. No que tange ao segundo requisito, tem-se que os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SERAD.

15. Ademais, é oportuno registrar que foi emitido o PARECER n. 01578/2016/CONJURMCTIC/CGU/AGU, à época pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - CONJUR/MCTIC, cujo teor tratava de manifestação jurídica referencial sobre os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária. Contudo, em razão do tempo transcorrido, afigura-se a necessidade de reavaliar o assunto, tendo em vista o tempo transcorrido e as alterações normativas ocorridas.

16. Por oportuno, vale lembrar que é imprescindível que a SERAD ateste, expressamente, que o caso concreto se amolda, perfeitamente, aos termos da manifestação referencial adotada. No entanto, como o parecer referencial não possui caráter vinculante, não existe vedação para que os autos do Processo Administrativo sejam encaminhados a esta Consultoria Jurídica para análise, no aspecto jurídico, caso existam dúvidas sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial.

17. Deste modo, tem-se que não existe óbice legal para que haja a emissão de parecer referencial atualizado por esta Consultoria Jurídica, no que concerne à análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

## II.2 - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA



Antes de analisar o procedimento para analisar os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, convém destacar que compete a esta Consultoria Jurídica, nos termos do art. 11 da Lei

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300>

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Complementar nº 73, de 1993, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, conforme dispõe o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU (Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/ManualdeBoasPraticasConsultivas4Edicaorevistaeampliadaversaopadrao.pdf>).

19. A prestação do serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinada pela Lei nº 9.612, de 19 de Fevereiro de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e pela Portaria MCOM nº 4.334, de 21 de setembro de 2015 (DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015), alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 05 de abril de 2018 (DOU nº 67, de 09 de abril de 2018), e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018 (DOU nº 71, de 13 de abril de 2018).

20. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que pretender a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente (Ministério das Comunicações) entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, sendo certo que a renovação terá validade pelo prazo de dez anos, consoante os termos do art. 6º, Parágrafo único, e do art. 6º-A, ambos da Lei nº 9.612, de 1998.

21. A Portaria MCOM nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018, estabelece a observância de requisitos para que o pedido de renovação de autorização seja analisado e deferido, no âmbito do Ministério das Comunicações, *in verbis*:

#### DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO

Art. 129. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecida esta Portaria e as disposições legais vigentes.

Art. 130. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá apresentar os seguintes documentos:

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes;

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40;

III - ata de eleição da diretoria em exercício;

IV - prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes;

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos:

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

III - comprovante de inscrição no CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 7º Poderá ser solicitada a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet.



§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 131. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no caput do art. 130, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor.

§ 2º A sanção prevista no § 1º não deixará de ser aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput.

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente.

Art. 132. A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que:

I - a entidade manifestar intempestivamente interesse na renovação;

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

III - seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 7º-A; ou

V - aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso V, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos.

Art. 133. O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional.

Art. 134. Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação.

(...)

#### ANEXO 5

#### MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA (REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA Nº 1.909, DE 05.04.2018)

##### Qualificação da Entidade

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ

Endereço de Sede:

Município:

UF:

Nome do Representante legal:

Endereço Eletrônico (e-mail)

Endereço de Correspondência:

Município:

UF:

##### LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE

Endereço:

Município:

UF:

Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):

Latitude: \* (N/S)\*

Longitude: ° W "

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA. Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300)

- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;
- X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e
- XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.
- Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

22. Conforme se depreende das normas acima mencionadas, a entidade que pretender renovar a autorização anteriormente concedida deve observar os seguintes requisitos: i) apresentar requerimento de renovação, nos termos do modelo do Anexo V, da Portaria ministerial, entre o período de doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga; ii) apresentar estatuto social atualizado e ata de eleição da diretoria em exercício, ambos registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas; iv) apresentar prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF de todos os dirigentes; v) apresentar último relatório do Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do serviço de radiodifusão comunitária; vi) apresentar declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamento em conformidade com a última autorização ministerial, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

23. Ademais, o pedido renovação de autorização deverá ser instruído com os seguintes documentos: i) portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; ii) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; iii) comprovante de inscrição no CNPJ; iv) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL; v) certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; vi) certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda Federal; e vii) certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

24. Vale destacar que o Ministério das Comunicações (SERAD), caso seja necessário, poderá solicitar diretamente os referidos documentos à entidade que pretende renovar a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como determinar diligências, solicitar outros documentos, bem como requerer esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o serviço de radiodifusão comunitária.

25. É imperioso lembrar que a SERAD deverá, no curso do processo de renovação de autorização, certificar a inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 43 do Decreto nº 2.615, de 1998.

26. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, (vide art. 223 da Constituição Federal, art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963), sem prejuízo da adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão (art. 223, § 1º, da Constituição Federal).

Destarte, a aplicação deste PARECER REFERENCIAL requer a adequação da legislação de regência, notadamente enchimento dos requisitos acima mencionados, cabendo à SERAD atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300>



termos da presente manifestação jurídica.

28. Destaque-se, ainda, que o caso paradigma encaminhado pela SERAD para apreciação desta Consultoria Jurídica, referente à renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era, na localidade de David Canabarro/RS, alusivo ao período de 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2030, está em consonância com os requisitos estabelecidos nas normas aplicáveis à espécie, consoante os termos da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM e do Checklist de verificação de documentos (Docs. nºs 9647261 e 9648195 -SEI).

29. No que concerne às minutas de portaria e de exposição de motivos, elaboradas pela SERAD e que estão anexas à NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM, afigura-se que estão em sintonia com as normas acima citadas (Doc. nº 9648195 - SEI).

30. Com efeito e em face dos termos da NOTA TÉCNICA Nº 4480/2022/SEI-MCOM, é forçoso afirmar que este PARECER REFERENCIAL pode ser aplicado ao caso paradigma apresentado pela SERAD, que trata da renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era, na localidade de David Canabarro/RS.

31. Face ao exposto e considerando as recomendações deduzidas acima, notadamente nos itens 22, 23, 25, 26 e 27 deste PARECER REFERENCIAL, tem-se que a Secretaria de Radiodifusão deste Ministério deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 1998, pelo Decreto nº 2.615, de 1998, e pela Portaria nº 4.334, de 2015 (DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015), alterada pela Portaria nº 1.909, de 2018 (DOU nº 67, de 09 de abril de 2018), e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018 (DOU nº 71, de 13 de abril de 2018)) na apreciação dos processos administrativos relacionados a pedido de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SERAD, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida.

32. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente manifestação jurídica referencial, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União - AGU.

### III – CONCLUSÃO

33. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam do pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, não identificou a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida; ii) a SERAD deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos do Processo Administrativo ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União - AGU, salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, sem prejuízo das adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão; v) o PARECER REFERENCIAL em epígrafe pode ser aplicado ao caso paradigma apresentado pela SERAD, que trata da renovação da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária pela Associação Comunitária e Cultural Nova Era, na localidade de David Canabarro/RS, referente ao período de 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2030, cabendo à mencionada Secretaria avaliar e certificar o cumprimento dos requisitos exigidos pelas normas aplicáveis à espécie; vi) o PARECER REFERENCIAL em epígrafe não se aplica as hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável a renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização; vii) em razão da edição de PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, tem-se a revogação do PARECER n. 01578/2016/CONJURMCTIC/CGU/AGU, emitido à época pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - CONJUR/MCTIC, razão pela qual o mencionado PARECER não deve ser utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão.

34. O Apoio Administrativo desta Consultoria Jurídica deve cientificar, por meio do SAPIENS, o Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL n. 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300)

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300>



35. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de junho de 2022.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250019109202093 e da chave de acesso a97c32a0



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 913722300 e chave de acesso a97c32a0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 21-06-2022 08:28. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-913722300)

<https://proleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/validar/2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01452/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.019109/2020-93**

**INTERESSADOS: ASSOCIACAO COMUNITARIA E CULTURAL NOVA ERA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 21 de junho de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA  
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250019109202093 e da chave de acesso a97c32a0



Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 915788293 e chave de acesso a97c32a0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 21-06-2022 11:09. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-915788293](https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/28620119/visualizar/1534557311-915788293)

<https://p10leg.susjustica.br/assinatura/camara.leg.br/assinatura/2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000283/2023-70**

**INTERESSADA: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE**

**ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL SOBRE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**EMENTA:** Elaboração de **manifestação jurídica referencial** sobre análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do **serviço de radiodifusão comunitária**. Constituição Federal, art. 223, § 3º. Lei nº 9.612, de 1998. Decreto nº 2.615, de 1998. Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018. Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 9.018, de 28 de março de 2023. Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023 (republicou a Portaria nº 9.018 por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1). Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014. Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU. Observância das recomendações apresentadas pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do Ofício Interno nº 38941/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE do Ministério das Comunicações encaminhou a esta Consultoria Jurídica o Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, formalizado em razão do **Despacho nº 01005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10907541)**, dirigido à SECOE, pelo qual foi solicitado o levantamento do quantitativo de pedidos administrativos de **renovação de autorização** para execução do **serviço de radiodifusão comunitária**, a motivar eventual elaboração de nova **manifestação jurídica referencial** sobre o assunto, considerando o tempo transcorrido desde a emissão do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** sobre o tema e as alterações normativas ocorridas desde então.

2. Vejamos, a propósito, o quanto solicitou esta CONJUR por intermédio do citado **Despacho nº 01005/2023**, *in litteris*:

*“A Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações emitiu o PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, cujo teor versa sobre a análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.*

2. *Em razão do decurso de tempo e da alterações normativas ocorridas, após a emissão do citado PARECER REFERENCIAL, é importante consultar a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE sobre o atual volume de processos sobre a renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.*

3. *A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica reavalie a necessidade da edição de um novo PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.*

4. *Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:*

*‘ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:*

*a. o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente;*

*b. a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014  
LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS'

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da **renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitárias** se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos.

8. Deste modo, é importante que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de novo parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.” (grifos do original)

3. Em resposta, informou a SECOE em sua **NOTA TÉCNICA Nº 8407/2023/SEI-MCOM (10946526)**, in verbis:

“ No que se refere à solicitação apresentada no **Despacho nº 1005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10907541)** sobre a renovação do serviço de radiodifusão comunitária, que solicita informações quanto ao **quantitativo de processos de RADCOM**, informamos que esta secretaria possui em seu estoque processual **aproximadamente 2.700 processos**. ” (grifamos)

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

5. Sendo o que nos cabia relatar, avia-se o parecer que se segue.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.1 - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PARECER REFERENCIAL**

6. Diante do excessivo envio de consultas repetitivas sobre assunto idêntico, tumultuando, não raro, a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, além de dificultar o desempenho das suas atribuições institucionais, julgou a Advocacia-Geral da União – AGU ser de bom alvitre editar a **Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014**, que possibilita a elaboração de **manifestação referencial** nessas hipóteses, estabelecendo, *ipsis litteris*:

#### **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014**

“**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de **manifestação jurídica referencial**, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de **análise individualizada** pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica **ateste, de forma expressa**, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação;

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias **idênticas e recorrentes** impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da **simples conferência de documentos**. ” (ênfases acrescidas)

7. Conforme se extrai da normativa sob transcrição, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência, insculpido no **art. 37, caput, da Constituição Federal**, por balizar todos os casos concretos, Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado, evitando, desse modo, o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, desprovidos de questão de natureza jurídica particular a ser enfrentada.

8. O próprio **Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU** recomenda a utilização do **parecer referencial**, nos moldes do **Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas da Advocacia-Geral da União**, ao estabelecer, *in litteris*:

*“Como o Órgão Consultivo desempenha importante função de estímulo à padronização e à orientação geral em assuntos que suscitam dúvidas jurídicas, recomenda-se que a respeito elabore minutas-padrão de documentos administrativos e pareceres com orientações in abstracto, realizando capacitação com gestores, a fim de evitar proliferação de manifestações repetitivas ou lançadas em situações de baixa complexidade jurídica.”*

9. De outra parte, ao analisar os preceitos contidos na supracitada **Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014**, o **Tribunal de Contas da União - TCU** manifestou-se de forma favorável à utilização de um mesmo parecer jurídico envolvendo matéria comprovadamente idêntica e que abranja todas as questões jurídicas pertinentes, ao discorrer, *in litteris*:

*“Informativo TCU nº 218/20143. É possível a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes.*

*Embargos de Declaração opostos pela Advocacia-Geral da União (AGU), em face de determinação expedida pelo TCU à Comissão Municipal de Licitação de Manaus e à Secretaria Municipal de Educação de Manaus, alegara obscuridade na parte dispositiva da decisão e dúvida razoável quanto à interpretação a ser dada à determinação expedida. Em preliminar, após reconhecer a legitimidade da AGU para atuar nos autos, anotou o relator que o dispositivo questionado ‘envolve a necessidade de observância do entendimento jurisprudencial do TCU acerca da emissão de pareceres jurídicos para aprovação de editais licitatórios, aspecto que teria gerado dúvidas no âmbito da advocacia pública federal’.*

*Segundo o relator, o cerne da questão ‘diz respeito à adequabilidade e à legalidade do conteúdo veiculado na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, que autoriza a emissão de ‘manifestação jurídica referencial, a qual, diante do comando (...) poderia não ser admitida’.*

*Nesse campo, relembrou o relator que a orientação do TCU ‘tem sido no sentido da impossibilidade de os referidos pareceres serem incompletos, com conteúdos genéricos, sem evidenciação da análise integral dos aspectos legais pertinentes’, posição evidenciada na Proposta de Deliberação que fundamentou a decisão recorrida. Nada obstante, e ‘a despeito de não pairar obscuridade sobre o acórdão ora embargado’, sugeriu o relator fosse a AGU esclarecida de que esse entendimento do Tribunal não impede que o mesmo parecer jurídico seja utilizado em procedimentos licitatórios diversos, desde que trate da mesma matéria e aborde todas as questões jurídicas pertinentes.*

*Nesses termos, acolheu o Plenário a proposta do relator, negando provimento aos embargos e informando à AGU que ‘o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos, sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma’. Acórdão 2674/2014 Plenário, TC 004.757/20149, relator Ministro Substituto André Luís de Carvalho, 8/10/2014.” (sublinhamos)*

10. Sendo certo possuir a manifestação jurídica referencial o condão de uniformizar a atuação do órgão jurídico relativamente às consultas repetitivas, nesse mesmo sentido, portanto, se pautou a Corte Superior de Contas, ao acolher os preceitos contidos na ON/AGU nº 55, de 2014, reconhecendo que tais manifestações tornam desnecessária a análise individualizada de processos que versem sobre matéria já analisada em abstracto, aplicando-se as orientações jurídicas nelas veiculadas a todo e qualquer processo com idêntico contexto.

11. Destarte, volvendo ao inteiro teor da supracitada norma da AGU, imperioso observar que a elaboração de **manifestação jurídica referencial** depende da confluência de **dois** requisitos objetivos, a saber:

i) a ocorrência de embaraço à atividade consultiva em razão da tramitação de elevado número de processos administrativos versando sobre matéria repetitiva; e

ii) a singeleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, que se restringe a verificar o atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

12. Em relação ao **primeiro** requisito, indubitoso que o encaminhamento de um quantitativo expressivo de processos administrativos, na ordem de **2.700 processos** (dois mil e setecentos - vide teor da **NOTA TÉCNICA Nº 8407/2023/SEI-MCOM**), tem a faculdade de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da Advocacia-Geral da União - AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

13. No que tange ao **segundo** requisito, tem-se que os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária caracterizam-se, via de regra, pela semelhança dos casos sob apreciação, limitando-se à conferência meramente documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, sob a responsabilidade da SECOE.

14. A dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado pela citada Secretaria, portanto, fica condicionada ao seu **pronunciamento expresso**, assegurando que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já elaborada sobre a questão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

15. Tais aspectos, todavia, não possuem poder de atribuir ao parecer referencial qualquer caráter vinculante, visto inexistir vedação para o encaminhamento dos autos a esta Consultoria Jurídica para análise de eventual viés jurídico considerado de importância para a área técnica, caso existam dúvidas sobre a adequação da situação fática aos preceitos da ON/AGU nº 55, de 2014, ou na hipótese de serem constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial.

16. Pelo exposto, resta evidente inexistir óbice legal para a emissão de parecer referencial atualizado por esta Consultoria Jurídica *in casu*, no que concerne à análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

17. Por competir a esta Consultoria Jurídica, nos termos do **art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993**, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, tornou-se usual destacar, antes da análise de qualquer pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de **radiodifusão comunitária**, a observância dos preceitos consubstanciados no **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU**<sup>[1]</sup>, que dispõe, *in litteris*:

*"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."*

18. Até a emissão do citado **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, no ano de 2022, portanto, a prestação do serviço de radiodifusão comunitária encontrava-se disciplinada pelas seguintes normas:

- **Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**;

- **Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998**; e

- **Portaria MCOM nº 4.334, de 21 de setembro de 2015** (DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015), alterada pela:

- **Portaria MCOM nº 1.909, de 05 de abril de 2018** (DOU nº 67, de 09 de abril de 2018); e pela

- **Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018** (DOU nº 71, de 13 de abril de 2018).

19. No decorrer do ano corrente, contudo, foi editada a **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023**, **revogando**<sup>[2]</sup> expressamente as duas portarias que alteraram a **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, e, no seu **Título VII**<sup>[3]</sup>, referida **Portaria de Consolidação 9.018** reproduziu o inteiro teor do **Capítulo VII**<sup>[4]</sup> da **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, cujas disposições, por seu turno, foram novamente reproduzidas **sem alteração** em novo ato ministerial, na forma da novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023** (republicou a Portaria nº 9.018 por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1), cujo **Título VII**, portanto, assim dispõe:

### ***"TÍTULO VII DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, Capítulo VII)***

**Art. 381.** *A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecido este livro e as disposições legais vigentes. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 129, caput)*

**Art. 382.** *A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério das Comunicações entre os 12(doze) e os 2(dois) meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, caput)*

**§ 1º** *A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º)*

*I - requerimento de renovação (Anexo XLIII), assinado por todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, I)*

*II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 291; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, II)*

*III - ata de eleição da diretoria em exercício; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, III)*

*IV - prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, IV)*

*V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 367; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, V)*

*VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os metros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, VI)*

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 2º)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 3º)

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 259, que seguirão as suas próprias disposições. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 4º)

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 5º)

§ 6º O Ministério das Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º)

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, I)

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, II)

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, III)

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, IV)

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, V)

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VI)

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VII)

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 7º)

§ 8º O Ministério das Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 8º)

**Art. 383.** Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no art. 382, caput, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, caput)

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 1º)

§ 2º A sanção prevista no § 1º será aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 2º)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério das Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 3º)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 4º)

**Art. 384.** A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata esse livro, nos casos em que: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, caput)

I - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações; (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, II)

II - seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 259; ou (Redação dada pela Autenticação eletronicamente, após conferência com original.



III - aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, V)

**Parágrafo único.** Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso III do caput, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério das Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, parágrafo único)

**Art. 385.** O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 133, caput)

**Art. 386.** Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 134, caput)"

20. Volvendo, assim, à primeira norma que regula os serviços de radiodifusão citada no parágrafo 18 deste parecer, é possível extrair das disposições da **Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**, que a primeira exigência a ser observada pela entidade interessada em renovar a outorga para continuar prestando serviços de radiodifusão comunitária será dirigir **requerimento** ao “**Poder Concedente**” - Ministério das Comunicações -, entre os **doze e os dois meses** anteriores ao término da vigência da outorga, sempre válida por **dez anos**, nos termos do seu **art. 6º, parágrafo único**, e do **art. 6º-A[5]**.

21. Referida exigência encontra-se prevista na citada **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, reproduzida na novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023**, onde se encontram elencados, por sua vez, todos os demais requisitos para a recepção do pedido de **renovação de autorização** e consequente análise e deferimento no âmbito desta Pasta Ministerial, conforme texto transcrito acima, além de manter inalterado, inclusive, convém frisar, o “**ANEXO V - MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**”, da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 2023** (ausente no texto da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1/2023), na forma do texto transcrito abaixo:

**“ANEXO V**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Qualificação da Entidade					
Razão Social					
Nome Fantasia		CNPJ			
Endereço de Sede					
Município		UF		CEP	
Nome do Representante legal					
Endereço Eletrônico (e-mail)					
Endereço de Correspondência					
Município		UF		CEP	
LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município		UF		CEP	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude: * (N/S)*			
		Longitude: ° W "			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**. Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou ações financeiras, religiosas, familiares, políticos partidárias ou comerciais.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>





VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do Dirigente:					
Cargo:		Tít. Eleitor:			
RG:		Órgão Emissor:		CPF	
Endereço					
Município:		UF:		CEP	
Assinatura:					

(...)

AT E N Ç Ã O: - Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015. - Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão. - Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação." (sublinhamos)

22. Conforme se extrai de todas as normas citadas acima, a entidade que pretender renovar a autorização anteriormente concedida deve apresentar:

i) **requerimento** de renovação entre o período de doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, conforme modelo constante do **Anexo V** transcrito acima;

ii) **estatuto social** atualizado e **ata de eleição** da diretoria em exercício, ambos registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

iv) **prova de maioridade, nacionalidade** e o comprovante de **inscrição no CPF** de todos os dirigentes;

v) **último relatório** do **Conselho Comunitário**, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do serviço de radiodifusão comunitária, observado o disposto no **art. 116** da mesma norma; e

vi) **declaração**, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas **instalações e equipamento** em conformidade com a última autorização ministerial, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

23. Ademais, o **pedido de renovação** de autorização, em particular, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

i) portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

ii) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

iii) comprovante de inscrição no CNPJ;

iv) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

v) certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

vi) certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, dada pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda Federal; e

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



vii) certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

24. Vale destacar que, caso julgue necessário, o Ministério das Comunicações, por meio da SECOE, poderá solicitar qualquer um dos documentos citado acima diretamente à entidade que pretende renovar a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como determinar diligências, solicitar outros documentos, bem como requerer esclarecimentos, quando entender imprescindíveis ao regular cumprimento das disposições normativas que regem referido serviço.

25. Afigura-se necessário, igualmente, venha a SECOE certificar, no curso do processo de renovação de autorização, a inexistência de vínculo vedado pelo **art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 43 do Decreto nº 2.615, de 1998.**

26. Nunca é demais recordar, por oportuno, de amplo conhecimento da SECOE, a **anistia** concedida pela **Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022** (“*Institui o Programa Internet Brasil*”), ao conferir nova redação ao **art. 2º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017** (dispõe “*sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão*”), no tocante às **intempestividades** de protocolos de renovação, isto é, apresentados fora do prazo legal, que passaram a ser conhecidos por esta Pasta, a partir do que passou a estabelecer referido dispositivo, *in verbis*:

*“Art. 12. A Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

*“Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.*

*Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.”* (grifos nossos)

27. Inaplicável, portanto, as disposições previstas no § 3º do **art. 131 da Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**<sup>[7]</sup>, nas hipóteses de manifestações **intempestivas** destinadas à renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, que julgamos oportuno reproduzir mais uma vez abaixo:

*“Art. 131. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no caput do art. 130, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta.*

*(...)*

*§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aplicará a preempção, nos termos da legislação vigente.”* (sublinhamos)

28. Por fim, constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, **editar a portaria de renovação da autorização** para execução do serviço de radiodifusão comunitária (vide art. 223 da Constituição Federal, art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963), sem prejuízo da adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão (art. 223, § 1º, da Constituição Federal).

29. De se ver, portanto, que a aplicação deste PARECER REFERENCIAL requer a adequação da legislação de regência da espécie, notadamente o preenchimento dos requisitos acima mencionados, cabendo à SECOE atestar, de **forma expressa**, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação jurídica.

30. Em face do exposto e considerando as recomendações deduzidas acima, notadamente nos itens 18 a 23 deste PARECER REFERENCIAL, tem-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE deste Ministério deverá observar as orientações acima explicitadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (**Lei nº 9.612, de 1998, Decreto nº 2.615, de 1998, Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018**, além da novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023** e sua reedição como **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023**), na apreciação dos processos administrativos relacionados a pedido de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida.

31. Por fim, imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, à complementação, ao aperfeiçoamento ou à ampliação de posicionamento lançado na presente manifestação jurídica referencial, ou mesmo adaptá-la à eventual inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União - AGU.

### III – CONCLUSÃO

32. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam de pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, não identificou a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

ii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, por força do disposto na Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União - AGU, salvo na hipótese de eventual dúvida jurídica;

iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica;

iv) constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na forma da minuta propositiva que segue este pronunciamento (Anexo I), que deverá ser adotada pela SECOE a partir do recebimento deste parecer, sem prejuízo das adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão;

v) o PARECER REFERENCIAL sob referência não se aplica às hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável à renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização;

vi) em razão da edição do presente PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, impõe-se a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, emitido no ano de 2022 pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações - CONJUR/MCOM, razão pela qual referido PARECER não deve ser mais utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão; e

vii) nos termos do **art. 6º** [\[8\]](#) da **Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022**, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação.

32. A Coordenação de Administração desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações:

i) identificar, por meio do SUPRSAPIENS, o Departamento de Gestão de Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL n. 0009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; e

ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica.

33. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 20 de setembro de 2023.

**LÍDIA MIRANDA DE LIMA**  
Advogada da União

---

## ANEXO I

### Minuta

### PORTARIA DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº \_\_\_\_\_, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº \_\_\_\_/20 \_\_\_\_/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº \_\_\_\_/20 \_\_\_\_/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER nº \_\_\_\_), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_, a autorização outorgada à (interessada), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do 223 da Constituição Federal.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

L i n k : <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/ManualdeBoasPraticasConsultivas4Edicaorevistaeampliadaaversao padrao.pdf>.

**[2] “DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

(...)

**Art. 539.** Ficam revogadas, por consolidação, as seguintes normas:

(...)

**XLIII** - Portaria GM/MCTIC nº 1.909, de 06 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 09 de abril de 2018, p. 23;

**XLIV** - Portaria GM/MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 13 de abril de 2018, p. 40;”

**[3] “TÍTULO VII**  
**DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO**  
**(Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, Capítulo VII)**

**Art. 377.** A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecido este livro e as disposições legais vigentes. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 129, caput)

**Art. 378.** A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério das Comunicações entre os 12(doze) e os 2(dois) meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, caput)

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º)

I – requerimento de renovação (Anexo XLI), assinado por todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, I)

II – estatuto social atualizado, nos termos do art. 287; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, II)

III – ata de eleição da diretoria em exercício; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, III)

IV – prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, IV)

V – último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 363; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, V)

VI – declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, VI)

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 2º)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 3º)

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 255, que seguirão as suas próprias disposições. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 4º)

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 5º)

§ 6º O Ministério das Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º)

I – portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, I)

II – relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, II)

III – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, III)

IV – certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, IV)

V – certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, V)

VI – certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VI)

VII – certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VII)

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 7º)

§ 8º O Ministério das Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 8º)

**Art. 379.** Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no art. 378, caput, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, caput)

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 1º)

§ 2º A sanção prevista no § 1º será aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 2º)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério das Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 3º)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 4º)

**Art. 380.** A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata esse livro, nos casos em que: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, caput)

I – não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações; (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, II)

II – seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 255; ou (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, III)

III – aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, V)

**Parágrafo único.** Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso III do caput, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério das Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, parágrafo único)

**Art. 381.** O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 133, caput)

**Art. 382.** Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 134, caput)”

[4] “Portaria MCOM nº 4.334, de 21 de setembro de 2015  
(...)”

## **CAPÍTULO VII DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO**

**Art. 129.** A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecida esta Portaria e as disposições legais vigentes.

**Art. 130.** A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)



III - ata de eleição da diretoria em exercício; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

IV - prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

III - comprovante de inscrição no CNPJ; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

**Art. 131.** Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no caput do art. 130, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 2º A sanção prevista no § 1º será aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aplicará a preempção, nos termos da legislação vigente." (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

**Art. 132.** A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que: (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

I - a entidade manifestar intempestivamente interesse na renovação; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; (Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

III - seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 7º-A; ou (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

IV - ~~o estatuto social atualizado não observa os requisitos do art. 40 desta Portaria;~~ e (Revogado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

V - aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva.

**Parágrafo único.** A existência de vínculo, verificada no curso do processo, é vício de caráter insanável [IGP1] -

**Parágrafo único.** Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso V, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

**Art. 133.** O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional. [SAGNM2]

**Art. 134.** Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação.”

[5] “**Art. 6º** Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

**Parágrafo único.** A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002)

**Art. 6º-A.** A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)

§ 2º A autorizada com funcionamento em caráter precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)

§ 3º Não havendo solicitação de renovação da outorga no prazo previsto no caput deste artigo e não havendo resposta tempestiva à notificação prevista no art. 6º-B, o Poder Concedente aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)” (sublinhamos)

[6] “Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018)

**Parágrafo único.** O relatório deverá ser assinado por todos os Conselheiros Comunitários e devem estar indicadas as entidades representadas por cada um deles. (Incluído dada pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018)”

[7] Obs.: o inciso I do art. 132 (transcrito abaixo) da **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, que também se referia à hipótese de indeferimento da renovação em caso de manifestação intempestiva, não foi reproduzido nem no texto da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018/2023**, tampouco no texto da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1/2023** (vide art. 380 da **Portaria Cons. nº 9.018/2023**, e o art.384 da **Portaria Cons. nº 01/2023**, cujos incisos “I” abrigam a redação do **inciso II** da **Portaria nº 4.334**, hoje extinto).

Portaria nº 4.334/2015

“**Art. 132.** A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que:

**I -** a entidade manifestar intempestivamente interesse na renovação;” (sublinhamos)

[8] Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022

“Art. 6º. A MJR não poderá ter prazo de validade inicial maior que dois anos, sendo admitidas sucessivas renovações.” (destacamos)

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0

---



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1283173180 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-09-2023 13:59. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 01946/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000283/2023-70

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE

**ASSUNTO:** Renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela Dr(a). **Drª. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, que trata de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que tratam da renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Em razão da aprovação de novo PARECER REFERENCIAL sobre a análise de renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, tem-se que deve haver a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, anteriormente editado sobre o mesmo assunto.
3. A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de setembro de 2023.

*assinado eletronicamente*

**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1287161484 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-09-2023 14:07. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO de APROVAÇÃO n. 01960/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000283/2023-70**

**INTERESSADA: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE**

**ASSUNTOS: PARECER REFERENCIAL. RÁDIO DIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO.**

Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e seu despacho correlato, os quais tratam de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que tratam da renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

Em razão da aprovação de tal **PARECER REFERENCIAL**, tem-se que a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, anteriormente editado sobre o mesmo assunto, é medida que se impõe.

A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência demais providências cabíveis.

Brasília, 22 de setembro de 2023.

**TIAGO LINHARES DIAS**

Advogado da União  
Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0



Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1288547172 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-09-2023 16:35. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.187.632/0001-02 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/05/1999
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAO COMUNITARIA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO PARAIZO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO AVNIDA PREFEITO ARTHUR COSTA	NÚMERO 1976	COMPLEMENTO *****
CEP 27.140-052	BAIRRO/DISTRITO MUQUECA	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (024) 2443-1479	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

vado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.  
do no dia **27/10/2023** às **18:20:10** (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO PARAISO DE COMUNICACAO E ACAO COMUNITARIA  
**CNPJ:** 03.187.632/0001-02

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:23:27 do dia 27/10/2023 (hora e data de Brasília).

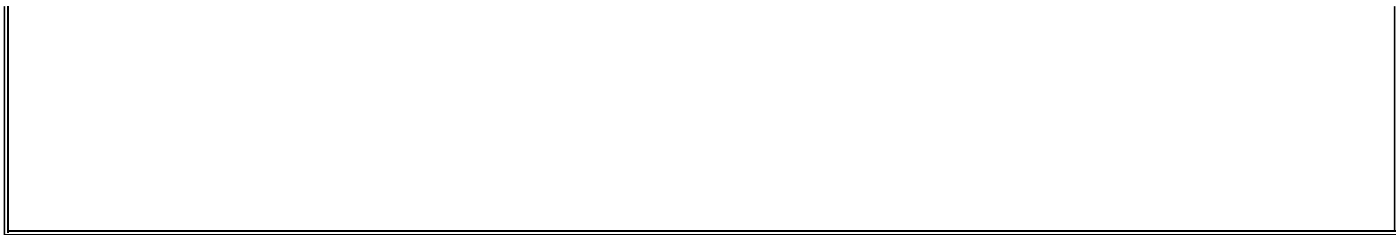
Válida até 26/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5







2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.187.632/0001-02  
**Razão Social:** RADIO PARAIZO DE COMUN ACAO COM EVANGEL  
**Endereço:** RUA AURELIANO GARCIA 046 / CENTRO / BARRA DO PIRAI / RJ / 27135-400

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/10/2023 a 18/11/2023

**Certificação Número:** 2023102005423114961360

Informação obtida em 27/10/2023 18:36:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](https://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAO COMUNITARIA**  
**CNPJ: 03.187.632/0001-02**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 18:37:46 do dia 27/10/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 24/04/2024.

Código de controle da certidão: **F188.DA33.FF67.B6AF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAA COMUNITARIA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 03.187.632/0001-02  
Certidão nº: 59753328/2023  
Expedição: 27/10/2023, às 18:39:08  
Validade: 24/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO RADIO PARAIZO DE COMUNICACAO E ACAA COMUNITARIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.187.632/0001-02**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS****RENOVAÇÃO DE OUTORGA RÁDIO COMUNITÁRIA**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Associação ou Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 53115.027672/2022-55

Interessada/Outorgada: Associação Rádio Paraizo de Comunicação e Ação Comunitária

CNPJ nº: 03.187.632/0001-02

Município: Barra do Piraí

Estado: Rio de Janeiro

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 17/10/2022

Período da outorga a ser renovado: 04/01/2023 a 04/01/2033

Tipo de outorga a ser renovada:

(X) Radiodifusão Comunitária (RADCOM)

( ) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter educativo.( ) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter educativo.( ) Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter educativo.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672	- Art. 6º-A da Lei nº 9.612/1998  * Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
1.1) requerimento de renovação de outorga assinado por todos os dirigentes	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672	- Art. 378, §1º, inciso I da Portaria nº 9.018/2023 (Redação dada pela PRT GM/MCTIC1.909/2018)  * Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
2. Estatuto social devidamente registrado	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469675  Estatuto de 13/08/2021	- Art. 9º, §2º, inciso I da Lei nº 9.612/1998  - Art. 378, §1º, inciso II da Portaria nº 9.018/2023 (Redação dada pela PRT GM/MCTIC1.909/2018)	
2.1) Estatuto social atende ao art. 287, inciso I da Portaria nº 9.018/2023 (Contém indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão)?	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	- Art. 2º, caput	- Art. 378, §1º, inciso II c/c art. 287, inciso I da Portaria nº 9.018/2023	
2.2) Estatuto social atende ao art. 287, inciso II da Portaria nº 9.018/2023 (Contém garantia de ingresso gratuito)	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	- Art. 5º	- Art. 378, §1º, inciso II c/c art. 287, inciso II da Portaria nº 9.018/2023	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

2.3) Estatuto social atende ao art. 287, inciso III da Portaria nº 9.018/2023 ( Contém garantia do direito de voz e voto nas instâncias deliberativas)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	- Art. 5º, alínea "a"	- Art. 378, §1º, inciso II c/c art. 287, inciso II da Portaria nº 9.018/2023	
2.4) Estatuto social atende ao art. 287, inciso IV da Portaria nº 9.018/2023 ( Contém garantia do direito a voto (pessoas físicas e jurídicas) e, de ser votado (pessoas físicas) para os caros dos órgãos deliberativos)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	- Art. 5º, alínea "b"	- Art. 378, §1º, inciso II c/c art. 287, inciso IV da Portaria nº 9.018/2023	
2.5) Estatuto social atende ao art. 287, inciso V da Portaria nº 9.018/2023 ( Contém especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	- Art. 12º - Arts. 14º e 14ºA	- Art. 378, §1º, inciso II c/c art. 287, inciso V da Portaria nº 9.018/2023	
2.6) Estatuto social atende ao art. 287, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 9.018/2023 ( Contém especificação dos cargos do órgão administrativo da entidade e suas respectivas atribuições)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	- Art. 12º e 13º	- Art. 378, §1º, inciso II c/c art. 287, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 9.018/2023	
2.7) Estatuto social atende ao art. 287, inciso V, alínea "b" da Portaria nº 0.018/2023 (Contém especificação do tempo de mandato dos dirigentes limitado a 4 anos, permitida uma única recondução)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	- Art. 12º - Mandato de quatro anos, admitida uma recondução	- Art. 378, §1º, inciso II c/c art. 287, inciso V, alínea "b" da Portaria nº 9.018/2023	
2.8) Estatuto social atende ao art. 287, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 9.018/2023 ( Contém especificação do Conselho Comunitário e suas respectivas atribuições)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	- Art. 14º e 14ºA	- Art. 378, §1º, inciso II c/c art. 287, inciso V, alínea "a" da Portaria nº 9.018/2023	
2.9) Estatuto social contém cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo (atende ao art. 40, §2º da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018)	( ) Sim ( ) Não ( X ) Não se aplica		- Art. 130, §1º, inciso II c/c art. 40, §2º da Portaria nº 4.334/2015, alterada pela Portaria nº 1.909/2018	Independentemente de cláusula expressa no estatuto relativa ao proselitismo, aplica-se a ADI 2.566/DF, que declara a inconstitucionalidade do § 1º do art. 4º da Lei 9.612/1998, publicada no Diário Oficial da União no dia 7 de novembro de 2018. (SEI 10364858)
3. Ata de Eleição dos seus dirigentes devidamente registrada	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469674, pgs. 3 a 5  Duração do Mandato: 05/08/2021 até 05/08/2025	- Art. 9º, §2º, inciso II da Lei nº 9.612/1998 - Art. 378, §1º, inciso III da Portaria nº 9.018/2023	Diretora geral - Gloria Maria Daniel Cunha  - Diretor administrativo - Elcio da Silveira Dutra  Diretora de operações - Carla Verônica Abrahão de Souza



4. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469679:  Pgs. 1 a 4 - Glória Maria Daniel Cunha  Pgs. 13 a 14 - Carla Verônica Abrahão de Souza  Pgs. 24 a 25 - Elcio da Silveira Dutra	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal  - Art. 9º, §2º, inciso III da Lei nº 9.612/1998	
4.1) prova de maioridade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469679:  Pgs. 1 a 4 - Glória Maria Daniel Cunha  Pgs. 13 a 14 - Carla Verônica Abrahão de Souza  Pgs. 24 a 25 - Elcio da Silveira Dutra	- Art. 9º, §2º, inciso IV da Lei nº 9.612/1998  - Art. 378, §1º, inciso IV da Portaria nº 9.018/2023	
5. Declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item VIII	- Art. 9º, §2º, inciso V da Lei nº 9.612/1998 - item VIII do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
5.1) A pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado (ou similar ao item I do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item I	- item I do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
5.2) A pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta (ou similar ao item II do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item II	- item II do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
5.3) A pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição: (ou similar ao item III do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item III	- item III do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
5.4) Pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga (ou similar ao item IV do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item IV	- item IV do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	



5.5) Pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, políticopartidárias ou comerciais (ou similar ao item V do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item V	- item V do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
5.6) Responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item VI	- item VI do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
5.7) Nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial (ou similar ao item VII do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item VII	- item VII do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
5.8) Todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora (ou similar ao item IX do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item IX	- item IX do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
5.9) Todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (ou similar ao item X do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item X	- Art. 380, inciso II da Portaria nº 9.018 - item X do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
5.10) Emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento, assinado pelo representante legal da entidade (ou similar ao item XI do Modelo de referência no Anexo 5 da Portaria nº 4.334/2015)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469672  - Item XI	- Art. 378, §1º, inciso VI da Portaria nº 9.018/2023  - item XI do Modelo de referência no Anexo XLI da Portaria nº 9.018/2023	
6. Relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 363 da Portaria nº 9.018/2023 (assinado por todos os membros comunitários)	( x ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10469683  A Igreja Evangélica Congregacional de Barra do Piraí conta com dois representantes	- Art. 378, §1º, inciso V da Portaria nº 9.018/2023	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
7. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11189193  Emitido em 27/10/2023	- Art. 378, §6º, inciso III da Portaria nº 9.018/2023	10469676 Emitido em 16/09/2022  10995246 Emitido em 04/07/2023
8. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11189193  Válida até 26/11/2023	- Art. 378, §6º, inciso IV da Portaria nº 9.018/2023	10469676 Válida até 16/10/2022  10995246 Válida até 03/08/2023
9. certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11189193  Valida até 18/11/2023	- Art. 378, §6º, inciso V da Portaria nº 9.018/2023	10469676 Válida até 15/10/2022  10995246 Válida até 27/07/2023
10. certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11189193  Válida até 24/04/2024	- Art. 378, §6º, inciso VI da Portaria nº 9.018/2023	10469676 Válida até 04/12/2022  10995246 Válida até 31/12/2023
11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11189193  Válida até 24/04/2024	- Art. 378, §6º, inciso VII da Portaria nº 9.018/2023	10469676 Válida até 15/03/2023  10995246 Válida até 31/12/2023

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
12. Portaria de autorização (referente ao período de vigência da outorga anterior) e demais documentos cadastrais	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10995114  Portaria nº 793 de 25/10/2006 publicado no DOU em 30/10/2006	- Art. 378, §6º, inciso I da Portaria nº 9.018/2023	-
12.1) Decreto Legislativo (referente ao período de vigência da outorga anterior)	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10995137  Decreto Legislativo nº 11 de 03/01/2013 publicado no DOU em 04/01/2013	- Art. 378, §6º, inciso I da Portaria nº 9.018/2023	-
13. Tem relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10998833	- Art. 378, §6º, inciso II da Portaria nº 9.018	-
13.1) Houve condenação de revogação da autorização associada à entidade?	( ) Sim (x) Não ( ) Não se aplica	10998833	- Art. 378, §6º, inciso II da Portaria nº 9.018	-
13.2) Há processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada?	( ) Sim (x) Não ( ) Não se aplica	10998833	- Art. 378, §6º, inciso II da Portaria nº 9.018	-



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

13.3) Há processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada?	( ) Sim (x) Não ( ) Não se aplica	10998833	- Art. 378, §6º, inciso II da Portaria nº 9.018	-
13.4) Há processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada?	( ) Sim (x) Não ( ) Não se aplica	10998833	- Art. 378, §6º, inciso II da Portaria nº 9.018	-

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
14. Vínculo Político-Partidário	( ) Sim (x) Não ( ) Não se aplica	10469672	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 254, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da Portaria nº 9.018/2023	Há declaração expressa da inexistência de vínculo político-partidário
14.1) Certidão de Informações Partidárias (ocupação de cargo de direção em partido político) dos dirigentes/diretores da associação ou fundação	(x) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10997812	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 254, inciso III, alínea "a", número 1, 2, 3 e 4 da Portaria nº 9.018/2023	
15. Vínculo Familiar	( ) Sim (x) Não ( ) Não se aplica	10469679:  Pgs. 1 a 4 - Gloria Maria Daniel Cunha  Pgs. 13 a 14 - Carla Verônica Abrahão de Souza  Pgs. 24 a 25 - Elcio da Silveira Dutra	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 254, inciso III, alínea "b" da Portaria nº 9.018/2023	Pelos documentos de identificação não há indícios de existência de vínculo familiar entre os dirigentes da entidade.
16. Vínculo Religioso	( ) Sim (x) Não ( ) Não se aplica	10469672	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 254, inciso III, alínea "a", número 6 e 7 da Portaria nº 9.018	Há declaração expressa da inexistência de vínculo religioso.
17. Vínculo Comercial	( ) Sim (x) Não ( ) Não se aplica	10469672	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 254, inciso III, alínea "a", número 5 da Portaria nº 9.018/2023	Há declaração expressa da inexistência de vínculo comercial.
18. Outro tipo de Vínculo?	( ) Sim (x) Não ( ) Não se aplica	10995739 - Consulta SIACCO	- Art. 11 da Lei nº 9.612/1998 - Art. 254, inciso III, alínea "c" da Portaria nº 9.018	Não há indícios de existência de outro tipo de vínculo.

Observações Adicionais
Não há



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

### Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação, sendo possível a proposição do deferimento.

### Analisado por:

**Nome:** Tereza Kioko Taira Okubaru  
**Cargo:** Advogado CLT ANS

### Data:

06 de julho de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 03/11/2023, às 11:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10995741** e o código CRC **5A2F464F**.

Referência: Processo nº 53115.027672/2022-55

SEI nº 10995741

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

### NOTA TÉCNICA Nº 18932/2023/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.027672/2022-55.

INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAIZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE A INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo administrativo trata de pedido formulado pela **Associação Rádio Paraizo de Comunicação e Ação Comunitária**, inscrita no **CNPJ nº 03.187.632/0001-02**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro, para o período de 04 de janeiro de 2023 a 04 de janeiro de 2033.
2. Conforme *Checklist* (10995741), concluiu-se que a documentação “**está em conformidade** com o disposto na legislação, de forma que é possível prosseguir com o deferimento da renovação da outorga” (grifo no original).
3. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

### ANÁLISE

4. De acordo com o parágrafo único do art. 6º da [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), o prazo da autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária pode ser renovado, por períodos sucessivos de 10 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por portaria, subscrita pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 1º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).
5. A viabilidade da renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária está condicionada ao preenchimento dos requisitos consubstanciados, em especial, na mencionada [Lei nº 9.612, de 1998](#), no [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#), e na [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023](#) publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo [Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023](#)).
6. No caso em apreço, a outorga do serviço de radiodifusão comunitária foi conferida à **Associação Rádio Paraizo de Comunicação e Ação Comunitária**, por meio da Portaria nº 793, de 25/10/2006, publicada no DOU em 30/10/2006 (10995114) e do Decreto Legislativo nº 11, de 03/01/2013, publicado em 04/01/2013 (10995137). Oportuno registrar que a data da publicação do decreto legislativo é utilizada para fins de aferição do início do prazo de 10 anos de execução do serviço, conforme preconiza o art. 324 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).
7. De acordo com o art. 6º-A da [Lei nº 9.612, de 1998](#), as entidades interessadas deverão encaminhar o pedido de renovação no prazo legalmente fixado “entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga”. Assim, a Entidade teria entre 04/01/2022 e 04/11/2022 para manifestar-se acerca do interesse em continuar executando o serviço.
8. Uma vez que a Radiodifusora encaminhou o pedido de renovação (10469672), em 17/10/2022, ou seja, no prazo legalmente previsto, considera-se **tempestivo**.
9. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 04/01/2023, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 6º-A, §§ 1º e 2º da [Lei nº 9.612, de 1998](#).
10. De acordo com o art. 382 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#) o processo de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária deve ser instruído, entre outros, com a seguinte documentação:

Art. 382. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos:

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes;

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



III - ata de eleição da diretoria em exercício;

IV - prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes;

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos:

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

III - comprovante de inscrição no CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet.

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

11. Conforme *Checklist* (10995741), que acompanha esta Nota Técnica, a documentação apresentada está em conformidade com a legislação que rege o serviço. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na [Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018](#), especialmente o art. 3º, **caput** e §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

12. Em especial, a Radiodifusora colacionou aos autos:

- Requerimento administrativo, assinado por todos os atuais dirigentes, contendo declaração devidamente firmada pelo seu representante legal, atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização dada pelo Ministério das Comunicações e de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente (10469672);
- Estatuto social (10469675), devidamente arquivado e registrado no respectivo órgão cartorial, com observância das disposições constantes no art. 291 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#);
- Ata de eleição da diretoria em exercício (10469674, pgs. 3 a 5), com mandato válido até 05/08/2025;
- Comprovantes de maioria, de nacionalidade e de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os dirigentes (10469679); e
- Último relatório do Conselho Comunitário (10469683), observando-se as disposições do art. 367 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).

13. Pela análise das informações constantes nos autos, bem como pesquisas realizadas nos sistemas oficiais atualmente disponíveis à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), e considerando-se as Declarações (10469672), as Certidões da Pessoa Jurídica (11189193), as Certidões de Informações Partidárias (10997812) e o Relatório do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO) (10995739), **não se vislumbra, de forma clara e objetiva, a presença de qualquer estabelecimento** **tenção de vínculos** que subordinem ou sujeitem a pessoa jurídica detentora da outorga do serviço de radiodifusão à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, em desacordo ao art. 11 da [Lei nº 9.612, de 1998](#).

14. O relatório de apurações de infrações (10998833), referente ao período de vigência da outorga, emitido pela Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM), informa que não houve a aplicação, de forma definitiva, da penalidade de revogação da autorização. Portanto, entende-se que não há óbice para o prosseguimento da renovação da outorga.

15. Observa-se que os autos se encontram corretamente instruídos. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica deste Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1182412), dispensou a análise jurídica individualizada dos processos administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

32. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam de pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida; ii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, por força do disposto na Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União - AGU, salvo na hipótese de eventual dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na forma da minuta propositiva que segue este pronunciamento (Anexo I), que deverá ser adotada pela SECOE a partir do recebimento deste parecer, sem prejuízo das adoções das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão; v) o PARECER REFERENCIAL sob referência não se aplica às hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável à renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização; vi) em razão da edição do presente PARECER REFERENCIAL atualizado sobre matéria, impõe-se a revogação do PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido no ano de 2022 pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações - CONJUR/MCOM, razão pela qual referido PARECER não deve ser mais utilizado com manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão; e vii) nos termos do art. 6º[8] da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação.

16. Portanto, entende-se que é **dispensável o envio dos autos à unidade consultiva**, para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1182412).

17. Dessa forma, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária.

## CONCLUSÃO

18. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

I - envio dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações** para apreciação das minutas de Portaria e Exposição de Motivos e posterior deliberação, nos termos do art. 6º, parágrafo único da [Lei nº 9.612, de 1998](#); e

II - em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República** para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

19. Além disso, pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

20. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 03/11/2023, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 03/11/2023, às 11:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 03/11/2023, às 14:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11182326** e o código CRC **08176C50**.

#### Minutas e Anexos

Checklist (10995741);

Minuta de Portaria (11055868); e

Minuta de Exposição de Motivos (11055885).

Referência: Processo nº 53115.027672/2022-55

Documento nº 11182326

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.027672/2022-55, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18932/2023/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1182412), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de janeiro de 2023, a autorização outorgada à Associação Rádio Paraizo de Comunicação e Ação Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.187.632/0001-02, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.*

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 03/11/2023, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 03/11/2023, às 11:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 03/11/2023, às 14:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 02/06/2024, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11055868** e o código CRC **36368B99**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal  
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

\* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº53115.027672/2022-55, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18932/2023/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11182412), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova a outorga da Associação Rádio Paraizo de Comunicação e Ação Comunitária (CNPJ nº 03.187.632/0001-02), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro.
2. Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 03/11/2023, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 03/11/2023, às 11:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 03/11/2023, às 14:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 02/06/2024, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11055885** e o código CRC **3089F035**.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

**DESPACHO**

**Processo nº:** 53115.027672/2022-55

**Interessado:** ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA

**Assunto:** SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Ao GACSE,

Em consonância com a Nota Técnica 18932 (11182326), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao Gabinete do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) Envio dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações** para apreciação das minutas de Portaria e Exposição de Motivos e posterior deliberação, nos termos do art. 6º, parágrafo único da [Lei nº 9.612, de 1998](#); e

b) Em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República** para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

Além disso, pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 02/06/2024, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11198982** e o código CRC **0AC60C34**.

**Minutas e Anexos**

Minuta de Portaria (11055868)

Minuta de Exposição de Motivos (11055885)

Referência: Processo nº 53115.027672/2022-55

Documento nº 11198982



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13379, DE 3 DE JUNHO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.027672/2022-55, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18932/2023/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de janeiro de 2023, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ nº 03.187.632/0001-02, para executar, sem direito exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/06/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11558745** e o código CRC **0B287F7D**.

Referência: Processo nº 53115.027672/2022-55

Documento nº 11558745



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 3 de junho de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.027672/2022-55, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18932/2023/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria MCOM nº 13.379, de 3 de junho de 2024, publicada em \_\_\_\_\_, que renova a outorga da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA (CNPJ nº 03.187.632/0001-02), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/06/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11558759** e o código CRC **30EA9818**.

Referência: Processo nº 53115.027672/2022-55

Documento nº 11558759



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 51297/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 13379/2024 (11558745) e a Exposição de Motivos nº 408/2024 (11558759)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DEPub\_MCOM 1(1198982), encaminho a Portaria nº 13379/2024 (11558745) e a Exposição de Motivos nº 408/2024 (11558759), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 05/06/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11558763** e o código CRC **4BB6248D**.

Referência: Processo nº 53115.027672/2022-55

Documento nº 11558763

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 07/06/2024 12:51:36  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 10379647  
**Data prevista de publicação:** 10/06/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21691484	PORTARIA MCOM NA 13359.rtf	92c4dde93ee9993f9c9e658188c4c2bd	8,00	R\$ 311,36
21691485	PORTARIA MCOM NA 13380.1.rtf	a3cd9d8a61794b33f3cbdfa2fdc50675	7,00	R\$ 272,44
21691486	PORTARIA MCOM NA 13379.1.rtf	a5c8c9db6a8b03c0d76ccc8d68a4eaaf	7,00	R\$ 272,44
21691507	PORTARIA MCOM NA 13368.rtf	af03b89e856617b4a1fec4b06a13b861	28,00	R\$ 1.089,76
21691508	PORTARIA MCOM NA 13387.rtf	090fc8592e3d0eccff76bcb07fbbb477	5,00	R\$ 194,60
21691509	PORTARIA MCOM NA 13388.rtf	ed9dc739bf834876b0c1e29a90be4cef	5,00	R\$ 194,60
21691510	PORTARIA MCOM NA 13389.rtf	8fbbedd6f6b79cfb55105b7c466d0b7b6	5,00	R\$ 194,60
21691511	PORTARIA MCOM NA 13391.rtf	08b9c3ee4c24899e6f1f6f1c1ef06518	5,00	R\$ 194,60
21691512	PORTARIA MCOM NA 13360.1.rtf	2d4a51df02742405bd033ed2ab5b9e4f	8,00	R\$ 311,36
21691513	PORTARIA MCOM NA 13382.1.rtf	8aa682de15fa8fcbabb612d08f379cce	8,00	R\$ 311,36
21691514	PORTARIA MCOM NA 13381.1.rtf	04cedb2c073a5b32708dacee576e61d6	7,00	R\$ 272,44
TOTAL DO OFICIO			93,00	R\$ 3.619,56

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/06/2024 | Edição: 109 | Seção: 1 | Página: 7

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 13.379, DE 3 DE JUNHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.027672/2022-55, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18932/2023/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de janeiro de 2023, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, inscrita no CNPJ nº 03.187.632/0001-02, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-13-379-de-3-de-junho-de-2024-564542009](http://gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-13-379-de-3-de-junho-de-2024-564542009)

<http://gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-13-379-de-3-de-junho-de-2024-564542009>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

[Menu Principal](#)

BOA TARDE  
Adauto Soares de Brito Neto  
Sistemas Interativos

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

## Consulta Geral - RADCOM

### Identificação do Pedido RADCOM

UF:	RJ	Distrito:	
Município:	Barra do Piraí	Sub Distrito:	
Canal:	198	Local Específico:	
Fase:	3		

### Dados da Entidade

Entidade:	ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA	CNPJ:	03.187.632/0001-02
Nome Fantasia:		Bairro:	MUQUECA
Logradouro:	AVENIDA PREFEITO ARTUR COSTA	Número:	1976
Telefone:	(24) 24431479	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		

### ☒ Dados da Outorga

#### Dados da Entidade

CNPJ:	<input type="text" value="03187632000102"/>	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA	
Tipo de Usuário:	Integral	

#### Endereço Sede

País:	Brasil		
Número do CEP:	27110001	Logradouro:	AVENIDA PREFEITO ARTUR COSTA
Número:	1976	Complemento:	
Município:	Barra do Piraí	Bairro:	MUQUECA
		Estado:	RJ
Telefone:	24 24431479		

#### Endereço de Correspondência

País:	Brasil		
Número do CEP:	27110001	Logradouro:	AVENIDA PREFEITO ARTUR COSTA
Número:	1976	Complemento:	
Município:	Barra do Piraí	Bairro:	MUQUECA
		Estado:	RJ
Telefone:	<input type="text"/>	Fax:	<input type="text"/>
	<input type="text"/>		<input type="text"/>

#### Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:	<input type="text" value="04/01/2013"/>	Data Limite Instalação:	<input type="text" value="04/07/2013"/>
Número do Processo:	<input type="text" value="537700001572000"/>	Fistel:	<input type="text" value="50403918111"/>
Caixa:	<input type="text"/>	Sequência:	<input type="text"/>

### ☒ Documentos Emitidos

#### Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="66335"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="07/08/2007"/>	<input type="text" value="08/08/2007"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="469"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="04/10/2012"/>	<input type="text" value="05/10/2012"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="11"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="03/01/2013"/>	<input type="text" value="04/01/2013"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="1379"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="01/03/2013"/>	<input type="text" value="04/03/2013"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
<input type="text"/>	<input type="text" value="4093"/>	<input type="text" value="Portaria"/>	<input type="text" value="MC"/>	<input type="text" value="20/12/2018"/>	<input type="text" value="03/01/2019"/>	Multa	<input type="text" value="Jur."/>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>  
<https://sistemasnet/srd/Consultas/ConsultaGeral/Tela.asp>

10/06/2024

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



	13379	Portaria	MC	03/06/2024	10/06/2024	Renovação	Jur.
+ Característica da Estação Instalada							
- Dados do Licenciamento							
Dados da Estação							
Entidade:	ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAIZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA - CNPJ/CPF(03.187.632/0001-02)				Situação:	Entidade não possui débitos	
Município/UF:	BARRA DO PIRAÍ/RJ				Canal:	198	
Indicativo:	ZYL959						
Dia Início	Dia Fim		Hora Início		Hora Fim		X
Domingo	Sábado		00:00		24:00		X
<a href="#">Tela Inicial</a> <a href="#">Imprimir</a>							



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 51612/2024/MCOM

Brasília, 10 de junho de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11558759)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DE PUB\_MCOM (11198982), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 408/2024 (11426962), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 10/06/2024, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11571575** e o código CRC **B637070F**.

Referência: Processo nº 53115.027672/2022-55

Documento nº 11571575



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

Brasília, 12 de Junho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.027672/2022-55, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 18932/2023/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria MCOM nº 13.379, de 3 de junho de 2024, publicada em 10 de junho de 2024, que renova a outorga da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA (CNPJ nº 03.187.632/0001-02), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 20744/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.027672/2022-55.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 12/06/2024, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11575166** e o código CRC **9A3ECC69**.

Referência: Processo nº 53115.027672/2022-55

Documento nº 11575166



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





**Ministério das Comunicações - MCOM**  
**PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO**  
**Nº 264359.0006348/2022**

**DADOS DO SOLICITANTE**

**Nome:** JESSICA HELENA ZANON  
**E-mail:** \*\*\*\*\*@\*\*\*\*\*.\*\*m  
**CPF:** \*\*\*.150.039-\*\*

**DADOS DO REPRESENTADO**

**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA  
**E-mail:** \*\*\*\*\*@\*\*\*\*\*.\*\*m  
**CNPJ:** 03.187.632/0001-02

**DADOS DA SOLICITAÇÃO**

**Número da Solicitação:** 264359.0006348/2022  
**Tipo da Solicitação:** 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações  
**Informações Complementares:** Renovação de Outorga - Período 04/01/2022 à 04/01/2032  
ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA  
**Número do Processo Informado Pelo Solicitante:** Não há  
**Data e Hora de Encaminhamento:** 17/10/2022 às 14:13

**DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL**

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	2 - Solicitações de juntada de documento - RENOVAÇÃO.pdf

**DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)**

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento de Renovação de Outorga	3 - Requerimento de Renovação de Outorga.pdf
Ata de Eleição Diretoria + Conselhor Comunitário + Alteração	4 - Ata de ELEIÇÃO + Alteração Estatuto.pdf
Estatuto Social - 2ª Alteração Consolidada	5 - Estatuto Social - 2ª Alteração Consolidada.pdf
Comprovante CNPJ + Certidões	6 - Comprovante CNPJ + Certidões.pdf
Documentos + Certidões Negativas - Dirigentes	7 - Documentos Dirigentes.pdf
Grade de programação + CNPJ Entidades	8 - Programação diária da Rádio Paraíso.pdf

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadepassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Recibo Solicitação Nº 264359.0006348/2022 (10469660) - SEI 33115.027672/2022-55 / pg. 1

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

**ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
CNPJ 03.187.632/0001-02


**INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO**

A Proponente **ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051, com CNPJ nº 03.187.632/0001-02, nesta ato representada por seu Diretor Geral: **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 07.243.737-9 IFRJ, inscrito no CPF/MF nº 021.201.507-96, e Título de Eleitor nº 0610 9723 0337, e endereço eletrônico [radioparaizofm@gmail.com](mailto:radioparaizofm@gmail.com), doravante denominado, **Outorgante**:

Pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu (s) bastante (s) procurador (es) o Senhor **ROQUE LANDER MENEGAI**S, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à rua Marechal Floriano, nº 4003, bairro Claudete, CEP 858111-150, município de Cascavel/PR, endereço eletrônico [roque@sistemaplug.com.br](mailto:roque@sistemaplug.com.br), portador da cédula de identidade RG 13.057.075-5 SSP/PR e do CPF 782.211.889-72; a Senhora **ANDREA SAMUEL DO NASCIMENTO MENEGAI**S, brasileira, casada, empresário, residente e domiciliado à rua Marechal Floriano, nº 4003, bairro Claudete, CEP 858111-150, município de Cascavel/PR, endereço eletrônico [andrea@sistemaplug.com.br](mailto:andrea@sistemaplug.com.br), portador da cédula de identidade RG 6.421.554-0 SSP/PR e do CPF 969.173.269-68, e, o Senhor **CEZAR BORGES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, endereço profissional à Rua Marechal Deodoro, nº 3624, CEP 85810-200, Centro, Município de Cascavel, Estado do Paraná, endereço eletrônico: [cezar@sistemaplug.com.br](mailto:cezar@sistemaplug.com.br), OAB/PR nº 85115, portador da cédula de identidade, RG nº 6.434.555-9 SSP/PR e do CPF nº 015.126.159-86, concedendo-lhes poderes para: representá-lo em juízo ou fora dele, transigir; desistir; acordar; ceder; renunciar; recorrer; agravar; transacionar em juízo ou fora dele; variar de ações; levantar informações; solicitar informações; requerer certidões negativas, outros documentos e serviços; solicitar cópia parcial ou integral dos autos dos processos; solicitar vistas dos autos; assinar declarações e anexos; solicitar reconsiderações, desarquivamento ou arquivamento; impetrar recursos; assinar laudos de vistorias técnicas e Anotações de Responsabilidade Técnica; fazer requerimentos a qualquer juízo ou instância, bem como em qualquer Órgão Administrativo dos governos/esferas Federal, Estadual e Municipal, em especial o MCOM – Ministério das Comunicações; Ministério da Aeronáutica; Casa Civil da Presidência da República; e Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações; e finalmente, praticar todos os demais atos que entender necessário ao fiel desempenho deste mandato, inclusive podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes.

Os referidos poderes acima mencionados são, em especial para Processos de: Renovação de Outorga; Transferências Diretas e/ou Indiretas; Aprovação de Local de Instalação e Utilização de Equipamentos; Novas Características Técnicas; Aumento de Potência/Promoção de Classe; Assentimentos Prévios; Fiscalização Rotineira e/ou de Infrações; SaRC; Alterações Cadastrais junto aos Sistemas Mosaico e/ou SEI; PAI - Processos de Apuração de Infração; e PADO - Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigação.

Barra do Piraí/RJ, 16 de setembro de 2022.

  
.....  
**ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
Por seu representante legal  
CNPJ 03.187.632/0001-02

Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca – CEP 27.140-051



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Procuração (10469669)

SEI 53115-027672/2022-53/ pg. 2

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

**SERVIÇO NOTARIAL / REGISTRAL DO 1º OFÍCIO** 090191AA173587  
Rua Dr. Moraes Barbosa, 223, Centro, Barra do Piraí - RJ - Tel: (24) 2442-1830 / 2443-1091 - CEP: 27120-040

Reconheço as firmas por Autenticidade de:  
**GLORIA MARIA DANIEL CUNHA \*\*\*\*\***

Emols: R\$ 6,89. Fetj: R\$ 1,37. Fundperj: R\$ 0,34. Funperj: R\$ 0,34  
Funarpen: R\$ 0,27. Pmcnv: R\$ 0,13. Iss: R\$ 0,34. Total: R\$ 9,68.

BARRA DO PIRAI/RJ, 17/10/2022.  
**JOSANE ROCHA DE OLIVEIRA LOURE** Em test. da verdade. Conf.  
EEHO 64649 LYM Consulte [www4.tjrj.jus.br/Portal/Extrajudicial/consultas.asp](http://www4.tjrj.jus.br/Portal/Extrajudicial/consultas.asp)

*[Handwritten signature]*  
**Josane Rocha de Oliveira Loure**  
Escritório do 1.º Ofício - Barra do Piraí/RJ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo-2b4be06e-8c2b-425c-be28-8113f4bd94f5>



## SUBSTABELECIMENTO

**CEZAR BORGES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, endereço profissional à Rua Marechal Deodoro, n° 3624, CEP 85810-200, Centro, Município de Cascavel, Estado do Paraná, endereço eletrônico: cezar@sistemaplug.com.br, OAB/PR n° 85115, portador da cédula de identidade, RG n° 6.434.555-9 SSP/PR e do CPF n° 015.126.159-86, doravante denominado, SUBSTABELECENTE:

Pelo presente instrumento particular, **SUBSTABELECE** sem reserva de poderes à: **JESSICA HELENA ZANON**, brasileira, divorciada, auxiliar administrativo, residente e domiciliado à Rua Samambaias, n.805, Bairro Guarujá, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, endereço eletrônico: jessica@sistemaplug.com.br, portador da Carteira de Identidade, RG n. 10.995.964-2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n. 076.150.039-11, os poderes conferidos por **ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, n° 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051, com CNPJ n° 03.187.632/0001-02, nesta ato representada por seu Diretor Geral: **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, n° 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) n° 07.243.737-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF n° 021.201.507-96, e Título de Eleitor n° 0610 9723 0337, e endereço eletrônico radioparaizofm@gmail.com, por meio da procuração datada em 16/09/2022, habilitando-o a praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do referido mandato.

Cascavel (PR), 17 de outubro de 2022.

Cezar Borges dos Santos  
OAB/PR 85.115  
(45) 99128-7262

CEZAR BORGES DOS SANTOS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DocNuxeo-2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Procuração (10469665)

SEI 55115-027672/2022-55 / pg. 4

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL  
DGPC/DPT/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FÉLIX PACHECO



POLEGAR DIREITO

36



*Maria Daniel Pereira*  
Autenticado eletronicamente para conferência com original.

046366 CARTEIRA DE IDENTIDADE 37672/2022-55 / pg. 5



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

07243737-9

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

17/09/84

NOME

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA

FILIAÇÃO

FRANCISCO ARMINDO DANIEL  
NAIR BALTHAZAR DANIEL

NATURALIDADE

RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO

15/08/1964

DOC ORIGEM

C.CASM LIV BAUX6

FLS 104

TER 0001784 C 00 BARRA DO PIRAI RJ



Autenticado e assinado digitalmente pelo sistema de conferência com original. 036

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

0469669 - autenticado digitalmente pelo sistema de conferência com original. 027672/2022 55 / pg 2

Pro 0469669 - autenticado digitalmente pelo sistema de conferência com original. 027672/2022 55 / pg 2

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

021201507 96

NOME COMPLETO

GLÓRIA MARIA DANIEL CUNHA

NASCIMENTO

15.08.64



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

*Maria Daniel Cunha*  
<https://brsleg-autenticacao-e-signatura.camara-leg.br/3codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be06-104616057>

2b4be06e-8c2b-435c-be

37/0664 21

17/108, 189

BRASCO

74020/5305



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be>

2b4be06e-8c2b-435c-be2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Procuração (10403669)

SEI 93 PIS.027672/2022-997 pg. 9

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

CEZAR BORGES DOS SANTOS

FILIAÇÃO

JOÃO BORGES DOS SANTOS  
MARIA EVA DOS SANTOS

NATURALIDADE

CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES-PR

DATA DE NASCIMENTO

26/12/1976

RG

64345559 - SSP/PR

CPF

015.126.159-86

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

VIA

EXPEDIDO EM

SIM

01 17/02/2017

JOSE AUGUSTO ARAUJO DE NORONHA  
PRESIDENTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinaturacamara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Procuração (10489689)

SLI 55113:027672/2022-55 / pg. 10

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ  
IDENTIDADE DE ADVOGADA

NOME  
JESSICA HELENA ZANON

FILIAÇÃO  
ALBERTO JOSÉ ZANON  
DORIS HELENA DUFLOTH ZANON

NATURALIDADE  
CASCAVEL-PR  
RG  
10.995.964-2 - SSP/PR

DATA DE NASCIMENTO  
17/06/1991

CPF  
076.150.039-11

VIA EXPEDIDO EM  
02 29/03/2022

*M. Pereira*  
MARILENE INACIA VIMIER  
PRESIDENTE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Procuração (1040566)

SEI 93115-027672/2022-35 / pg. 11

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codNuxco-2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Procuração (10405669)

SEI 55115.027672/2022-55 / pg. 12

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

## SOLICITAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Ao

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processo de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

Assunto: Renovação da Outorga 2023/2033

**A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051, com CNPJ nº 03.187.632/0001-02, vem, através desta, requer a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** pelo período de 04/01/2023 à 04/01/2033, para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, vindo, juntar a documentação necessária para tanto.

Barra do Piraí (RJ), 16 de setembro de 2022.

  
.....  
**GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**  
CPF 021.201.507-96  
**Diretor Geral**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Requerimento (10400071)

SEI 93115-027672/2022-557 pg. 13

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA –**  
**RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	<b>ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA</b>				
Nome Fantasia:	<b>Rádio Paraíso FM</b>	CNPJ:	<b>03.187.632/0001-02</b>		
Endereço de Sede:	<b>Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca</b>				
Município:	<b>Barra do Piraí</b>	UF:	<b>RJ</b>	CEP:	<b>27.140-051</b>
Nome do representante legal:	<b>GLORIA MARIA DANIEL CUNHA</b>				
Endereço eletrônico (e-mail):	<b><a href="mailto:radioparaizofm@gmail.com">radioparaizofm@gmail.com</a></b>				

Endereço de Correspondência:	<b>Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca</b>				
Município:	<b>Barra do Piraí</b>	UF:	<b>RJ</b>	CEP:	<b>27.140-051</b>

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	<b>Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca</b>				
Município:	<b>Barra do Piraí</b>	UF:	<b>RJ</b>	CEP:	<b>27.140-051</b>
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	<b>° (N/S) 22° 29' 11" 00" S</b>		
		Longitude:	<b>° W 43° 49' 07" 00" W</b>		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

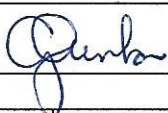
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>





X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	<b>GLORIA MARIA DANIEL CUNHA</b>					
Cargo:	Diretor Geral			Tit. Eleitor:	0610 9723 0337	
RG:	07.243.737-9	Órgão Emissor:	IFP/RJ	CP F:	021.201.507-96	
Endereço:	Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca					
Município:	Barra do Piraí	UF:	RJ	CE P:	27.140-055	
Assinatura:						

Nome do dirigente:	<b>ELCIO DA SILVEIRA DUTRA</b>					
Cargo:	Diretor Administrativo			Tit. Eleitor:	6075 2810 0353	
RG:	813.323.052	Órgão Emissor:	IFP/RJ	CP F:	091.109.686-87	
Endereço:	Rua Joaquim Dutra, nº 22, Bairro Muqueca					
Município:	Barra do Piraí	UF:	RJ	CE P:	27.140-055	
Assinatura:						

Nome do dirigente:	<b>CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA</b>					
Cargo:	Diretor de Operações			Tit. Eleitor:	1157 9075 0361	
RG:	20.058.688-11	Órgão Emissor:	IFP/RJ	CP F:	098.242.457-40	
Endereço:	Rua Benedito Silva Lomba, nº 441, casa 1, Bairro Muqueca					
Município:	Barra do Piraí	UF:	RJ	CE P:	27.140-055	
Assinatura:						

#### ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

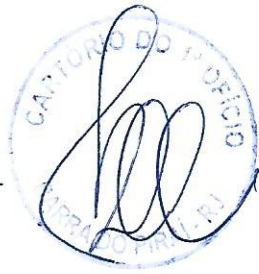


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10405072) SEI 33119-027672/2022-35/pg. 15

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Barra do Piraí (RJ), 25 de julho de 2021.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051, com CNPJ nº 03.187.632/0001-02, por intermédio de sua representante legal, **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 07.243.737-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 021.201.507-96, e Título de Eleitor nº 0610 9723 0337, convoca todos os associados, para uma **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, que será realizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, Barra do Piraí/RJ; no dia 05/08/2021 às 9h em 1ª convocação e às 9h30min em 2ª convocação.

#### Pauta Geral da Assembleia:

- Prestação de Contas;
- Apresentação e aprovação de novos associados;
- Eleição e Posse da Diretoria;
- Eleição e Posse do Conselho Comunitário;
- Outros assuntos de interesse da Associação.

Atenciosamente;

  
.....  
**GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral

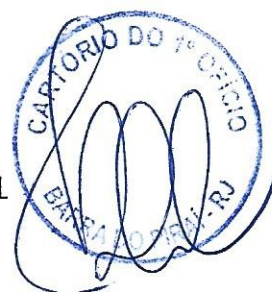


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA DE 05/08/2021.

	ASSINATURA
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA	
HELDYR PIRES FERREIRA	
ELCIO DA SILVEIRA DUTRA	
CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA	
CLAUDIA FARIAS DE BARROS	
DANILO MARTINS DINELLI	
ELAINE MOREIRA DA SILVA	
LUCIANO FERREIRA DE SOUZA	
JOSÉ HENRIQUE PIRES LEITE JUNIOR	

Barra do Piraí (RJ), 05 de agosto de 2021.

Visto.

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadesignatura.camara.gov.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10465074)

SEI 53119-02/2022-35/pg. 17

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DE BARRA DO PIRAI, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**1. DATA HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Aos cinco dias do mês agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 09h30min, em segunda convocação, na sede da entidade, Município e Comarca de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, situada à Avenida Prefeito Arthur Costa, n° 1976, Bairro Muquoca, CEP 27.140-051.

**2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA:** A convocação da presente Assembleia Geral Ordinária foi realizada conforme determina o parágrafo §2 do Artigo 11º, através do Edital de 25 de julho de 2021, uma vez que determina ser através de edital ou comunicado afixado na sede da Associação.

**3. QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO:** Compareceram à Assembleia Geral Ordinária da Entidade, os associados os quais assinaram a competente lista de presença. Consigna-se que a assembleia foi instalada em 2ª convocação atendendo ao quórum de associados aptos a votar, nos termos do que dispõe, de seu Estatuto Social.

**4. MESA DIRETORA DOS TRABALHOS:** Iniciando os trabalhos, assumiu a presidência da Assembleia GLORIA MARIA DANIEL CUNHA e para secretariar ELCIO DA SILVEIRA DUTRA;

**5. ORDEM DO DIA: ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:**

**Item I** - Prestação de contas. **Item II** - Apresentação e aprovação de novos associados. **Item III** - Eleição e Posse da Diretoria. **Item IV** - Eleição e Posse do Conselho Comunitário. **Item V** - Outros assuntos de interesse da associação.

**DELIBERAÇÕES: Item I** - Iniciando os trabalhos A presidente esclareceu que a última diretoria eleita e empossada vem praticando os atos de administração até a presente data. Na oportunidade prestou contas da administração, sendo que na sequência, a Assembleia Geral, no uso de seu poder saneador, como autoridade máxima da entidade, ratificou e convalidou todos os atos de gestão praticados por aquela diretoria até a presente data.

**Item II** - Ato Contínuo foi apresentado novo pretense associado, o qual apresentou requerimento de associação em junho de 2021, sendo aceita por aclamação de todos os presentes, qual seja: CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Benedito Silva Lomba, n° 441, casa 1, Bairro Muquoca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) n° 20.058.688-11 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF n° 098.242.457-40, e Título de Eleitor n° 1157 9075 0361.

**Item III** - Em seguida passou-se a deliberar sobre o item III do edital de convocação, ou seja, Eleição e Posse da Diretoria. A única chapa inscrita para compor o quadro diretivo da entidade trata-se da mesma chapa pelo qual já se está na Diretoria eleita em 2018 com vencimento nesta apenas, sendo que obteve apenas a alteração de cargo do Diretor de Operações o qual se candidatou à Diretor Administrativo e a nova associada se candidatou como Diretor de Operações. Após apresentação, a chapa foi eleita por aclamação e por unanimidade pelos presentes, sendo seu mandato de quatro (04) anos, de 05 de agosto de 2021 até 05 de agosto de 2025, quando da realização de nova Assembleia Geral. A seguir a Presidente da mesa diretora deu posse aos membros eleitos, ficando assim a composição da Diretoria.

**DIRETORIA:** Diretor Geral: GLORIA MARIA DANIEL CUNHA, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, n° 1976, Bairro Muquoca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) n° 07.243.737-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF n° 021.201.507-96, e Título de Eleitor n° 0610 9723 0337; Diretor Administrativo: ELCIO DA SILVEIRA DUTRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Joaquim Dutra, n° 22, Bairro Muquoca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portador da cédula de identidade (RG) n° 813.323.052 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF n° 091.109.686-87, e Título de Eleitor n° 6075 2810 0353; e, Diretor de Operações: CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA, brasileira,



solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Benedito Silva Lomba, nº 441, casa 1, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 20.058.688-11 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 098.242.457-40, e Título de Eleitor nº 1157 9075 0361. Item IV Na sequência, deliberou-se sobre a Eleição e Posse do Conselho Comunitário, o qual é órgão de fiscalização e terá o objetivo de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do serviço de rádio comunitária. A Presidente expôs aos diretores e associados presentes que o Conselho Comunitário é constituído por membros indicados por entidades sem fins econômicos, constituídas no Município onde a Rádio tem sua cobertura. Em sequência, foi apresentada a Chapa única, onde foi submetida a apreciação, a qual foi eleita, por aclamação, cujo mandato vencerá em 05/08/2025, igual ao da Diretoria (mandato para quadriênio de 2021/2025 - cujo mandato também vencerá em 05/08/2025). Após a eleição, os novos Conselheiros tomaram posse de imediato, tendo a seguinte composição: **CONSELHO COMUNITÁRIO:** Conselheiro 1: CLAUDIA FARIAS DE BARROS, portadora da cédula de identidade (RG) nº 09.272.779-1 IFP/RJ e inscrita no CPF (MF) nº 015.327.037-69. Representante da APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARRA DO PIRAI, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.441.375/0001-79, com endereço para correspondência na Rua José Mastrangelo, nº 200, Anexo 150, Bairro Vila Suissa, CEP 27.120-250, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro; Conselheiro 2: DANILO MARTINS DINELLI, portador da cédula de identidade (RG) nº 099.087.470 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 046.298.897-01. Representante do ROTARY CLUB DE BARRA DO PIRAI, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.358.541/0001-59, com endereço para correspondência na Rua José Mastrangelo, nº 150, Bairro Vila Suissa, CEP 27.120-250, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro; Conselheiro 3: ELAINE MOREIRA DA SILVA, portadora da cédula de identidade (RG) nº 011.056.369-9 IFP/RJ e inscrita no CPF (MF) nº 054.333.879-58. Representante da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA ROSEIRA, devidamente inscrita no CNPJ nº 03.241.595/0001-65, com endereço para correspondência na Rua B, nº 331, Bairro Roseira, CEP 27.143-000, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro; Conselheiro 4: LUCIANO FERREIRA DE SOUZA, portador da cédula de identidade (RG) nº 04.280.768-5 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 568.364.227-20. Representante da IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BARRA DO PIRAI, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.065.851/0003-66, com endereço para correspondência na Avenida Vera Cruz, nº 78, Bairro Muqueca, CEP 27.140-360, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro; Conselheiro 5: JOSÉ HENRIQUE PIRES LEITE JUNIOR, portador da cédula de identidade (RG) nº 106.298.672 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 070.132.667-01. Representante da IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BARRA DO PIRAI, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.065.851/0003-66, com endereço para correspondência na Avenida Vera Cruz, nº 78, Bairro Muqueca, CEP 27.140-360, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro; Item V – Ao final, como outros assuntos de interesse da Associação, foi apresentada, pela Presidente, a necessidade de Alteração do Estatuto Social, uma vez que deverá ser adequado quanto a alteração legislativa trazida pela Portaria nº 1.909 de 05/04/2018 do Ministério das Comunicações. Sendo assim, todos ficaram cientes que a partir desta data, dentro do prazo de 08 (oito) dias, conforme previsto no Estatuto Social, seria convocada nova Assembleia, na modalidade extraordinária, através de edital devidamente afixado na sede, para a apresentação das alterações a serem realizadas, com posterior leitura, votação e aprovação dos membros da Diretoria. No mais, também foi mencionado sobre a necessidade da contratação de um advogado para este serviço, o que ficou desde já, aprovado por todos os



*Handwritten signatures and initials on the right margin.*

*Handwritten signature and initials on the right margin.*

2b4be06e-8c2b-435c-be28-81134f4d94f5







membros. Após isto, não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação.


**6. QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. **7. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA:** Ato contínuo a Presidente deu a palavra a quem quisesse fazer uso e ninguém se manifestou. **8. LAVRATURA E ASSINATURA DA ATA:** E para constar. Eu, ELCIO DA SILVEIRA DUTRA, secretário da assembleia, lavrei a presente ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes.


  
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
Presidente da Assembleia


  
ELCIO DA SILVEIRA DUTRA  
Secretário da Assembleia


  
HELDYR PIRES FERREIRA  
Diretor de Operações

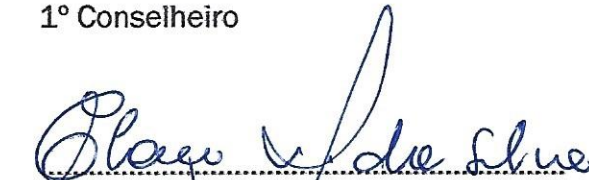
  
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
Presidente Empossada

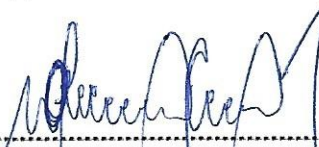
  
ELCIO DA SILVEIRA DUTRA  
Diretor Administrativo Empossado

  
CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA  
Diretor de Operações Empossada

  
CLAUDIA FARIAS DE BARROS  
1º Conselheiro

  
DANILO MARTINS DINELLI  
2º Conselheiro

  
ELAINE MOREIRA DA SILVA  
3º Conselheiro

  
LUCIANO FERREIRA DE SOUZA  
4º Conselheiro

  
JOSÉ HENRIQUE PIRES LEITE JUNIOR  
5º Conselheiro

**SERVIÇO NOTARIAL / REGISTRAL DO 1º OFÍCIO** 090191AA163536  
Rua Dr. Moraes Barbosa, 223, Centro, Barra do Piraí - RJ - Tel: (24) 2442-1830 / 2443-1091 - CEP: 27120-040

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
Apres. no dia 13/10/2022, Av. 3, Prot. 13803, Lv. A4  
Registro Nº 1802, no Jv. A-4, Averb.3  
BARRA DO PIRAI, 13/10/2022.

Oficial, \_\_\_\_\_ Subscritor e Assine. \_\_\_\_\_  
Emols: R\$114,00. Fetx: R\$22,80. Fund: R\$5,70. Fúnp: R\$5,70  
Funa: R\$4,56. Pmc: R\$1,96. Iss: R\$5,00. Dst: R\$33,45. Total: R\$193,87  
EEFF 56258 NMW Consulte www4.tjrr.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/

  
Josine Rocha de Oliveira Lourenço de Souza  
Substituta - Matr. 04/5527  
Cartório do 1º Ofício - B. do Piraí - RJ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10465074) 3E133119-027672/2022-35/pg. 20

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

**ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**CNPJ/MF Nº 03.187.632/0001-02**  
Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976 / Bairro Muqueca / CEP: 27.140-051  
BARRA DO PIRAÍ/RJ



**RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA**  
(Mandado de 05/08/2021 à 05/08/2025)

**Diretor Geral:** GLORIA MARIA DANIEL CUNHA, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 07.243.737-9/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 021.201.507-96, e Título de Eleitor nº 0610 9723 0337;

**Diretor Administrativo:** ELCIO DA SILVEIRA DUTRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Joaquim Dutra, nº 22, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portador da cédula de identidade (RG) nº 813.323.052/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 091.109.686-87, e Título de Eleitor nº 6075 2810 0353; e,

**Diretor de Operações:** CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada à Rua Benedito Silva Lomba, nº 441, casa 1, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 20.058.688-11 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 098.242.457-40, e Título de Eleitor nº 1157 9075 0361.

Visto

  
-----  
**GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10485074)

SEI 33119-027672/2022-35/pg. 21

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





**RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO COMUNITÁRIO**  
(Mandado de 05/08/2021 à 05/08/2025)

**Conselheiro 1:** CLAUDIA FARIAS DE BARROS, portadora da cédula de identidade (RG) nº 09.272.779-1 IFP/RJ e inscrita no CPF (MF) nº 015.327.037-69. Representante da APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.441.375/0001-79, com endereço para correspondência na Rua José Mastrangelo, nº 200, Anexo 150, Bairro Vila Suissa, CEP 27.120-250, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

**Conselheiro 2:** DANILO MARTINS DINELLI, portador da cédula de identidade (RG) nº 099.087.470 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 046.298.897-01. Representante do ROTARY CLUB DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 01.358.541/0001-59, com endereço para correspondência na Rua José Mastrangelo, nº 150, Bairro Vila Suissa, CEP 27.120-250, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

**Conselheiro 3:** ELAINE MOREIRA DA SILVA, portadora da cédula de identidade (RG) nº 011.056.369-9 IFP/RJ e inscrita no CPF (MF) nº 054.333.879-58. Representante da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA ROSEIRA, devidamente inscrita no CNPJ nº 03.241.595/0001-65, com endereço para correspondência na Rua B, nº 331, Bairro Roseira, CEP 27.143-000, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

**Conselheiro 4:** LUCIANO FERREIRA DE SOUZA, portador da cédula de identidade (RG) nº 04.280.768-5 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 568.364.227-20. Representante da IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.065.851/0003-66, com endereço para correspondência na Avenida Vera Cruz, nº 78, Bairro Muquoca, CEP 27.140-360, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

**Conselheiro 5:** JOSÉ HENRIQUE PIRES LEITE JUNIOR, portador da cédula de identidade (RG) nº 106.298.672 IFP/RJ e inscrito no CPF (MF) nº 070.132.667-01. Representante da IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE BARRA DO PIRAÍ, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.065.851/0003-66, com endereço para correspondência na Avenida Vera Cruz, nº 78, Bairro Muquoca, CEP 27.140-360, Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

Visto

  
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10485074)

SEI 33119-027672/2022-35/pg. 22

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA  
CNPJ/MF Nº 03.187.632/0001-02  
Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976 / Bairro Muqueca / CEP: 27.140-051  
BARRA DO PIRAÍ/RJ



Barra do Piraí (RJ), 05 de agosto de 2021.


### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140-051, com CNPJ nº 03.187.632/0001-02, por intermédio de sua representante legal, GLORIA MARIA DANIEL CUNHA, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP 27.140.055, neste Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, portadora da cédula de identidade (RG) nº 07.243.737-9 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF nº 021.201.507-96, e Título de Eleitor nº 0610 9723 0337, convoca todos os associados, para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, Barra do Piraí/RJ; no dia 13/08/2021 às 19h em 1ª convocação e às 19h30min em 2ª convocação.

#### Pauta Geral da Assembleia:

- 2º Alteração do Estatuto Social;
- Outros assuntos de interesse da Associação.

Atenciosamente;

  
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10465074)

SEI 33119-027672/2022-35/pg. 23

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 13/08/2021

	ASSINATURA
GLORIA MARIA DANIEL CUNHA	
ELCIO DA SILVEIRA DUTRA	
CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA	
FERNANDA DA SILVA BERNANDO DA COSTA	

Barra do Piraí (RJ), 13 de agosto de 2021.

Visto.

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
CPF 021.201.507-96  
Diretor Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10485074)

SEI 55119.027672/2022-55 / pg. 24

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA DE BARRA DO PIRAI, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**1. DATA HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA:** Aos treze dias do mês agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 19h30min, em segunda convocação, na sede da entidade, Município e Comarca de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, situada à Avenida Prefeito Arthur Costa, n° 1976, Bairro Muquoca, CEP 27.140-051. **2. CONVOCAÇÃO PRÉVIA:** A convocação da presente Assembleia Geral Extraordinária foi realizada durante a Assembleia Geral Ordinária realizada em data de 05/08/2021, bem como conforme determina o parágrafo §2 do Artigo 11°, através do Edital de 05 de agosto de 2021 afixado na sede da Associação. **3. QUORUM DE INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO:** Compareceram à Assembleia Geral Ordinária da Entidade, os associados os quais assinaram a competente lista de presença. Consigna-se que a assembleia foi instalada em 2ª convocação atendendo ao quórum de associados aptos a votar, nos termos do que dispõe, de seu Estatuto Social. **4. MESA DIRETORA DOS TRABALHOS:** Iniciando os trabalhos, assumiu a presidência da Assembleia GLORIA MARIA DANIEL CUNHA e para secretariar ELCIO DA SILVEIRA DUTRA; **5. ORDEM DO DIA: ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** **Item I** - 2ª Alteração do Estatuto Social. **Item II** - Outros assuntos de interesse da associação. **DELIBERAÇÕES: Item I** - Iniciando os trabalhos A Presidente enfatizou o que foi mencionado em última Assembleia realizada, em que foi apresentada, a necessidade de Alteração do Estatuto Social, devendo ser adequado quanto a alteração legislativa trazida pela Portaria n° 1.909 de 05/04/2018 do Ministério das Comunicações. Ressaltou-se que foi mencionado sobre a abertura do Edital a partir daquela data, pelo prazo de 08 (oito) dias, em conformidade ao previsto. Em sequência, foi apresentada a advogada em que analisou as alterações a serem realizadas e lhe passado a palavra, para apresentação, explicação, explanação e leitura do documento. Sendo assim, as alterações foram conforme será transcrito a seguir: As **modificações** incidem sobre: Art.1°, Art.2° *caput*, Art.5°, Art.6°, Art.12°, Item II do Artigo 13°, Art. 14°, §2° do Art.15°, Art. 19°, Art. 21°, **inclusão** Art.8°A, Art.8°B, §Único do Art.9°, §5° do Art.11°, §1° do Art. 13°, §2° do Art.13°, Art. 14°A, §3° do Art. 15°, **revogado** §1° do Art.2°, Art.4°, §Único do Art. 13°. Para tal foi distribuído minuta das modificações, que estavam previamente prontas e após exaustivo debate, foram votadas e aprovadas por unanimidade. Assim o Estatuto Social passa a vigorar com a redação da qual seguirá anexo a esta ata devidamente lavrada. **Item II** - Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Associação. **6. QUORUM DAS DELIBERAÇÕES:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos Associados presentes. **7. FRANQUEAMENTO DA PALAVRA:** Ato contínuo a Presidente deu a palavra a quem quisesse fazer uso e ninguém se manifestou. **8. LAVRATURA E ASSINATURA DA ATA:** E para constar. Eu, ELCIO DA SILVEIRA DUTRA, secretário da assembleia, lavrei a presente ata, que após lida em voz alta irá assinada por mim e por todos os presentes.



GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
Diretor Geral/Presidente da Assembleia



ELCIO DA SILVEIRA DUTRA  
Diretor Administrativo/Secretário da Assembleia



CARLA VERÔNICA ABRAHÃO DE SOUZA  
Diretor de Operações



FERNANDA DA SILVA BERNANDO DA COSTA  
Advogada OAB/RJ 205.331



**SERVIÇO NOTARIAL / REGISTRAL DO 1º OFÍCIO** 090191AA163538

Rua Dr. Moraes Barbosa, 223, Centro, Barra do Piraí - RJ - Tel: (24) 2442-1830 / 2443-1091 - CEP: 27120-040

**REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**

Apres. no dia 13/10/2022, Av. 4, Prot. 13804, Lv. A4

Registro nº 1802, no livro A-4, Averb. 4

BARRA DO PIRAI, 13/10/2022.

Oficial, Subcrevo e Assino.

Emols: R\$114,00. Fun: R\$22,80. Fund: R\$5,70. Funp: R\$5,70.

Funa: R\$4,56. Pmc: R\$1,96. Iss: R\$5,70. Dist: R\$33,46. Total: R\$193,87.

EEFF 56259 VOI Consulte [www.trj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/](http://www.trj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/)

*João Carlos de Oliveira Laureano de Souza*

Subcrevo e Assino. Matr. 945927

Cartório do 1º Ofício - Barra do Piraí - RJ

*João Carlos de Oliveira Laureano de Souza*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

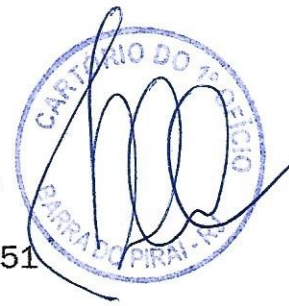
Anexo (10465074)

SEI 33119.027672/2022-35 / pg. 26

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**  
**CNPJ/MF Nº 03.187.632/0001-02**  
Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976 / Bairro Muqueca / CEP: 27.140-051  
BARRA DO PIRAI/RJ



## **ESTATUTO SOCIAL**

### **2º ALTERAÇÃO CONSOLIDADA**

#### **I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

**Art.1º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, doravante denominada Entidade, fundada em 03 de agosto de 1998 (03/08/1998), é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, e com foro no Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, com sede, na Avenida Prefeito Arthur Costa, nº 1976, Bairro Muqueca, CEP: 27.140-055. **Nova Redação.**

**Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, utilizará como denominação fantasia RÁDIO PARAÍZO e reger-se-á pelas disposições deste estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

**Art.2º - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA** tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO, bem como: **Nova Redação.**

I - beneficiar a comunidade com vistas a :

- a) Dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente e
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II - respeitar e atender aos seguintes princípios:

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;







- d) não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

### §1º Revogado

§2º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária .

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art.4º- A receita da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

## II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - É garantido o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, com residência ou sede neste Município, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela Diretoria Executiva ou à indicação por outro associado;

- a) É garantido o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas  
b) É garantido às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas, através de seus representantes legais o direito de votarem para os cargos diretivos.  
c) Os associados serão admitidos após o preenchimento de formulário padronizado disponibilizado pela entidade e assunção do compromisso de respeitar o Estatuto Social. Nova Redação.

Art. 6º - A Entidade será composta pelas seguintes categorias de associados:

- a) **Fundadores**, formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação.  
b) **Contribuintes ou Efetivos**, os que se inscreveram após o encerramento do livro de fundação e mantenham suas contribuições e participações em dia; e,





- c) **Honorários, cidadãos que prestaram ou ainda prestam relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao município e ao estado. Nova Redação.**



§1º - O quadro de pessoal será constituído de, ao menos, dois terços de trabalhadores brasileiros. **Incluído.**

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - Revogado.

Art. 8º A - São direitos dos associados:

- O direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do art. 12.
- Utilizar-se de todos os serviços da associação e participar de suas atividades e promoções;
- Propor por escrito ou verbalmente à Diretoria, quaisquer medidas de provento para a Associação;
- Recorrer, no prazo de 30 (trinta) dias, dos atos da diretoria, quando os julgar prejudiciais aos seus direitos; e,
- Requerer informações sobre os assuntos que lhe digam respeito e solicitar esclarecimento sobre as atividades da Associação. **Incluído.**

Art. 8º B - São deveres dos associados:

- Acatar os atos da Assembléia Geral e da diretoria;
- Obedecer ao estatuto da entidade;
- Participar e colaborar nas iniciativas da entidade;
- Desenvolver o espírito de cooperação e unidade no seio da Associação;
- Reembolsar a Associação dos prejuízos causados aos seus pertences patrimoniais;
- Comparecer em reuniões, quando convidado pela diretoria e Assembléias convocadas, acatando suas determinações, quando das mesmas forem aprovadas pela maioria absoluta dos associados presentes;
- Manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembléia Geral;
- Desenvolver qualquer tipo de trabalho comunitário, de forma voluntária; e,
- Colaborar com fins de angariar fundos para a Associação. **Incluído.**

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

**Parágrafo único.** O Associado que manifestar interesse em demitir-se ou renunciar de algum dos cargos que ocupa, ou mesmo da qualidade Associado, este deve formalizar por escrito a sua solicitação dirigida à Diretoria da Entidade no parazo de 05 (cinco) dias. **Incluído.**







### III - DOS ÓRGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

**Art. 10º** - A Associação exercerá suas funções através dos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria; e,
- c) Conselho Comunitário.

**Art. 11º** - A ASSEMBLÉIA GERAL, órgão máximo de deliberação da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, será composta por seus associados, e ocorrerá Ordinariamente a cada ano, no dia 05 do mês de agosto para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 4 (quatro) anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

**§ 1º** - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

**§2º** - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

**§3º** - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições do §1º.

**§4º** - A ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições do §1º.

**§5º** - As decisões da ASSEMBLÉIA GERAL obrigam todos os Associados, mesmo os discordantes ou ausentes. **Incluído.**







**Art. 12º** - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, órgão executivo e administrativo, será composta por um Diretor Geral, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos, respeitando o disposto do Art.11. **Nova Redação.**

**§1º** - A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**, poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembléia Geral, respeitadas as disposições do §1º.

**§2º** - Apenas farão parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

**Art. 13º** - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- a) Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade.
- b) Convocar as reuniões e Assembléias Gerais;
- c) Representar a **ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA** em atos públicos ou internos.
- d) Realizar todos atos necessários ao desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA**.
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas de cada exercício financeiro.
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral;

II) De cada dirigente:

- a) **Compete ao Diretor Geral:** Administrar e representar ativa ou passivamente, juridicamente ou extrajudicialmente a Associação; Movimentar conta bancária conjunta da entidade, assinar juntamente com o tesoureiro as obrigações financeiras, cheques, balanços, contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação; Convocar e Presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria e Assembléia Geral; Contratar e demitir funcionários, após, parecer e aprovação da Diretoria; Realizar todos os atos atinentes ao seu cargo e ao fiel cumprimento dos objetivos da Associação; Cumprir e divulgar todos os objetivos da Associação; Votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; Praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos;







- b) **Compete ao Diretor Administrativo:** Realizar todos os serviços atinentes ao funcionamento da secretaria, organizando fichários, cadastramento de associados, secretaria das reuniões da Diretoria Executiva, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos à secretaria; e, Organizar relatório anual das atividades e encaminhar toda a correspondência da entidade e associados.
- c) **Compete ao Diretor de Operações:** Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos; abrir, movimentar e encerrar conta bancária juntamente com o Presidente; assinar juntamente com o Presidente, as obrigações mercantis, cheques, balanços e documentos que importem em responsabilidade financeira ou patrimonial da associação; Promover a arrecadação e contabilização das contribuições dos associados e demais receitas; e, Controlar os recursos, receitas e despesas da Associação, prestando contas das atividades financeiras na Assembleia Geral Anual. *Nova Redação.*

§ 1º É facultado à entidade se fazer representar por procurador. *Incluído.*

§ 2º É vedada a procuração que outorgue poderes de gerência ou administração *Incluído.*

**Art. 14º -** O Conselho Comunitário é órgão autônomo, encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria Executiva, será composto por representantes de, no mínimo, cinco entidades legalmente constituídas na comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores. *Nova Redação.*

**Parágrafo Único - Revogado**

**Art. 14º A -** O Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- a) Fiscalizar a programação da emissora;
- b) Solicitar a Diretoria Executiva da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- c) Fazer recomendações a Diretoria Executiva da entidade autorizada;
- d) Realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- e) Receber reclamações, denúncias e elogios; e
- f) Submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação. *Incluído.*

#### IV - DAS ELEIÇÕES

**Art. 15º -** As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominata completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.







§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - Poderão participar das chapas somente Associados que façam parte da Entidade a mais de 1 ano e que tenham trabalho ativo na comunidade a mais de 5 anos. Nova Redação.

§3º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da ASSEMBLÉIA GERAL. Incluído.

## V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 16º - A programação da emissora, deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

## VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 17º - O Patrimônio e Receita da ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

## VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 18º - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, com prévia autorização da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, nos termos do inciso II, do Art. 12, do Decreto n.85064, de 26 de agosto de 1980, e por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois







terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

**Art. 19º** - A dissolução da Associação ocorrerá segundo decisão da Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia, obedecendo à votação os mesmos critérios estabelecidos no artigo anterior. *Nova Redação.*

## VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 20º** - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela diretoria, com recurso a ASSOCIAÇÃO RÁDIO PARAÍZO DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA, pelo associado que se achar prejudicado.

**Art. 21º** - O presente estatuto foi aprovado na ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA de 13 de agosto de 2021 (13/08/2021) e entra em vigor na data de sua averbação no cartório de pessoas jurídicas tornando expressamente revogadas as disposições anteriores. *Nova Redação.*

Barra do Piraí (RJ), 13 de agosto de 2021.

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
Diretor Geral

ELCIO DA SILVEIRA DUTRA  
Diretor Administrativo

FERNANDA DA SILVA BERNANDO DA COSTA  
OAB/RJ 205.331  
Advogada

**SERVIÇO NOTARIAL / REGISTRAL DO 1º OFÍCIO**  
Rua Dr. Moraes Barbosa, 223, Centro, Barra do Piraí - RJ - Tel: (24) 2442-1830 / 2443-1091 - CEP: 27120-040 090191AA163540

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
Apres. no dia 13/10/2022, Av. 5, Prot. 13805, Lv. A4  
Registro Nº 1602, no livro A-4, Averb.5  
BARRA DO PIRAI, 13/10/2022.

Emols: R\$212,21. Faj: R\$42,44. Fund: R\$20,61. Fup: R\$10,61  
Funa: R\$8,48 Pmc: R\$3,92. Iss: R\$10,61. Dis: R\$23,45. Total: R\$332,33  
EEFF 56260 LAS Consulte [www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselp/](http://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselp/)

Josane Romão de Oliveira Lourenço de Sousa  
Subst. 12 - Matr. 141/5527  
Cartório do 1º Ofício - Barra do Piraí - RJ





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DA POLÍCIA CIVIL  
DGPC/DPT/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FÉLIX PACHECO



POLEGAR DIREITO

36



*Maria Daniel Pereira*  
Autenticado eletronicamente após conferência com original.

9679) (CARTÃO DE IDENTIDADE) 22022557 pg. 35

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

07243737-9

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

17/09/24

NOME

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA

FILIAÇÃO

FRANCISCO ARMINDO DANIEL  
NAIR BALTHAZAR DANIEL

NATURALIDADE

RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO

15/08/1964

DOC ORIGEM

C.CASM LIV BAUX6

FLS 104

TER 0001784 C 00 BARRA DO PIRAI RJ



Autenticado e assinado pelo Diretor de Conferência com original 036

LEI Nº 7.116 DE 29/08/23

9879) folio autenticado 33027672/2022-55 / pg. 36 = 2b4

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

021201507 96

NOME COMPLETO

GLÓRIA MARIA DANIEL CUNHA

NASCIMENTO

15.08.64



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

*Maria Daniel Cunha*  
<https://infleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/3codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be06-000000000000>

2b4be06e-8c2b-435c-be

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

É O DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E  
IGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.  
QUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA  
FEDERAL.

DO AGENTE EMISSOR

**237/0664 2**

**17/08/89**

**BRADESCO**

**74020/5305**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=2b4be06e-8c2b-435c-be2>

2b4be06e-8c2b-435c-be2





Telefonica Brasil S.A.  
Av. Ayrton Senna, 2.200 - CEP: 22775-003 - Rio de Janeiro - RJ  
I.E.: 77452443 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62

Nº da Conta: 00001325696961  
Código Cliente: 00000156945134

MÊS REFERÊNCIA: 08/2022  
DATA DE EMISSÃO: 06/08/2022

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA  
AV PREF ARTUR DA COSTA 1976  
MUQUECA  
27140-055 BARRA DO PIRAI - RJ

VENCIMENTO  
21/08/2022

VALOR A PAGAR (R\$)  
14,39

MEIO DE PAGAMENTO: BOLETO  
ENVIO DA FATURA: E-MAIL  
(DIRETORFLAVIUCUNHA@gmail.com)

OS BENEFÍCIOS DO CELULAR RENOVAM TODO DIA: 06

#### RESUMO DA SUA CONTA

(DE 27/07/22 A 05/08/22)

VIVO CELULAR	14,39
Total a pagar	14,39

Plano contratado   Adicionais contratados	Quantidade	Valor (R\$)
VIVO CELULAR - Controle		
Vivo Controle 6GB III	1	-
(+) Serviços Digitais	-	-
Subtotal Vivo Controle		0,00
Subtotal Plano contratado / Adicionais contratados		0,00
Total a pagar		0,00

- Não existe(m) valor(es) pendente(s) até a data de emissão dessa conta -



#### SEUS NÚMEROS VIVO

Tel. Celular: 24-99865-0149 (Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento no App Vivo)

Veja detalhamento da sua conta no app Vivo

Pelo aplicativo, você também pode:

- Cadastrar o Débito Automático na sua conta e receber 3GB de internet todo mês
- Aproveitar os benefícios do Vivo Valoriza



#### FALE COM A GENTE

Acesse o App Vivo ou ligue:

Para os serviços de casa: 10315

Para os serviços do celular: \*8486 do seu celular Vivo

Se tem necessidades especiais de fala/audição, 142

Importante: Mantenha o pagamento em dia e evite o cancelamento dos serviços, a suspensão parcial / total dos serviços, a rescisão contratual, e a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito. Para pagamento após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura. | Central de Atendimento ANATEL: 1331, 1332 para deficientes auditivos e www.anatel.gov.br. PLANOS ANATEL: Vivo Controle 6GB III: 128/POS/SMP. Para a prestação de serviços descrita nessa fatura incidem os seguintes impostos: 0% ISS, 0.65% PIS e 3% COFINS e 2% ISS, 1.65% PIS e 7.6% COFINS e 0% ISS, 0% PIS e 0% COFINS para SVAs.

Autenticação Mecânica

Destaque aqui

Vencimento

Total a Pagar - R\$

21/08/2022

14,39

GLORIA MARIA DANIEL CUNHA

Cód. Débito Automático	Nº da Conta	Nº da Fatura	Mês Referência
1325696961-4	00001325696961	00000265945168	08/2022

846600000000	143900481001	013256969612	922089451681
--------------	--------------	--------------	--------------

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5

Pagar  
via Pix



2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## JUSTIÇA ELEITORAL

### Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que não consta anotado o nome de **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, Título Eleitoral: **0610 9723 0337**, CPF: **021.201.507-96**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **XD93ntNhsPoxJphdfivWqPCdBGA=**  
Certidão emitida em **22/08/2022 10:33:44**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecamara-leg.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10465076)

SEI-33119-027672/2022-33 / pg. 40



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES  
CÍVEIS, CRIMINAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS**

Nº da Certidão 2022.01024587

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, **que contra:**

**GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, ou vinculado ao **CPF: 021.201.507-96**,

**NADA CONSTA**, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 25/08/2022 , às 11:46.

**Seção de Informações Processuais**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.jus.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10405078)

SEI33119.027672/2022-55/pg. 41

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Diretoria Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

### CERTIDÃO

Nº da Certidão 0000326683

Finalidade: Certidão de 2º Grau válida somente para apresentação à Justiça Eleitoral, para fins de registro de candidatura.

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros informatizados relativos ao segundo grau de jurisdição deste Tribunal de Justiça, **NÃO CONSTA**, até a presente data, qualquer anotação de distribuição de feitos de competência originária e recursal em que tenha figurado **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, CPF 021.201.507-96, RG 072437379/SSP-RJ, data de nascimento: 15/08/1964, filiação: FRANCISCO ARMINDO DANIEL e NAIR BALTHAZAR DANIEL, nacionalidade brasileira, estado civil: casado(a), endereço residencial: Avenida Prefeito Arthur Costa, Barra do Pirai - RJ, ressalvado o disposto no § 2º, do artigo 8º, da Resolução nº. 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

#### Observações:

1. Certidão expedida gratuitamente pela Internet.
2. Para efeito da conferência da autenticidade, caberá ao destinatário da certidão confrontar a exatidão dos dados impressos com aqueles constantes dos documentos do interessado, e sua validação pode ser consultada através do link: <http://www4.tjrj.jus.br/certidao2grau/ValidarCertidaoWeb.aspx>.
3. O parâmetro da pesquisa levou em conta a distribuição dos processos conforme o dispositivo da Lei Complementar Nº 64/1990, com redação conferida pela Lei Complementar 135/2010, "Lei da Ficha Limpa", que prevê a inelegibilidade na hipótese de condenação transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para os crimes elencados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", e "l".
4. A presente certidão atende, inclusive, aos que detêm foro por prerrogativa de função, nos casos de competência originária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
5. Esta Certidão não dispensa a apresentação daquela emitida pelos Cartórios Distribuidores judiciais e extrajudiciais do 1º Grau de jurisdição da Justiça Estadual do Rio de Janeiro.
6. Esta certidão será válida até 23/11/2022.

**Certidão expedida em 25/08/2022, às 16:40:43.**

Diretoria Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição

PALÁCIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FÓRUM CENTRAL

Av. Erasmo Braga, 115 - Centro / CEP: 20020-903



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10465078)

SEI 33119.027672/2022-55 / pg. 42

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



## CERTIDÃO

Modelo Criminal

2022.1359468.955-1

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso II do Artigo 21 da CNCJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

I - Ações privativas das Varas Criminais;

II - Ações privativas das Varas Criminais - JURI;

III - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados Especiais Criminais;

IV - Ações Penais, Inquéritos Policiais, Flagrantes, Precatórias e outros procedimentos de competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, desde:

**vinte e cinco de agosto de dois mil e dois até vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e dois,**

**NADA CONSTA no(s) nome(s) de GLORIA MARIA DANIEL CUNHA e CPF: 021.201.507-96, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão nº 2022.1359468.955-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.**

Finalidade declarada pelo requerente: Ministério da Justiça - Ministério das Comunicações.

IDALIA FERNANDES DO PATROCINIO - Matr. 26465 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 25/08/2022 15:17:24

Barra do Piraí, 25 de agosto de 2022.

Fmolumentos  
Gratuito/Isento

✓ Válido somente com Selo de Fiscalização.  
✓ A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página <http://www4.tjrj.jus.br/portal-extrajudicial/certidao>  
✓ Certidão Emitida nos termos Art. 31 da Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Rio de Janeiro – Parte Extrajudicial.  
✓ Provimento CGJ nº 51/2018 regulamenta a emissão e o uso de certidões eletrônicas pelos serviços extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.  
Documento emitido por processamento Eletrônico. Qualquer emenda ou rasura será considerada como indício de adulteração ou tentativa de fraude.  
Esta Certidão Eletrônica estará disponível para *download* pelo período de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.  
Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.jus.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10465076)

SEI 35119-027672/2022-55 / pg. 43

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**

Inscrição: **0610 9723 0337**

Zona: 093      Seção: 0121

Município: 58050 - BARRA DO PIRAI

UF: RJ

Data de nascimento: 15/08/1964

Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - NAIR BALTHAZAR DANIEL  
- FRANCISCO ARMINDO DANIEL

Certidão emitida às 10:31 em 22/08/2022



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**G5R+.TFT9.7U3W.XSVB**

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecassinatura.camara-leg.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10405070)

SEI-33119.027672/2022-55 / pg. 44



## CERTIDÃO

2022.1359443.617-1

Modelo Cível

O Responsável pelo gerenciamento do Distribuidor Oficializado desta Comarca, designado na forma da lei, CERTIFICA com referência aos assuntos mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos abrangendo todo o inciso I do Artigo 21 da CNCJ - Parte Judicial, das distribuições em curso relativos a:

- I - Ações privativas das Varas Cíveis, tais como Medidas Cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações e outros), Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções, reservas de domínio, anulação ou apreensão ou substituição de títulos, renovatórias e outras ações e precatórias;
- II - Ações privativas das Varas de Família, como separação, divórcio, alimentos e outras ações e precatórias;
- III - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- IV - Ações privativas das Varas de Órfãos e Sucessões, como inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
- V - Ações Acidentárias;
- VI - Ações privativas das Varas de Registro Público, como retificações, averbações, cancelamentos de procurações ou registro de títulos imobiliários e outras ações e precatórias;
- VII - Ações privativas das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso, tais como ações cíveis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, ações referentes às infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente, ações de alimentos, embargos de terceiro, mandados de segurança, perda suspensão ou restabelecimento do poder familiar, prestação de constas, remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador, revisão judicial de decisão do Conselho Tutelar, cumprimento de sentença e impugnação ou cumprimento de sentença, e, execuções de alimentos, execução de multa e/ou execução de título judicial;
- VIII - Ações e Precatórias de competência de Juizados Especiais Cíveis, desde:

**vinte e cinco de agosto de dois mil e dois até vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e dois,**

**NADA CONSTA no(s) nome(s) de GLORIA MARIA DANIEL CUNHA e CPF: 021.201.507-96, pesquisado(s) por semelhança, dados esses fornecidos pelo requerente, conforme pedido de certidão n° 2022.1359443.617-1, arquivado eletronicamente neste Serviço Registral.**

Finalidade declarada pelo requerente: Outros (Ação Cível) - Ministério das Comunicações..

IDALIA FERNANDES DO PATROCINIO - Matr. 26465 - TECNICO DE ATIVIDADE JUDICIARIA deu as buscas para esta Certidão, que segue assinada eletronicamente pelo Oficial Registrador deste Ofício.

Emitida em 25/08/2022 15:13:44  
Barra do Piraí, 25 de agosto de 2022.

Emolumentos  
Gratuito/Isento



2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES  
ORIGINÁRIAS CÍVEIS e CRIMINAIS**

Nº da Certidão 2022.01164926

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 30/03/1989, até a presente data, exclusivamente no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, **que contra:**

**GLORIA MARIA DANIEL CUNHA**, ou vinculado ao **CPF: 021.201.507-96**,

**NADA CONSTA**, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (<http://www.trf2.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Rio de Janeiro - RJ - 25/08/2022 , às 11:56.

**Secretaria de Atividades Judiciárias**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

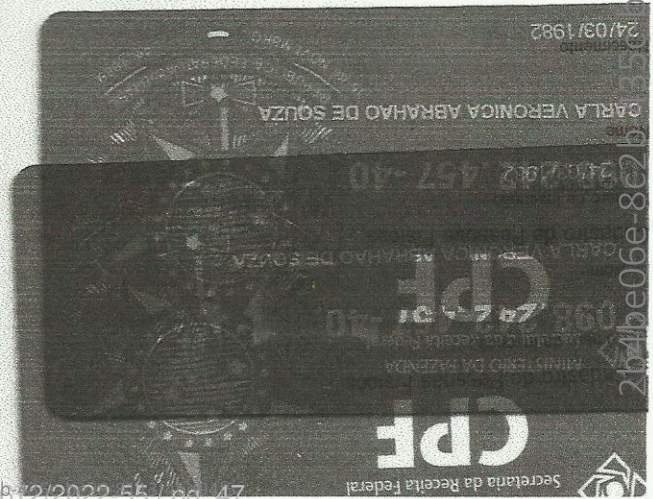
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.jus.br/?codNexo=2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5>

Anexo (10405078)

SEI33119:027672/2022-55/pg. 46

2b4be06e-8c2b-435c-be28-8113f4bd94f5





e28-8113f4bd94f5



